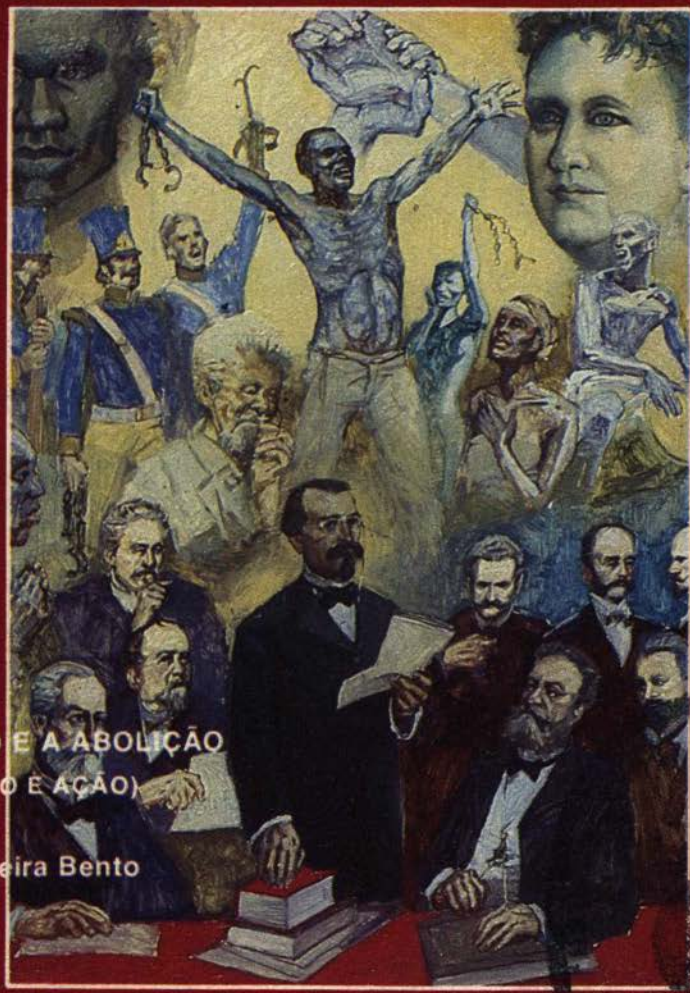


A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



O EXÉRCITO E A ABOLIÇÃO
(PENSAMENTO E AÇÃO)

Cláudio Moreira Bento

BRASIL
 Cláudio Moreira Bento
 Nº 738
 1996



BRASILIT 50
anos

A bandeira do futuro.

Pesquisa, tecnologia, produtos e serviços de qualidade. Estas são as matérias-primas que a Brasilit, desde 1937, espalha pelo território nacional.

São soluções inovadoras em habitação e irrigação, para melhorar a qualidade de vida do homem, na cidade e no campo. É com esta bandeira que a Brasilit comemora 50 anos e marca a sua história construindo o futuro.

Brasilit. O melhor existe.

cat.



A DEFESA NACIONAL

SUMÁRIO

322

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA

PERESTROIKA (Reestruturação)	27
Helber de Mello Henriques	
A DEFESA TOTAL IUGOSLAVA COMO ESTRATÉGIA DE DISSUAÇÃO	60
Wanner de Oliveira Barcellos	
AVANÇOS RECENTES DA GEOPOLÍTICA DO BRASIL	67
Phillip L. Kelly	
GEOESTRATÉGIA DO ATLÂNTICO SUL: UMA VISÃO DO SUL	92
Paulo Roberto de Almeida	
IMPLICAÇÕES ESTRATÉGIAS DO NOVO DIREITO DO MAR	105
José Ribamar Miranda Dias	

ESTUDOS HISTÓRICOS, JURÍDICOS E SOCIAIS

O EXÉRCITO E A ABOLIÇÃO (Pensamento e Ação)	7
Cláudio Moreira Bento	
A CAMPANHA SERTANISTA DE RONDON	37
Francisco de Paula e Azevedo Pondé	
UMA ESTRUTURA HISTÓRICA PARA O CONCEITO DE ESTRATÉGIA	120
Donald R. Baucon	
BANCO DE DADOS CULTURAIS, O FIM DA ERUDIÇÃO ELITISTA	134
Francisco Ruas Santos	

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS E TÁTICAS MILITARES

PERSPECTIVAS DO PODER NAVAL	18
Sérgio Henrique Lyra Barbosa	

EDITORIAL	5
INFORMAÇÕES	138
REGISTRO	141

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores — Principaes Yventores: BERTHOLD KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

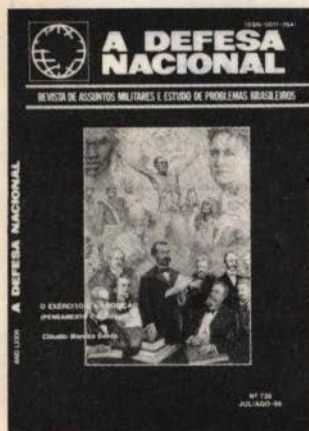
Anno I.

Grupo mantenedor: Berthold Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (redactores); Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino Lima e Silva, Parg; Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompéo Cavalcante, Euclides Figueiredo, Taborda, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.

(Facsimile da portada do N.º 1 Anno 1 10 10 1913 de "A Defesa Nacional".)

ÍNDICE DOS ANUNCIANTES

Brasilit S.A.	2ª capa
Petroflex Ind. e Com. S.A.	3ª capa
Avibrás Indústria Aeroespacial S.A.	4ª capa
Produtos Alimentícios Fleischmann e Royal Ltda.	4
Schause S.A. Ind. Mecânica e Eletrônica	6
BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ...	17
Petrobrás — Petróleo Brasileiro S.A.	137



NOSSA CAPA

Quadro a óleo — petição do Clube Militar à Princesa Isabel em 26 de outubro de 1887, objetivando liberar o Exército do encargo de capturar escravos fugidos (Museu do Clube Militar).



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual *A Defesa Nacional*

Diretor-Presidente:	Gen Brig Arnaldo Serafim
Diretor-Secretário:	Cel Sady Nunes
Diretor-Administrativo:	Cel Geraldo Martinez Y Alonso
Diretor-Tesoureiro:	1º Ten Camilo Bezerra Roberto
Conselheiros:	Cel Celso José Pires Cel R/1 Asdrubal Esteves
Conselho Fiscal:	Cel José Antonio Gama de Menezes Cel Salim Nigri T C Márcio Paiva Barroso
Suplentes:	T C Hiroito Soares Gonçalves Onça T C Jorge Tavares da Costa T C Antonio José de Rezende Montenegro

Revista *A DEFESA NACIONAL*

Redator-Chefe:	Gen Brig Arnaldo Serafim
Redator-Executivo:	Cel R/1 Virgílio da Veiga
Conselho Editorial:	Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis Cel Claudio Moreira Bento CMG José Correia de Sá e Benevides Professor Jorge Boaventura
Publicidade:	Cel R/1 José Eugênio de Carvalho
Produção Gráfica:	Edison Alves de Azevedo

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Assinatura anual (6 números) – Cz\$ 390,00

Exterior – US\$ 5

Número avulso – Cz\$ 60,00

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25
CEP 20445 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tel.: (021)253-4628

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos originais ou notas publicadas em *A Defesa Nacional*, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

PRODUÇÃO GRÁFICA E PUBLICIDADE

Tallent's Produções Gráficas e Publicidade Ltda.

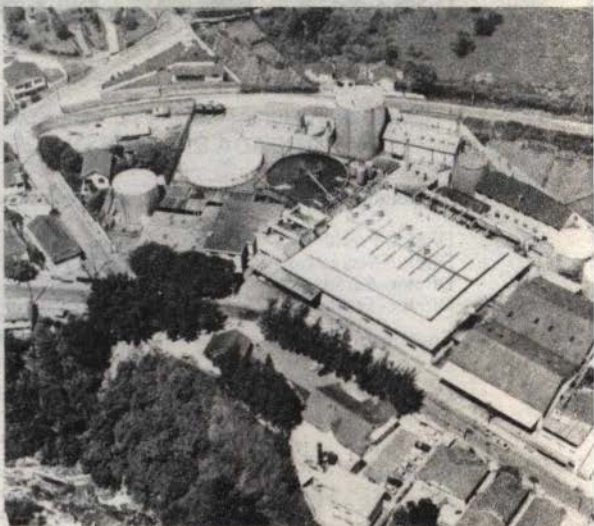
Rua Senador Dantas, 117 grs. 1742/43

CEP 20034 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tels.: (021) 533-0037 e 533-3910

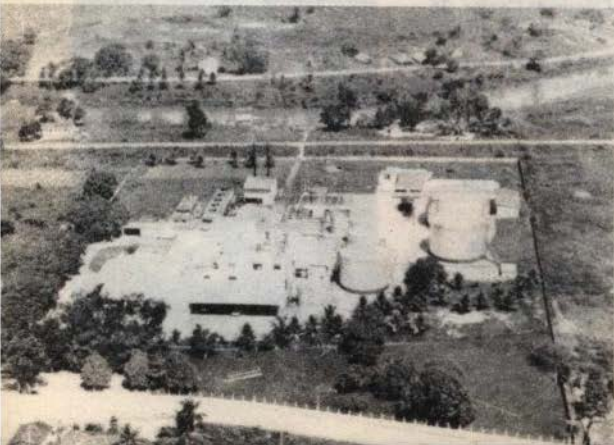
FLEISCHMANN E ROYAL LTDA

PETRÓPOLIS - RJ

sempre
presentes
em vários
pontos do
território
nacional
fabricando o
produto básico
para o pão -
o fermento
fleischmann.



ESCADA - PE



JUNDIÁ -



FLEISCHMANN
ROYAL



EDITORIAL

Num tempo de deturpação de conceitos e substituição de valores, sob o patrocínio do radicalismo ideológico, pretende-se esvaziar o significado do Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil, que este ano se comemora.

Abolir significa "acabar com, eliminar, extinguir"; escravatura, o mesmo que escravidão, significa "regime social de sujeição do homem e utilização de sua força explorada para fins econômicos como propriedade privada". É o que registra o *Dicionário de Aurélio Buarque de Holanda*.

Não há, assim, como depreciar o ato firmado pela Princesa Isabel. Sem ele, não seriam hoje permitidas as discussões que se fazem em torno do seu valor, invocando para isso a persistência do preconceito racial, como se uma deformação própria da natureza humana pudesse extinguir-se por lei, como num passe de mágica.

Preconceito é "conceito ou opinião formada antecipadamente sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos". O preconceituoso não se vai corrigir por pressões do preconceituado. Ao invés disso, a arrogância deste só tende a aumentar o preconceito de que é vítima.

O preconceito contra o negro, no Brasil, nunca chegou à intolerância, ao ódio racial, como em outras partes do mundo.

Será isso o que se pretende? Em benefício de quem ou de quê?

SCHAUSE

Contribuindo para a evolução das telecomunicações no Brasil.

Nos dias de hoje, criar e desenvolver tecnologia em telecomunicações é, mais do que nunca, contribuir para a integração e progresso de um país.

No caso do Brasil, isto é mais do que verdadeiro.

A Schause, empresa 100% nacional, desde 1973 vem colaborando neste esforço de evolução. Através de sua Divisão de Projetos Especiais, dispõe de uma equipe estruturada para atender às necessidades de produtos com características especiais dentro da área de telecomunicações.

E, também, produtos que exijam a integração, no desenvolvimento e fabricação, das áreas mecânica e eletrônica.

Atualmente, diversos produtos são fornecidos para a Embratel, tais como equipamentos de telessupervisão microprocessados, equipamentos para transmissão de telex (fônicas quadricanal), equipamentos destinados à repetição de sinais de rádio através de cabos coaxiais (na frequência de 12 MHz) e equipamentos para transmissão de TV.

A Schause já produziu, inclusive, equipamentos para o sistema de satélite Brasilsat. E, com a experiência acumulada nesta área, fabrica o telex mais avançado do País: Escriba 2021.

Tudo isto afinada com a tecnologia mais sofisticada existente no mundo. E com o treinamento constante de mão-de-obra.

Para a Schause, o futuro do Brasil passa pelas *telecomunicações*.



SCHAUSE S.A.
INDÚSTRIA MECÂNICA E ELETRÔNICA

BR - 116, Km 399 - nº 6340 - Trevo do Tarumã
Tel.: (041) 262-2411 - Telex: 41.5597 SCHC BR
CEP: 82.500 - Curitiba - PR



O EXÉRCITO E A ABOLIÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO)

Claudio Moreira Bento

Extraída de palestra proferida, pelo autor, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (20 de abril de 1988) e no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (24 de maio de 1988), a matéria fixa, no registro de fatos históricos e de testemunhos, a posição do Exército - seu pensamento e ação - no contexto abolicionista. Ela preenche, dessa forma, uma lacuna sentida no trato do assunto, por quantos dele se têm ocupado, dentro das comemorações do Centenário da Abolição.

INTRODUÇÃO

Dentro do conjunto de reflexões que se impõem acerca do negro e descendentes no Brasil, na oportunidade do Centenário da Abolição, não poderia faltar um estudo sobre o Exército Brasileiro e a Abolição.

Para tal impunha-se um estudo retrospectivo - o que realizamos, como preparação - da evolução histórica do relacionamento do negro e descendentes com o Exército, este enten-

dido como as Forças Terrestres Brasileiras que o antecederam do Descobrimento à Independência, e o Exército propriamente dito desde a Independência, quando foi criado, até a Abolição e, mais além, até os dias atuais.

Desse estudo retrospectivo, que realizamos e do qual apresentamos cerca de uma sexta parte, concluímos entre outras coisas:

1º - Que a contribuição do negro e seus descendentes foi maciça, marcante e efetiva no

campo militar, para ajudar a levar aos brasileiros um país de dimensões continentais, cristão e, talvez, a maior democracia racial, em que pese detectar-se vez por outra, sem justificação científica, pequenas manchas de preconceito e de discriminação racial e até de racismo.

2º – Que apesar das manchas mencionadas, a situação do Brasil é invejável, a concluir-se de Arnold Toynbee, que foi considerado o maior historiador ocidental. Ele escreveu, em *a Sociedade do Futuro*:

“A meu ver, o sentimento racial é uma ameaça à paz mundial e um obstáculo à unidade da humanidade. No entanto, espero que o resto do mundo siga o exemplo do Brasil, México, Paquistão e Havaí e venha abandonar este preconceito em relação às diferenças físicas raciais. Já se referiu ao fato das diferenças culturais terem um papel mais importante no sentimento racial que as diferenças de cor de pele ou outras variedades no aspecto físico”.

Em torno do mesmo assunto, Toynbee emitiu este pensamento relevante:

“Os antropólogos afirmam não existir nenhuma raça pura. Mesmo nas regiões mais segregadas há mistura de raças. No entanto o sentimento racial existe e nos toca a todos. É um perigo, para o mundo e a maioria dos homens, envergonhar-se desse sentimento. Os cães não têm nenhum preconceito racial em relação aos outros. Um cão

branco confraterniza normalmente com um cão preto”.

3º – Que, se Toynbee apontou uma situação privilegiada para o Brasil, no tocante à integração racial, o Exército, historicamente, tem desfrutado situação, acreditamos, ainda mais privilegiada, de solidariedade e convivência harmônica entre homens de diversas raças, e do branco e do negro e descendentes em especial. Constar essa singularidade é obra de simples raciocínio e verificação.

4º – Que a redenção social gradual do negro dos grilhões da escravidão para a liberdade, no Brasil, foi sendo conquistada por ele como combatente nos campos de batalha do Brasil de 1500 a 1988, em lutas internas e externas, particularmente, como excelente e valoroso soldado de Infantaria.

Isto com apoio, principalmente, em J.B. Magalhães, em *A Evolução Militar do Brasil*, onde escreveu:

“As Forças Terrestres Brasileiras engajavam no Serviço Militar, através do recrutamento forçado, grande contingente de negros e índios e seus descendentes, por constituírem a massa da população. Os brancos fugiam com mais facilidade do Serviço Militar, pois aqui vinham em busca de riquezas e aventuras e a Colônia oferecia melhores oportunidades do que o Serviço Militar aos mais habilitados socialmente. Assim escapavam do Serviço Militar de 10 anos,

sujeito a castigos corporais e a crônicos atrasos de vencimentos. Na Colônia eram impraticáveis as leis de Portugal e era fácil fugir-se à justiça real.

"Assim, o Serviço Militar atingia os mais humildes e deserdados da sorte, os negros e os índios que, no Império, vão compor a grande massa de soldados, recrutados nas camadas mais humildes da população brasileira."

5º - Que o Duque de Caxias, atual Patrono do Exército, é um destacado pioneiro abolicionista. Isto por haver assegurado a liberdade, ao final da Revolução Farroupilha, por sua conta e risco, contrariando instruções superiores, a 120 lanceiros negros que haviam lutado pela causa republicana farroupilha. Ato abolicionista que praticou 43 anos antes da Lei Áurea. Para melhor protegê-los como excepcionais soldados que eram, os incorporou aos três regimentos de Cavalaria Leveira, um dos quais sob o comando do Tenente-Coronel Manoel Luiz Osório, mais tarde General Osório, atual patrono da Cavalaria Brasileira, que os recebeu em Ponche Verde, em 1º de março de 1845, para incorporá-los, como livres, ao Exército Brasileiro.

6º - Que foi dos campos do Paraguai que sopraram, definitivamente, os ventos da liberdade para os escravos do Brasil. Ventos soprados pela bravura, pelo heroísmo, pelo patriotismo, pela

dedicação, pelo sangue vertido e pelas vidas imoladas de negros e descendentes livres, muitos ex-escravos, lado a lado, ombro a ombro com os brancos e pardos, numa longa, penosa e sofrida guerra em defesa da soberania e integridade da Pátria comum.

7º - Que no Exército, como nos demais segmentos da sociedade, a presença do negro brasileiro em posições de mando e destaque ainda continua exceção. No Exército registra-se o Marechal João Baptista de Mattos, neto de escravos, que foi respeitável e respeitado chefe militar, além de destacado historiador.

Alguns fatos históricos e testemunhos, que passaremos a enfocar, caracterizam a sensibilidade e as reações do Exército, dentro do contexto abolicionista.

Sociedade Libertadora de Escravos de Porto Alegre

Um fato marcante e pioneiro dentro da campanha abolicionista ocorreu em Porto Alegre, quando o General Manoel Marques de Souza (III) e Conde de Porto Alegre, herói de nossas lutas externas, sugeriu em 25 de agosto de 1865, quase ao final da Guerra do Paraguai, a criação da Sociedade Libertadora de Escravos, cuja presidência lhe coube, no âmbito do Parthenon Literário, entidade cultural pioneira da Província do Rio

Grande do Sul, fundada por 70 intelectuais gaúchos.

A sociedade, presidida pelo Conde de Porto Alegre, destinava-se a libertar crianças escravas. Ela foi a primeira sociedade no gênero, acreditamos, na fase do abolicionismo brasileiro.

Portanto, iniciativa de um heróico oficial general do Exército Imperial do Brasil, natural de Rio Grande – RS.

Sua atitude deve ter provocado reações como esta em Canguçu-RS. Quando do retorno das tropas desta então vila, do comando do Tenente-Coronel Theophilo de Souza Mattos, que fora comandado do Conde de Porto Alegre no 2º Corpo do Exército, um grupo abolicionista local promoveu cerimônia pública, ocorrida no desde então cerco da Liberdade, onde deram liberdade a duas escravas menores. O orador da cerimônia foi Antônio Joaquim Bento, orador de Maçonaria local e professor régio, que assinalou que “as tropas locais vindas da longa guerra não poderiam receber melhor acolhida do que com aquele gesto libertário de duas escravas menores”.

Reunião da Loja Maçônica Fé

Sabe-se que, em 1870, depois do término da Guerra do Paraguai, por ocasião de visita a Assunção do Visconde do Rio Branco, na qualidade de representante do Governo do Brasil junto a suas forças em operações no Paraguai, a Loja Maçô-

nica Fé local, integrada por oficiais do Exército, se reuniu em sessão magna em honra ao ilustre visitante que havia sido eleito Grão-Mestre da Maçonaria no Brasil.

Nessa sessão, falou o orador da loja, o Major de Infantaria do Exército Felipe Neri Monteiro, que então apelou ao Visconde, detentor de altíssimas funções no Governo do Brasil e na Maçonaria Brasileira:

“Libertamos um povo, mas em nossa pátria geme ainda na escravidão um sem-número de homens que nasceram no mesmo solo abençoado em que nós nascemos e que são tão brasileiros como qualquer de nós é brasileiro.

Vossa posição social, preclaríssimo Grão-Mestre, vossas luzes e vosso extremado patriotismo podem fazer com que, para esses infelizes, raie também o sol da liberdade.

É uma empresa digna de vossas virtudes patrióticas de vossos sentimentos generosos.”

O apelo da Loja Maçônica Fé, ao Visconde do Rio Branco, frutificou em 28 de setembro de 1871, quando foi sancionada a Lei do Ventre Livre, por ele apresentada e defendida, com veemência, em cumprimento à promessa feita a oficiais do Exército, em Assunção.

Abolição - Conseqüência da Guerra do Paraguai

Segundo a *História do Exército Brasileiro*, editada pelo Es-

tado-Maior do Exército, através de Comissão de História presidida pelo Coronel Francisco Ruas Santos, da qual fizemos parte como seu adjunto:

"Pode-se alinhar entre as conseqüências da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (ou Guerra do Paraguai), a decisiva contribuição para a emancipação dos escravos do Brasil. Além da motivação apontada, havia na tropa brasileira em campanha a presença de inúmeros negros alforriados, combatendo, ombro a ombro, com a elite do Exército. Isso proporcionara a seus oficiais inúmeros ensinamentos. Deulhes oportunidade de se inteirar e melhor conhecer os problemas, as dificuldades e as injustiças contra os negros. Esses homens lutavam tão bravamente quanto os soldados recrutados, os guarda-nacionais e os voluntários da pátria, que correram pressurosos a se alistarem nos quartéis, às primeiras notícias dos ataques das forças de Lopes."

Antecedentes imediatos à Petição do Clube Militar à Princesa Isabel pedindo para liberar o Exército da captura de escravos

Segundo se conclui de R. Magalhães Junior, em *Deodoro, a Espada contra o Império*, o abolicionismo entrara nos quartéis e lá fizera morada. O próprio Marechal Deodoro da Fonseca, já Presidente do Clube

Militar, foi candidato a cargo eletivo com apoio da Confederação Abolicionista. Não sendo eleito, declarou à manifestação popular que recebeu:

"Estou profundamente convencido de que a Pátria não poderá atingir os gloriosos destinos a que está fadada, enquanto tiver em seu seio a escravidão."

Em setembro de 1887, alunos da Escola Naval e da Escola Militar se solidarizaram ao tribuno da Abolição, Joaquim Nabuco, por sua eleição a deputado por Pernambuco.

Os alunos da Escola Militar foram punidos por ordem do Ministro da Guerra, Conselheiro Delfino Ribeiro da Luz. Deodoro saiu em defesa dos mesmos, tendo declarado na ocasião:

"Somente espírito partidário muito feroz ou, o que é mais triste, o baixo desejo de agradar e chamar a atenção, podiam enxergar crime nesse ato que é permitido a todo o cidadão e não foi ainda proibido ao soldado."

Joaquim Nabuco então saiu em defesa do Exército contra sua utilização pelo governo na captura de escravos.

"A escravidão ainda se reflete sobre o modo pelo qual o governo trata o Exército Brasileiro. O governo está empregando o nosso Exército em um fim completamente estranho a tudo o que há de mais nobre para o soldado. O Governo quer empregar os soldados brasileiros como capitão-do-mato na pega

de negros fugidos! Existe profissão mais honrosa do que a do soldado? Existe profissão mais degradante do que a de capitão-do-mato?"

A partir da Lei do Ventre Livre, segundo ainda Magalhães Junior, "a participação do Exército Brasileiro foi constante e firme, transformando-se em fator decisivo para o término da escravidão em nosso país".

Ilustram, como amostragem à conclusão acima, os seguintes fatos, entre outros:

O sentimento abolicionista que soprou dos campos de batalha do Paraguai foi ganhando corpo. Em Fortaleza, o heróico Gen Tibúrcio Ferreira de Souza se engajou no processo. O Ten Cel Antonio Sena Madureira recebeu, na Escola de Tiro de Campo Grande, jangadeiros que tiveram ação destacada no Ceará, na libertação antecipada dos escravos. Benjamin Constant foi o maior adversário do trabalho servil. Posições semelhantes se observaram em outros membros da 1ª Diretoria e Corpo Social do Clube Militar, em 1887-88 integrada por oficiais das Forças Armadas (Exército e Marinha).

Podemos afirmar que a escravidão feria o corpo discente e docente da Escola Militar da Praia Vermelha, e profundamente o Exército Imperial, integrado por expressiva massa de negros e descendentes livres.

Tornou-se um dos maiores abolicionistas o ex-1º Tenente de Engenheiros do Exército André Pinto Rebouças.

O Clube Militar e a Abolição

Todos os antecedentes aqui apresentados como amostragem criaram o clima e o momento ideais para que o Clube Militar, em 26 de Out 1887, quando completava quatro meses de existência, enviasse a seguinte petição à Princesa Isabel, petição eloqüente por si só e que dispensa comentários. Dela, transcrevemos, com grafia atualizada, os seguintes trechos:

"Senhora!

"Os oficiais, membros do Clube Militar, pedem a Vossa Alteza Imperial vênha para dirigir ao Governo Imperial um pedido, que é antes uma súplica. . .

". . . Esperam que o Governo Imperial não consinta que nos destacamentos do Exército, que seguem para o interior, com o fim, sem dúvida, de manter a ordem, tranqüilizar a população e garantir a inviolabilidade das famílias, os soldados sejam encarregados da captura de pobres negros, que fogem à escravidão, ou porque vivam já cansados de sofrer os horrores, ou porque um raio de luz da liberdade lhes tenha aquecido o coração e iluminado a alma.

"Senhora! A liberdade é o maior bem que possuímos sobre a terra; uma vez violado o direito que tem a personalidade de agir, o homem, para reconquistá-lo, é capaz de tudo: de um momento, um covarde torna-se um herói; ele, que dantes era a inércia, se multiplica e se subdivide, e, ainda mesmo es-

magado pelo peso da dor e das perseguições, ainda mesmo reduzido a morrer, de suas cinzas renasce sempre mais bela e mais pura a liberdade. . .

"...Impossível, pois, Senhora, esmagar a alma humana que quer ser livre.

"Por isso, os membros do Clube Militar, em nome dos mais santos princípios da humanidade, em nome da solidariedade humana, em nome da civilização, em nome da caridade cristã, em nome das dores de Sua Majestade, o Imperador, vosso augusto Pai, cujos sentimentos julgam interpretar e sobre cuja ausência choram lágrimas de saudades, em nome do vosso futuro e do futuro de vosso filho, esperam que o Governo Imperial não consinta que os oficiais e as praças do Exército sejam desviados da sua nobre missão. Eles não desejam o esmagamento do preto pelo branco e não consentiriam também que o preto, embrutecido pelos horrores da escravidão, conseguisse garantir a sua liberdade esmagando o branco.

"O Exército havia de manter a ordem. Mas, diante de homens que fogem calmos, sem ruído, mas traqüilamente, evitando, tanto a escravidão como a luta, e dando, ao atravessar cidades, enormes exemplos de moralidade, cujo esquecimento tem feito muitas vezes a desonra do Exército mais civilizado, o Exército Brasileiro espera que o Governo Imperial conceder-lhe-á o que respeitosa e pede em

nome da humanidade e da honra da própria bandeira que defende."

O Marechal Deodoro, signatário da petição desde 1883 junto com seus irmãos, filhos da espartana Rosa da Fonseca, haviam, em conjunto, dado liberdade a todos os escravos da família.

Meses antes, o Tenente-Coronel Antônio Sena Madureira, em função militar em Porto Alegre, ligada à estruturação da futura Escola de Preparação e Tática do Rio Pardo, escreveu um artigo abolicionista em *A Federação*.

Em conseqüência, foi atacado pessoalmente pelo deputado escravocrata Franco de Sá, da tribuna da Câmara. Sena Madureira, usando o direito de resposta, revidou ao ataque pela imprensa, pelo que foi punido.

Em sua defesa saiu a guarnição do Rio Grande do Sul, chefiada pelo Marechal Deodoro da Fonseca e mais o Senador, Marechal de Exército, Correia de Câmara e o *Jornal A Federação*.

Esse incidente de fundo abolicionista foi a principal vertente da chamada Questão Militar. Ela evoluiu para a permissão aos militares, cidadãos com plenos direitos dos demais, recorrerem à imprensa, para expressarem seus pensamentos, independentes da censura, salvo em se tratando de debates entre militares sobre questões de serviço; para o cancelamento das punições impostas a Sena Ma-

dureira e Cunha Mattos, por haverem se defendido pela Imprensa de ataques recebidos dos parlamentares Francisco de Sã e Simplício de Resende; para a criação do Clube Militar em 26 de Jun 1887; para a Petição à Princesa Isabel em 26 Out 1887, pela liberação do Exército dos encargos de cooperar na prisão de escravos fugitivos; para a Lei Áurea de 13 Mai 1888 e, finalmente, para a Proclamação da República, em 15 Nov 1889.

Um testemunho do Marechal Rondon

O Marechal Rondon, como aluno da Escola Militar da Praia Vermelha (1884-90), e também empenhado profundamente na abolição da escravatura, assim viu as conseqüências da petição firmada pelo líder da classe militar de terra, ou do Exército — Marechal Deodoro da Fonseca, ao depor para a escritora Esther Viveiros na obra *Rondon Conta a sua Vida*:

“Tive a honra de participar de dois movimentos cívicos que, logicamente, se encandeiaram: a Lei Áurea e a Proclamação da República...

“Já era antigo o anseio de libertar os escravos...

“...A questão militar viria agravar a efervescência política, questão esta, em parte, conseqüência do erro político da Monarquia de manter a escravidão, deixando que o movimento abolicionista se fizesse à revelia do governo.

“Enviou o General Deodoro da Fonseca uma representação à Princesa para que não obrigasse o Exército a colaborar na captura de escravos. Estava assim feita de fato a abolição, certos os fugitivos de que ficariam impunes, uma vez que o Exército não mais colaboraria nas batidas para os capturar.”

Um caso de omissão do Exército na captura de escravo

Ilustra a omissão do Exército na captura de escravos o seguinte incidente registrado pela *História do Exército Brasileiro*:

“O alferes Gasparino Carneiro Leão foi mandado à frente de um contingente para interceptar a coluna de escravos fugitivos que passava pelo desfiladeiro de Santo Amaro, com destino a Santos, local de refúgio seguro. Chegando ao alto da ladeira avistou a turba descendo para o fundo do vale. Destacando um anseçada (antiga graduação entre o soldado e o cabo) conhecido pelos seus sentimentos abolicionistas, a fim de aconselhar os extenuados perseguidos a debandarem para a mata adjacente, foi recebido com desconfiança, pelo chefe do grupo de escravos, o preto Pio que, ignorando os generosos intuitos do alferes Gasparino, foi ao encontro do anseçada mensageiro e matou-o com uma foice. De imediato os soldados atiraram sobre o preto Pio, que caiu morto.

“O alferes Gasparino não

consentiu na chacina dos demais escravos, que se dispersaram apavorados. Voltou com seu contingente para São Paulo. Submetido a Conselho de Guerra, foi absolvido.

"Desta forma, agiu na forma que agiria mais tarde o citado Marechal Rondon em relação aos Índios:

"Morrer se preciso for! Matar, nunca!"

Ruy Barbosa reconhece contribuição do Exército À Abolição

Ruy Barbosa, em artigo insuspeito sob o título *O Dia Máximo*, alusivo ao dia da Abolição, no dia 14 de maio de 1888, assim viu a petição do Clube Militar à Princesa Isabel, de 26 de outubro de 1887, acompanhada da recusa do Exército de participar da caçada de escravos foragidos:

"Foi o trono que convocou a postos o Exército, para abrir nas serranias de S. Paulo a caçada aos cativos foragidos no seio protetor das matas, restituindo-os à opressão das senzalas.

"Mas os soldados brasileiros não se prestaram a descer abaixo de escravos, resignando-se a instrumento do cativo sacudido por eles; e, com a firmeza dos heroísmos tranqüilos da consciência, interpuseram gloriosamente, na mais peremptória recusa, uma barreira insuperável entre a coroa e a liberdade proclamada naquela insurreição in-cruenta.

"Essa desobediência bendita, essa indisciplina salvadora selou a emancipação do povo negro, firmada no granito das montanhas do sul pela ponta, indócil a vilanias, da espada do nosso Exército.

"Espada redentora, tu cresceste no horizonte da pátria, grande, luminosa, serenadora entre as ameaças de tempestade, como a curva do arco-íris, o sinal de aliança entre a nação, o escravo e o soldado. Desde então, incorreste na desconfiança e nas perseguições; mas nos corações das classes populares, que te viram cintilar ao lado do direito, teceste laços de fraternidade, que te hão de associar para sempre às conquistas civis do nosso progresso, à transformação liberal das nossas instituições."

Foi comum a imprensa abolicionista então tratar o Exército Imperial de Libertador e a Princesa Isabel de Redentora.

Síntese Conclusiva

Esta é parte da verdade histórica que pouco tem sido ressaltada no Centenário da Abolição pelos variados segmentos da sociedade que têm tratado do assunto.

Como conclusão final, podemos afirmar que a contribuição das Forças Armadas foi decisiva para apressar a Lei Áurea e que a Abolição da Escravatura se fez, de fato, em 26 de outubro de 1887, como consequência da Petição do Clube Militar

à Princesa Isabel, no sentido de liberar o Exército do encargo de capturar negros fugidos. Essa petição redundou na recusa do

Exército em desempenhar missões de captura de escravos. E, como disse o Marechal Rondon, depois disso a abolição se fez.



CLAUDIO MOREIRA BENTO – Coronel R/1 do Exército. Atualmente é Diretor do Arquivo Histórico do Exército, membro da Comissão de História do Exército e Presidente do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul. É membro ainda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e congêneres do Rio Grande

do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso e das cidades de Pelotas e São Leopoldo. É membro das academias Brasileiras de História, Riograndense de Letras, Canguçuense e Itajubense de História, da Sociedade Brasileira de Geografia, da Ordem dos Velhos Jornalistas, do Instituto Bolivariano do Rio de Janeiro e Instituto dos Centenários. Possui 16 livros e plaquetes escritos e expressivo número de artigos em periódicos militares e civis do Brasil. Integrou a Comissão de História do Exército Brasileiro do EME (1971-74). Foi instrutor de História Militar da Academia Militar das Agulhas Negras (1976-80) e coordenou a construção do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, no Recife, PE, em 1971.

Desenvolvimento é competir lá fora de igual para igual.

Há pouco mais de três décadas o Brasil era definido como "um país essencialmente agrícola". A partir de 1952, quando o BNDES foi criado, as coisas começaram a mudar.

De importadores passamos a exportadores de manufaturados. Nosso parque industrial expandiu-se e hoje produz 96% das necessidades industriais do País. Tornamo-nos a oitava economia do mundo ocidental.

Estes saltos sucessivos viabilizaram-se graças ao planejamento, aos recursos e à participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Mas o trabalho não se esgota aí. O BNDES agora dá ênfase à modernização do nosso parque industrial, apoiando cada vez mais o avanço tecnológico.

Informática, química fina, microeletrônica, biotecnologia, novos materiais — estes são alguns dos passaportes do Brasil para o século 21. E estão todos incluídos nas prioridades do Sistema BNDES.

Ao completar seus 36 anos, o BNDES continua à frente do processo de desenvolvimento. E continua sendo um agente de mudanças. Sua diretriz fundamental: tão importante quanto a consolidação do mercado interno é, hoje — até para que este mercado possa ampliar-se —, a integração competitiva do Brasil no mundo moderno.

Esta estratégia marca o início de um novo ciclo de crescimento para o País.

Agora vamos competir de igual para igual.



36
A N C S
SISTEMA BNDES

Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social – BNDES

BNDES Participações S.A. – BNDESPAR

Agência Especial de Financiamento
Industrial – FINAME

Vinculados à
Presidência da República
Secretaria de Planejamento e Coordenação

GOVERNO JOSÉ SARNEY



PERSPECTIVAS DO PODER NAVAL

Sérgio Henrique Lyra Barbosa

Neste ensaio, o autor se propõe mostrar que a evolução dos meios, armas e sensores desenvolvidos pelas superpotências mundiais é responsável pelas perspectivas de incremento na importância do poder naval dessas nações e de todas as outras que são por elas influenciadas. É mais, que o notável avanço tecnológico, na área da eletrônica e da energia nuclear, responsável pelo aparecimento dos sensores poderosos e de armas altamente destrutivas, afetará as perspectivas do poder naval no futuro próximo.

GENERALIDADES

O mar tem proporcionado à humanidade um meio econômico e confiável de transporte para longas distâncias e parece que assim continuará sendo até, pelo menos, a chegada do próximo século. A História mostra que o mar concedeu a várias nações desenvolvimento econômico, capacidade de ação e fonte de mobilidade, além de constituir uma certa barreira para algumas delas ficarem fora do alcance fácil

de seus inimigos. Mas mostrou, também, que o descuido de outras com seu poder naval resultou desastroso, tal como a Macedônia de Alexandre, a França de Napoleão e a Alemanha de Hitler.

Embora o desenvolvimento atual do armamento e dos sensores modernos, principalmente no que diz respeito à eletrônica (destaque para os satélites espionagem), aos artefatos nucleares e aos mísseis de todo tipo, faça com que certos analistas militares desaconselhem o dispêndio

de recursos no aparelhamento de uma Marinha de Guerra, tal não é a tendência que se vê, principalmente, analisando-se o que vem ocorrendo com as duas superpotências mundiais. Daí, este ensaio ater-se, primordialmente, às Marinhas norte-americana e soviética, já que a perspectiva que se tem para o poder naval dos Estados Unidos e da União Soviética influenciá-lo, sob todos os aspectos, a perspectiva para o das outras nações, dependendo dos interesses e das possibilidades de cada uma.

Sendo o navio de guerra de custo elevadíssimo, com relação aos meios de outra natureza, desde sua concepção, que toma algum tempo e exige um trabalho bastante especializado, até a incorporação do primeiro de classe, aproximadamente cinco anos depois, é compreensível que haja forte preocupação das potências, mormente as mais desprovidas de recursos, em se engajar em um projeto de construção naval de vulto, com o receio óbvio de a tecnologia contemporânea torná-lo obsoleto no meio de um dispendioso caminho, forçando à adoção de complicadíssimas modificações durante a construção.

É importante, portanto, que se avalie as dimensões evolutivas da tecnologia, até a atualidade, em função do já obtido, para se arriscar estimativas, no máximo, até o final do século. A revolução eletrônico-nuclear tem-nos trazido, a cada ano que

passa, novas e importantes aplicações de computadores no controle das armas; aperfeiçoamentos sistemáticos da microeletrônica, emprestando mais precisão, capacidade e compactação aos sistemas de sensores e de direção de mísseis; poder incomensurável de destruição das ogivas; e velozes e eficientes sistemas de propulsão naval.

Por outro lado, cabe abordar que o propósito global de um poder naval é o mesmo do poder militar em que está inserido, o qual, por sua vez, tem sido o de evitar a guerra sob qualquer de suas formas. Assim, o aumento do poder militar, em geral, e do poder naval, em particular, não infere que haja a vontade imediata de empregá-los. Daí, concluir-se que o desenvolvimento crescente de toda sorte de armamentos, mormente o que ocorre entre as superpotências, é conduzir, cada vez mais, para a dissuasão estratégica, mesmo havendo o risco latente de qualquer conflito regionalizado degenerar em confronto de escala mundial com conseqüências inimagináveis.

No âmbito restrito ao poder naval, ainda é válido considerar que a capacidade dissuasória específica de seu detentor advém da credibilidade que puder impor aos outros e da autoconfiança que tiver em operar com êxito no mar.

Um poder naval tem que ser preparado para atuar dentro de limites precisos — já que o mar

não se constitui em um território a ser ocupado — tanto ofensivamente quanto defensivamente, quantitativa e qualitativamente, levando-se em conta que a guerra moderna deve ser cada vez mais rápida e a reposição do material naval ser inviável a curto prazo. Acresce, ainda, que pesa para qualquer nação a absoluta necessidade de que seu complexo naval seja financeiramente suportável em tempo de paz.

A EVOLUÇÃO DOS MEIOS, ARMAS E SENSORES

O emprego da arma nuclear em conflito no mar pode ser esperado não só pelas superpotências, como pelos países que já possuem esses artefatos bélicos. A simples ameaça de sua existência em um cenário naval, considerando, inclusive, o emprego tático da bomba de neutrons (dano apenas no pessoal por ser mais radioativa que explosiva), levanta sérias objeções à maioria das formaturas navais, cerradas que são para garantir maior apoio mútuo entre as unidades sob ataque aéreo ou de submarino. Além disso, inviabiliza o assalto anfíbio, do modo como conhecemos sua montagem hoje em dia.

Se, ainda, considerarmos o emprego dos poderosos satélites de reconhecimento, atualmente sob o domínio exclusivo das superpotências, fica teoricamente abolida a surpresa es-

tratégica para a maioria das operações de guerra naval em que as ditas potências se envolvam, direta ou indiretamente. A interligação dos sistemas de sensores submarinos dispostos em grandes extensões do fundo oceânico, com satélites de comunicações, a exemplo do sistema de vigilância submarina norte-americano "SOSUS", no Atlântico e no Pacífico, cujas possibilidades reais não são totalmente conhecidas, permite imaginar que nem os submarinos estão mais em condições de explorar, com a mesma vantagem de outrora, sua principal característica defensiva que é o ocultamento.

Todavia, tanto a União Soviética como os Estados Unidos continuam a dar ênfase à construção de navios-aeródromos cada vez maiores, como se já tivessem, no "bolso do colete", os instrumentos necessários à neutralização das atuais armas e sensores supracitados e, também, uma nova concepção de emprego que garanta a proteção aceitável dessas belonaves.

A adequação dos navios-aeródromos à guerra naval moderna vem sendo muito contestada na imprensa especializada norte-americana. As críticas consistem no fator vulnerabilidade relativa desses imensos navios, que exigem escoltas complexas. Aham que o risco de sua perda deveria ser diluído, fazendo-os menores e em maior número, aproveitando-se o aperfeiçoamento das aeronaves de deco-

lagem vertical, já testadas por várias potências.

Para o cumprimento, entretanto, das tarefas do poder naval de controle de área marítima e de projeção de poder sobre terra (aqui embutidos os conceitos de mostrar a bandeira ou exercer pressão política), o navio-aeródromo será ainda, por algum tempo, o meio mais empregado.

Ambas as superpotências continuam colocando o melhor de seus esforços no desenvolvimento de seus submarinos estratégicos. Tanto o *Trident* norte-americano, como o *Thyphoon* soviético serão, por bastante tempo, componentes fundamentais do tripé estratégico de um lado e de outro, em conjunção com os mísseis intercontinentais de terra e com os bombardeiros de longo raio de ação, portadores de mísseis de cruzeiro com cabeça nuclear.

O futuro do embate, submarino *versus* detectores submarinos, vai depender, basicamente, dos avanços nas técnicas de detecção contra o desenvolvimento na construção de submarinos mais silenciosos. As superpotências apresentam, a cada ano, novos projetos, com progressos num e noutro setor, parecendo, no momento, que os americanos estão na frente em termos de detecção, e os russos no que diz respeito à construção de submarinos, principalmente, com cascos de titânio. Entretanto, tudo isso é mantido sob forte sigilo.

Ambas as superpotências, que se saiba, encontram-se em igualdade de condições técnicas quanto ao desenvolvimento de submarinos de ataque com propulsão nuclear, ficando as pesquisas de ambos os lados em busca da redução dos ruídos desses navios, considerando, tanto uma quanto a outra, que o grande inimigo de um submarino é outro submarino. Como o Ocidente tem grande dependência do tráfego marítimo, a União Soviética empreendeu notável incremento em sua flotilha de submarinos, construindo mais de 600 após a Segunda Guerra Mundial, contra apenas 140 dos Estados Unidos, e continua a empreender a construção maciça desses navios, tanto os estratégicos quanto os de ataque.

É na aviação naval que a competição entre as superpotências absorve recursos de tal ordem, que nenhuma outra nação conseguiria sequer pensar em se igualar, mesmo em futuro longínquo.

A União Soviética não possui uma aviação tática embarcada em condições de se comparar à americana. Em contrapartida, desenvolveu uma bem dotada aviação baseada em terra, representada pelo bombardeiro supersônico de grande raio de ação *Backfire*, pelo novo bombardeiro em desenvolvimento *Blackjack* e pelo avião de reconhecimento armado *Bear*, também com grande raio de ação. Todos os três conduzem variado tipo de modernos senso-

res e mísseis, inclusive para a guerra anti-submarino. Até que o novo navio-aeródromo soviético, de enormes proporções, avance na construção e provoque o aparecimento de novas aeronaves, apenas o avião *Forger* de decolagem vertical é empregado em todos os dois navios-aeródromos classe *Kiev* ora existentes.

Os Estados Unidos têm uma bem equipada aviação naval, tanto a que opera em navios-aeródromos como a baseada em terra, constituída de aeronaves de asa fixa e móvel, projetadas para cada tarefa específica. Pesquisas constantes são mantidas nos laboratórios da NASA na Virgínia, e em outros centros aeronáuticos dos Estados Unidos, que garantem o contínuo desenvolvimento desses meios e a melhoria nas características e na "aviônica" das futuras aeronaves de caça, de ataque, anti-submarino, de alarme aéreo antecipado, de guerra eletrônica, de reconhecimento aéreo etc.

Corre por conta da União Soviética, o lançamento do mais impressionante navio de superfície de propulsão nuclear do porte de cruzadores pesados. Excluindo os navios-aeródromos, é o maior navio de guerra construído desde a Segunda Guerra Mundial, com cerca de 28.000 toneladas, tendo sido batizado *Kirov*. O navio possui armamento de todo o tipo e em grande quantidade; anti-submarino, antiaéreo, de superfície,

mísseis de cruzeiro e helicópteros. Foi lançado em 1980 como o mais poderoso cruzador existente no mundo, já desafiando, na época, a opinião daqueles que acreditavam no definhamento dos navios de superfície, excluindo os navios-aeródromos.

Aliás, a construção naval de guerra da União Soviética tem contradito, em toda a extensão, pensamentos similares, pois, a Marinha deste país é hoje líder em número de submarinos e de outros navios de superfície, e vem, nos últimos anos, se concentrando num intenso programa de construção naval e aeronaval.

Em resposta ao lançamento do *Kirov*, os Estados Unidos resolveram recomissionar e modernizar seus gigantescos encouraçados da classe *Iowa* que estavam na reserva. No momento, o primeiro desses navios já operacionais, o *New Jersey*, está dotado dos modernos mísseis antinavio *Harpoon* e de mísseis de cruzeiros *Tomahawk*, tendo sido mantida a bateria principal de canhões de 405mm na proa, numa nítida demonstração de que a Marinha americana entende que o apoio de fogo naval ainda poderá ser necessário no futuro.

O planejamento e a execução das operações anfíbias, embora com as restrições já mencionadas, continuam a merecer dos norte-americanos a mesma doutrina. A União Soviética, apesar de ter a segunda Força de Fuzileiros do mundo,

com seu efetivo bastante limitado de 17.000 homens, não está apta a conduzir operações de envergadura longe do seu território como estão os norte-americanos (185.000 homens). Portanto, sua organização e equipamento têm diferido bastante até o momento. Contudo, tanto os Estados Unidos como a União Soviética continuam a desenvolver os meios anfíbios de forma sistemática. Os Estados Unidos já imaginaram uma diversificação de emprego, organizando a "Força de Deslocamento Rápido", composta de "unidades anfíbias de fuzileiros" e unidades especiais de outras forças singulares, com uso variado e flexível de equipamentos e de meios rápidos de transporte. Os fuzileiros soviéticos, embora crescendo em número de ano para ano e já operando a maior flotilha de *hovercrafts* do mundo, têm, provavelmente, como tarefas básicas, a intervenção em costa desprotegida sob a forma de incursão anfíbia ou, então, o ataque rápido a instalações em ilhas ou a estruturas marítimas fracamente defendidas.

O Corpo de Fuzileiros dos Estados Unidos opera aeronaves de decolagem vertical modelo *Harrier*, helicópteros especiais de desembarque, embarcações e veículos anfíbios os mais variados, que sofrem constante modernização. Para as operações anfíbias clássicas, a Marinha americana possui navios especializados, e continua a

construí-los em grande quantidade e diversificação.

Outros tipos de navios, como os contratorpedeiros, as fragatas, os varredores, os navios específicos para operações anfíbias, os navios-patrolha rápidos etc., vêm sendo desenvolvidos sob todos os aspectos por ambas as superpotências, notando-se uma preocupação nos projetos, visando à maior especialização e à maior capacidade de suportar danos desses meios. De fato, o conflito das Malvinas mostrou que o abandono do couraçamento dos navios em benefício da instalação de maior quantidade de armamento resultou em enfraquecimento inaceitável, comprovado com o afundamento da fragata *Sheffield* com apenas o acerto de um míssil *Exocet*.

É altamente significativo o aumento global em tonelagem das Marinhas dos Estados Unidos e da União Soviética, revelando um crescimento progressivo nos meios flutuantes de ambos os países.

O arsenal naval das superpotências, tanto em termos de armas como de sensores, leva ao sentimento de dificuldade em se separar a realidade da ficção. A inteligência eletrônica, em sua forma microminiaturizada, vem sendo aplicada nos engenhos com grande poder destruidor, nos equipamentos de guerra eletrônica e nos modernos radares e sonares, aumentando de muito sua precisão e diminuindo suas dimensões. Programas es-

peciais nos microprocessadores dos mísseis, que entrarão em uso proximamente, vão poder distinguir os alvos reais dos despistadores. As chamadas "bombas espertas" não atuarão com trajetória balística mas com orientação semi-ativa, bastando-se manter o alvo iluminado por raio laser emitido do atacante ou do outro meio.

A mina marítima como arma naval sofreu muito aperfeiçoamento e sofisticação desde a sua concepção. A moderna mina *Captor* norte-americana, por exemplo, lançada por aeronave ou submarino, ao ser acionada, despeja um torpedo *homing* de grande acuracidade. Ainda por cima, há a possibilidade real de dotá-la de explosivo nuclear.

O emprego atual da mina, e no futuro próximo, é garantido para inibir o tráfego marítimo em áreas críticas ou possibilitar o controle de áreas restritas.

Um dos fatores críticos no moderno combate naval está em se ter as informações disponíveis cada vez em tempo mais curto. Nesse particular, as perspectivas são assombrosas em termos de comando, controle e comunicações navais. Os modernos navios e aeronaves dispõem, ou estão em vias de dispor, de complexos sistemas de computadores integrando poderosos sensores e armas. Circuitos automáticos de comunicações, ainda em desenvolvimento nas Marinhas mais ricas, permitem a troca de informações táticas instantaneamente entre

os consoles de computadores de todas as unidades componentes de um grupo-tarefa, permitindo ao seu comandante, no navio-capitânia, controlar a bateria de mísseis de um de seus navios muitas milhas distantes. Acresce, ainda, que a vasta massa de informações requeridas, a serem trocadas no combate naval do futuro próximo, já poderão ser transmitidas e recebidas sem transitar pelos já considerados lentos canais de voz. Ainda nessa área, sabe-se que um míssil moderno pode atingir seu objetivo em um tempo de corrida tão curto quanto o requerido para se emitir um alarme-fonia de emergência. Já existem, então, sistemas em desenvolvimento na Marinha norte-americana chamados *Aegis*, e já empregados em alguns cruzadores modernos, permitindo que certas decisões críticas de comando sejam transmitidas em microssegundos, codificadas, para acionar a defesa correspondente à ameaça missílica.

E muito mais existe, que ainda não foi permitida sua revelação mas, no momento, o que se conhece, permite inferir pelo incremento na importância destinada pelas superpotências ao poder naval.

Considerações Finais

Há, como se pode deduzir do que foi resumidamente apresentado, um grande desafio para o planejador naval, em preparar uma Marinha de Guerra em

face da exigência de grandes recursos (geralmente limitados), das idéias contraditórias sobre como transcorrerá a guerra moderna, e da perplexidade ante um cenário que se modifica todo dia, em função de inovações tecnológicas. É extremamente audaciosa e complexa a previsão de equipamentos navais a serem empregados para um prazo que exceda de muito uma década, prazo esse que tende a se reduzir, com a aceleração da concepção e produção desses equipamentos. Seja qual for o nível de potência da nação, estudos pormenorizados e profundos têm que ser realizados para se adequar a tática, e à própria estratégia, aos meios navais em evolução, construídos ou por construir, cuja tecnologia pode já ser possuída pelo provável inimigo potencial.

Os navios não podem se ocultar, como faziam até a Segunda Guerra Mundial. Hoje, os satélites de reconhecimento estão em órbita detectando e acompanhando qualquer tipo de alvo de interesse na superfície terrestre ou marítima. As superpotências têm o domínio exclusivo desses e de outros sensores de complicada e caríssima tecnologia, e é quase certo que continuarão a tê-lo até o final deste século. Elas retêm, também, a capacidade de mostrar a vulnerabilidade, ou não, dos meios e táticas navais ora empregados. Conseqüentemente, o acompanhamento da evolução

do poder naval das superpotências servirá de indicador, para as Marinhas de outros países, daquilo que ficou obsoleto ou não.

Por outro lado, torna-se óbvio que a importância do poder naval continua intacta e as perspectivas são de grande desenvolvimento de todos os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, apenas pela observação do que os Estados Unidos e a União Soviética estão fazendo pelo desenvolvimento deste componente do poder militar.

Pode-se afirmar, também, sobre a futura importância do poder naval com a certeza de que a inusitada tecnologia desenvolvida pelas nações mais avançadas tem ampliado, consideravelmente, a potencialidade do mar como meio de projeção de poder, mormente em função dos mísseis de longo e crescente alcance lançados por submarinos, dos modernos e sofisticados aviões de ataque embarcados, dotados de características antidetecção-radar, ora em desenvolvimento, e dos meios anfíbios dotados de notável diversificação, rapidez e adaptabilidade.

O poder naval é, ainda, o instrumento adequado para atuação à grande distância, a despeito de ter que enfrentar uma ameaça nuclear e de estar sob constante vigilância.



SERGIO HENRIQUE LYRA BARBOSA – Capitão-de-Mar-e-Guerra. Além dos cursos de carreira, incluídos os da Escola de Guerra Naval (Comando e Estado-Maior e Superior de Guerra Naval), possui os de Relações Internacionais (Extensão), da Universidade Nacional de Brasília (UNB), e de Administração (Bacharelado), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Além da Medalha Militar de Ouro, é portador das medalhas do Mérito Marinheiro, Mérito Tamandaré

e Mérito Santos Dumont.



PERESTROIKA (REESTRUTURAÇÃO)

Elber de Mello Henriques

Ao comentar o livro de Mikhail Gorbachev, o autor ressalta pontos importantes que justificam a preocupação expressa na última frase do artigo:

"Somente o futuro dirá se o advento da Perestroika terá sido um bem ou um mal para a humanidade".

(Artigo extraído de palestra proferida, pelo autor, no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, em 5 de abril de 1988).

A Rússia engloba 11 fusos horários contínuos. Não fora a perda do Alaska, comportaria 13. Nesse imenso território existem mais de 100 etnias. Metade da população é de russos e a outra metade pertence a 15 diferentes nações, num mosaico racial único na Terra. As numerosas religiões sofrem grandes restrições do Estado que se declara ateu, mas de um ateísmo agressivo, intolerante, brutal e repressor. Atual URSS não possui origem comum nem identidade histórica. Tais elementos geográficos,

étnicos, religiosos e históricos são desagregadores e exigem permanente vigilância e contenção armada.

O Estado russo é centralizador, tirânico e policial. A doutrina leninista não admite contestação. É um regime ditatorial por convicção ideológica, embora use e abuse da palavra democracia.

A partir da Segunda Guerra Mundial, a Rússia se expandiu territorialmente ajudada em grande parte pela doença e senilidade de Roosevelt, aliadas a uma antiga convicção dele de

que o maior perigo era a permanência do Império Colonial Inglês. Essa afirmativa está claramente expressa no livro de Teodoro Roosevelt, filho do presidente, e intitulado *Como meu Pai os Via*.

Sendo considerada a segunda mais poderosa nação do mundo e estando em permanente conflito com os EUA, temia-se uma guerra entre os dois, motivada por questões de prestígio internacional e incompatibilidade ideológica, econômica, militar etc.

Apesar dos gravíssimos danos que adviriam para a humanidade, a marcha para o cataclismo nuclear prosseguia como se a Terra fosse uma nau de insensatos.

Subitamente quase tudo mudou. A morte de Stalin já trouxera um princípio de humanização do regime que prosseguia com maior ou menor intensidade com seus sucessores. Finalmente foi eleito para o Soviet Supremo um homem ainda jovem, risonho, determinado, que deu um novo e alentador rumo nas relações internacionais: Mikahail Gorbachev.

Uma nova mentalidade governamental russa surgiu. Até mesmo com a imagem das esposas dos dirigentes soviéticos. "Pela primeira vez, em tantos anos, ocupava a liderança do Partido e do Governo rostos humanos, em vez de esfinges com rostos de pedra" (Pág. 77) A própria Raísa é jovem, bonita, elegante e sorridente, ao contrá-

rio de suas antecessoras, que viveram e morreram no anonimato.

Vamos agora tentar devasar o pensamento de Gorbachev pela leitura que fizemos de seu livro *Perestroika*, que quer dizer *Reestruturação*.

Diz o Líder soviético:

"É lógico que nenhuma sociedade que tenha respeito próprio pode permitir a anarquia, liberdade para todos, o caos. A Democracia implica em Lei e Ordem e a mais rígida observância disso pelas autoridades, organizações e todos os cidadãos" (Pág. 83).

— *Trata-se de um aviso oportuno com o objetivo de evitar afoitas interpretações e atos temerários de seus concidadãos.*

"O acúmulo de armas nucleares faz com que a declaração de uma guerra mundial, mesmo não sancionada e acidental, se torne cada vez mais provável, devido a uma simples falha técnica ou humana." (Pág. 10)

— *Essa afirmativa contraria a propaganda ocidental que afirma ser a segurança perfeita e insusceptível de comportar falha técnica ou humana.*

"A primeira tarefa da PERESTROIKA é assegurar que cada russo se sinta dono de seu país, de sua empresa, escritório ou instituição." (Pág. 29)

— *O sentir-se dono contraria a teoria marxista que diz que toda propriedade individual é um furto. Contraria também a concepção monolítica expressa*

na idéia de seus teóricos de que os comunistas constituem um aglomerado de milhões de pés marchando com uma cabeça só. Quem se sente dono age como tal, sem consultar a cabeça alheia.

"Alguns russos terão que renunciar aos privilégios que adquiriram ilegalmente. Devido a nossa adiantada assistência social, temos em nosso país muitos parasitas que vivem de rendas imerecidas. Precisamos combater isso mas os filhos desses parasitas não ficarão à mercê do destino, desamparados. Há também excessivo consumo de bebidas, o que prejudica o trabalho e a saúde." (Pág. 57)

— Logo, no paraíso moscovita existem privilégios, rendas imerecidas, parasitas e alcoólatras. Setenta anos de propaganda e repressão não alteraram o comportamento russo, conhecido através dos imensos romances de seus prolíficos escritores.

"Onde estaria agora o mundo se a Rússia não tivesse impedido o caminho da máquina de guerra de Hitler? A Europa inteira foi incapaz de detê-lo, mas nós os esmagamos. Vencemos o fascismo não só devido ao heroísmo e sacrifício de nossos soldados, mas também por causa de nosso aço superior, melhores tanques e aviões. Tudo produto das forjas soviéticas, embora respeitemos a contribuição da coalização de Estados contra a Alemanha." (Págs. 33,36 e 225.)

— Não mencionou que a Rússia assinou um Tratado com Hitler, possibilitando a conquista traiçoeira da Polônia e dos países bálticos. Não mencionou a resistência dos poloneses, dos franceses, dos ingleses, dos iugoslavos e dos gregos dando tempo a que os EUA se apressassem para a luta e lançassem na balança o imenso peso de sua economia, produção bélica, industrial e de alimentos. Isso não foi mera "respeitosa contribuição". Esqueceu-se do clássico general inverno e o saco sem fundos de sua extensão territorial. Além disso, dizer que o armamento produzido pelas forjas soviéticas era superior ao dos nazistas, dispensa comentários. . .

"Na Rússia não existe oposição política, mas isso não quer dizer que não exista confronto." (Pág. 56.)

— Claro que é um confronto extremamente débil, pro forma, vazio e inócuo. Somente uma oposição política livre pode confrontar o Governo.

"Lenine assinou o Tratado de Brest-Litovsk em março de 1918 (78 anos são passados) com a quádrupla aliança (Alemanha, Austria-Hungria, Turquia e Bulgária) e o anulou unilateralmente oito meses depois, em novembro, acusando-o de que seus termos eram "infames e vis" porque anexavam vastos territórios e 56 milhões de russos. Lenine declarou então que assinara o Tratado para salvar a Revolução Comunista e o anu-

lou ao ter a certeza de que a Revolução estava salva.”

– *Ora, o Tratado só foi anulado porque a Alemanha Imperial estava agonizante. Pediu a paz, derrotada, dias depois. Foi puro ato de oportunismo político e militar.*

“ Em ciência histórica e no vocabulário político existe o que se chama de Revolução de Cúpula. Não deve ser confundida com golpes de Estado ou decisões palacianas. São revoluções profundas, iniciadas pelo próprio governo. É o caso da Perestroika. Foi começada e dirigida pelo Partido Comunista. Sua força reside em que ela foi compreendida e apoiada pelo povo. Tornou-se uma revolução de cima e de baixo.” (Pág. 60 a 62.)

– *Isso só é possível em regimes políticos de força, onde há cega obediência. Quem discorda é eliminado. Havendo agora liberdade de opinião conforme Gorbachev apregoa, guardemos as inevitáveis divergências, resistências e convulsões. . .*

“A nova situação criada pela Perestroika encorajou os russos a falar.”

– *Conclui-se que antes não falavam, o que era por todos sabido. . .*

“O Jornal Pravda, de 1 Jan 88, informou que foram enviadas a Gorbachev cerca de 700 mil cartas, algumas com queixas e críticas. Eis trechos dessas cartas:

“É embaraçoso que nossos

produtos sejam de tão má qualidade.” (Pág. 76.)

“Sou católico devoto. Vou à igreja todos os domingos e rezo para que Deus se abstenha de punir o mundo por nossos pecados.” (Pág. 77.)

“Será fácil despertar uma Nação que foi ninada por décadas e décadas para dormir?” (Pág. 78.)

“É nosso dever evitar a volta ao passado. Não à burocracia, à corrupção, ao conformismo, à subserviência e medo dos poderosos.” (Pág. 79.)

– *Como se vê, ele somente publicou as críticas que lhe são favoráveis. . .*

“É hora de esquecer qualquer ação imperialista. Ninguém mais conseguirá subjugar ninguém. Só um tipo de relacionamento conseguirá sobreviver: o relacionamento entre iguais.” (Pág. 159.)

– *Onde está a franqueza e sinceridade de Gorbachev? São tantos os países que a Rússia imperialista subjuga atualmente. . .*

“Estamos tentando transformar a suspeita e a hostilidade em confiança, o ‘equilíbrio pelo medo’ em razão e boa vontade, o egoísmo nacionalista estreito em cooperação.”

– *Parece-me que ele está aos poucos conseguindo, não obstante vozes ocidentais, supostamente precavidas, alertem para o perigo dessa mudança que pode estar escamoteando objetivos agressivos de longo alcance. . .*

“A revolução cultural leninista transformou definitivamente nosso país semi-alfabetizado ou simplesmente analfabeto em uma das Nações mais cultas do mundo. Eliminou o analfabetismo na década de 20 e 30 e difundiu a cultura entre as massas populares.” (Pág. 90.)

– Não acredito nessa afirmativa de que na Rússia não há analfabetos. Acredito que tenha havido um grande avanço para sua erradicação. Posso exemplificar com os EUA durante a Segunda Guerra Mundial e o Paraguai no século passado. Quando em 1943 estagiei em Fort Sill, Oklahoma, vi um grande número de soldados com cartilhas, reunidos em torno de um professor. Perguntei ao Capitão Hall o que era aquilo e ele me respondeu que eram analfabetos em aula. Quanto ao Paraguai do século passado, nem convém perder tempo contestando os Chiavinnattos prostituídos e impatriotas. Comento porque repetidas vezes me afirmaram de que nos EUA não havia analfabetos e que o Ditador Francia havia abolido essa praga no Paraguai.

“As fábricas recebem tarefas e recursos. Praticamente todas as despesas são cobertas, as vendas dos produtos são essencialmente garantidas e, mais importante, a renda dos empregados não depende dos resultados finais do trabalho da fábrica: o cumprimento dos compromissos do contrato, a qualidade do material produzido e os lucros. O resultado é o trabalho

médio ou, até mesmo, de qualidade inferior. Como progredir e melhorar dessa maneira?” (Pág. 95.)

– Essas considerações se aplicam como uma luva na maioria de nossas fábricas estatais. Note-se a contradição com o afirmado antes de que o material das forjas russas era superior ao material alemão. . .

“A essência de nosso planejamento é substituir os métodos predominantemente administrativos por métodos predominantemente econômicos, baseado numa computação exaustiva de custos.” (Págs. 98 e 99.)

– Sem comentários. . .

“A negativa dos EUA de nos vender tecnologia avançada nos obriga a agir por conta própria. Por isso estamos passando por um verdadeiro desenvolvimento da Informática, computadores e outras áreas da ciência. Livramo-nos do tormento das importações.” (Pág. 106.) “O PCUS resolveu, em 1986, modernizar a indústria soviética de maneira a que ela atingisse os padrões mundiais dentro de 6 a 7 anos”. (Pág. 107.)

– Mal começada, essa modernização não pode ainda ser avaliada. Provavelmente os extraordinários gastos militares economizados com a distensão serão encaminhados para essa modernização. . .

“O povo quer ver atitudes dignificantes no administrador. Espera dele o exemplo moral. Onde há um grande administrador, há sucesso. Ele cuida de

seus subordinados; todos gostam de conversar com ele que não precisa erguer a voz ao dar ordens." (Pág. 118.)

— *Eis por que o sanguinário Stalin morreu sem comover, após tantos anos no exercício do Poder...*

"O período do culto da personalidade alterou as nossas Leis. Ele nos levou a um regime arbitrário, à ilegalidade, contrariando os Princípios do Socialismo."

— *Kruschev, em discurso de 5 horas, parte dele publicado no Brasil, já desmascarara esse hediondo culto ao ditador Stalin. A figura onipresente dele era objeto de extenso anedotário. Ex:*

— *Quiseram homenagear o escritor Máximo Gorki. Para isso o governo fez erguer uma grande estátua de Stalin tendo na mão um livro de Gorki.*

"Nenhuma lei trabalhista, ou plano de desenvolvimento, pode ser elaborado sem a aprovação do Conselho Central dos Sindicatos. Se um administrador demite um empregado sem a aprovação prévia do sindicato, sua demissão é automaticamente invalidada pelo Tribunal de Justiça. A Previdência Social, o gerenciamento de casas de saúde, locais de diversão, turismo, treinamento físico e de esportes, o lazer e a recreação infantil também são áreas dos sindicatos".

— *Isso explica a ineficiência dos serviços no mundo comunista e que pude verificar em 1986*

em Belgrado, na Iugoslávia. Em um hotel de 5 estrelas, o melhor do país, o atendimento a qualquer solicitação era moroso e feito de má vontade, sem falar que não havia armários para guardar as roupas, nem rádio, nem televisão, nem geladeira, nem ar condicionado, nem lavagem de roupa, nada. A oferta de serviços era inexistente.

Explica também a queixa dos ex-combatentes russos, obrigados a esperar horas e horas em filas intermináveis, precariamente equilibrados em suas pernas de pau, já que as verdadeiras tinham sido arrancadas e ficado insepultas nos amargos campos de batalha. Ao chegar a vez de serem atendidos, eram tratados com menosprezo por assistentes sociais da juventude comunista.

QUATRO CURIOSIDADES

1. A revolução comunista russa começou em 25 de outubro de 1917, de acordo com o calendário juliano, então em vigor. Pelo calendário gregoriano, corresponde a 7 de novembro de 1917, isto é, uma diferença de 13 dias. Por isso é que vemos na televisão, a cada 7 de novembro, as comemorações comunistas de 25 de outubro. Sabemos que o calendário juliano vem de Julio Cezar que o introduziu, substituindo o calendário romano, no ano

45 a.C. O calendário gregoriano modificou o juliano e foi introduzido pelo Papa Gregório XIII (1572-1585).

2. De 1918 a 1922, quatorze países invadiram a Rússia, tentando restabelecer o antigo regime. O Brasil apoiou essa intervenção e, com isso, somente o Ceará foi prejudicado, porque seu depósito em um banco russo foi confiscado. Represália.

3. Russo branco é o russo que fugiu de seu país de 1918 a 1922 para evitar fuzilamento, prisão ou perseguição. Resultou em imensa perda intelectual para a Rússia.

4. Desde o tempo dos Tzares que a Rússia já era considerada um presídio de Nações estrangeiras. Após a Segunda Guerra Mundial, o presídio foi muito ampliado com a incorporação de parte da Finlândia, dos países bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia) e pela submissão política, econômica, ideológica e militar de todos os países englobados pela cortina de ferro, expressão criada por Churchill, e que são a Alemanha Oriental, a Polônia, a Hungria, a Tchecoslováquia, a Iugoslávia, a Romênia e a Albânia. Estas duas últimas conseguiram voltar a

ser independentes. A Iugoslávia pelo rompimento de Tito com Stalin e a Albânia que preferiu ficar fiel ao Stalinismo. A propósito, Tito, cujo túmulo de mármore branco é de uma simplicidade franciscana, e que visitei em Belgrado, mantinha junto a ele um enorme cão chamado Stalin. Durante as visitas de diplomatas estrangeiros, ele se esmerava em chamar o cão e demonstrar que o havia domesticado. A Albânia que havia rompido com o mundo capitalista, após a morte de Stalin afastou-se também do mundo comunista. Por isso ela é chamada pejorativamente de Mosteiro de Stalin, Museu do Comunismo, Suplício de Marx, Inferno de Engels, Gaiola de Loucos, Nação Autista etc. Quando o ditador Enver Hoxha morreu, seu substituto negou a presença no enterro de qualquer delegação estrangeira e devolveu o telegrama de pêsames do governo russo. Lembremos que durante a Segunda Guerra Mundial, Mussolini mandou invadir a Albânia numa sexta-feira santa.

COMENTÁRIOS FINAIS

O livro é de conteúdo positi-

vo. Tem a força de um documento público. Não pode deixar de ser honrado por quem tenha o gosto da posteridade.

Hoje Gorbachev procura uma conciliação com os EUA, ou por índole pacífica, ou forçado pela gravíssima crise econômica motivada pela corrida armamentista, ou por ambas as coisas. Quem assegura que, passando as dificuldades internas, ele não repita seu ídolo, Lenine, ao denunciar unilateralmente o Tratado de Brest-Litovsk? Poderá superar definitivamente as reações internas?

Apesar de defender a soberania dos povos, não faz qualquer menção a uma consulta popular para saber se eles querem continuar pertencendo ao aglomerado socialista submisso a Moscou. Os próprios judeus, que não ocupam território nenhum são privados da liberdade de deixar a União Soviética, embora Gorbachev tenha permitido maior liberação.

Para o autor da *Perestroika* o único russo de valor é Lenine, que é constantemente citado e louvado. Quase nunca se refere a Stalin, a Malenkov, a Kruhshchev ou a Brejnev. Há pouco tempo, as agências internacionais notificaram (7 Fev 88) que Gorbachev proibiu a aceitação de denúncias anônimas para investigação e que, por ordem dele, foram postos nos Museus os bustos de Trotsky, Kamenev, Zinoviev, Bukharin e outros estigmatizados por Stalin. Esse museu fica perto do Rio Neva, e

é um castelo de mármore construído no século XVIII. Não muito distante está o Hermitage, o Louvre russo, antigo palácio de inverno do Tzar.

Os tártaros estão exigindo sua volta à Pátria de onde foram desalojados brutalmente por Stalin sob a alegação de que eles colaboraram com os nazistas.

Os armênios estão agitados, querendo recuperar suas terras divididas entre a Rússia e a Turquia, com sangrentos extermínios. Recentemente, conforme exibido em filmes clandestinos, mais de 100 mil armênios exigiram em praça pública a região de Nagorno-Karabash que hoje integra o Azerbaijão russo. Nessa manifestação violentamente reprimida pela polícia, teria havido cerca de 300 mortos e 1000 feridos.

Em fins de março de 1988 houve a primeira greve contra o Partido Comunista...

Gorbachev autorizou a revisão da História russa escrita pelos comunistas e que figura em sua enciclopédia. Hoje o povo soviético está começando a tomar conhecimento da História contemporânea de seu país, sonnegada por 70 anos.

As cidades soviéticas continuam mudando de nome ao saber da política dominante, e essa prática vem do tempo imperial:

— São Petersburgo foi rebatizada para Petersburgo após a morte de Pedro, o Grande, que a mandou erigir; depois foi esla-

visada e passou a Péetrogrado. Como nos primeiros anos de fanatismo e bajulação nada, nem ninguém, podia ser maior do que o fundador do Estado Comunista, a cidade tomou o nome de Leningrado.

– Pripesk mudou para Frunze, de Michail Frunze, Chefe do Exército;

– Katerenburgo, em homenagem à rainha Catarina, passou a Sverdlovsk, amigo de Stalin;

– Tiver é hoje Kalinin, ex-chefe comunista;

– Mariupol tomou o nome de Zhadonov, líder ideológico;

– Tzarizin veio a ser Stalingrado e se celebrizou pela resistência na Segunda Guerra Mundial. Hoje tem novo nome: Volgogrado; aliás, com a morte de Staling, 11 cidades e uma montanha perderam seu nome para políticos contemporâneos. Curioso é que ao abolirem o nome de Stalingrado esqueceram de rebatizar a cidade e ela ficou pagã por uma semana.

– Nabrezhniye trocou de nome para Brejnev e, por morte deste, voltou à antiga denominação.

Após essa síntese do que me pareceu mais importante da Perestroika, pergunto: Gorbachev é confiável?

Nixon advertiu para o perigo que representa o fascínio e o carisma dele e que pode levar o Ocidente a despreparar-se para

a guerra inevitável com a Rússia nos primeiros anos do século XXI.

Em minha opinião, o futurismo a longo prazo é um fantasioso exercício de imaginação, porque lida com fatores variáveis e incontrolláveis como os elementos atmosféricos que desmoralizam os serviços de meteorologia. Por isso prefiro raciocinar com a antecipada declaração de que estudo possibilidades, quando muito probabilidades sem menosprezar as intenções dos governantes.

Os que acompanharam a História da Rússia Comunista lembram-se de que de sua implantação até a morte de Stalin, a atmosfera política era irrespirável, reeditando o terror instituído por Robespierre durante a Revolução Francesa.

A partir de Malenkov o mundo começou a perceber um abrandamento. As viagens e as tiradas de Krushev melhoraram a expectativa, porém Brejnev voltou ao enigmatismo stalinista. Suas imensas sobranceiras aumentavam a impressão inamistosa. Não obstante, comparada à permissividade cada vez maior do mundo capitalista, a Rússia oferecia uma imagem de ordem, de moral e de costumes severos. A transmissão pela televisão das festividades do segundo centenário do teatro Bolshoi e de suas impecavelmente organizadas competições esportivas, bem como as exibições artísticas e teatrais do Exército

soviético, consolidaram essa convicção.

Agora, com Gorbachev e sua abertura política podemos ver, inclusive pela liberdade turística, uma Rússia mais liberal e humana. Os distúrbios sociais, o abuso de bebidas alcoólicas, os escândalos sobre desonestidade de dirigentes, o incêndio da biblioteca de Leningrado, demonstrando negligência e irresponsabilidade, o desastre de Chernobyl, a perda da única orquídea criada no espaço exterior, furta-da de uma estufa na cidade de Kiev, o câmbio negro de dólares nos hotéis e nas ruas, conven-cem de que as características humanas superam qualquer comportamento ditado por ideologias. A Rússia é um mo-saico de 15 nações que permanecem unidas pela violência do poder central, com a supressão do direito de falar, de ouvir, de escrever, de ler e de usufruir programas livres de rádio e te-levisão.

Logo que Gorbachev tornou público um ligeiro afrouxamento das medidas centralizadoras, o império comunista começou a estremecer e a surgir sintomas iniludíveis de desagregação per-riférica.*

A permissão para a livre contestação das idéias e atos do governo moscovita conduzirá, provavelmente, a uma crescente reação dos pensadores e inte-lectuais.

Essas duas componentes poderão levar a rumos imprevisíveis.

Do lado ocidental o grande perigo é a divisão, a Europa de-sunida, o afastamento dos EUA e o seu conseqüente isolamen-to, permitindo que o mundo seja batido por partes. Manobra clás-sica. . .

Somente o futuro dirá se o advento da Perestroika terá sido um bem ou um mal para a hu-manidade.



Cel R-1 ELBER DE MELLO HENRIQUES. Cursos - Colégio Militar do Ceará, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Escola Superior de Guerra. Comissões Principais - Observador aéreo da Força Expedicionária Brasileira, tendo participado da luta, na linha de frente, do primeiro ao último dia da Campanha na Itália; Comandante da Bateria de Projétores do Forte de Copacabana; Comandante do Corpo de Alunos da Escola de Sargentos das Armas, Instrutor da Escola de Artilharia de Costa; Chefe de Gabinete do Estado-Maior das Forças Armadas; Representante do Ministério do Exército no IBGE; Comandante do 2º Grupo de Canhões 90 Antiaéreo; Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil; Vice-presidente do Conselho Nacional da Associação dos Ex-combatentes. Trabalhos Publicados - Além de inúmeros artigos e conferências, publicou o livro "A FEB 12 Anos Depois" (aprovado pelo Estado-Maior do Exército e publicado pela Biblioteca do Exército). Descobriu, preparou e apresentou a obra do Ten Cel Jorge Maia, "A invasão de Mato Grosso", editada pela Biblioteca do Exército.

* O Globo de 8 Abr 88 - "A crise provocada pelos armênios cria grandes dificuldades à implantação da Perestroika, porque atinge o orgulho nacional russo de grande potência territorial, populacional, política e militar."

Na mesma data acima, foi anunciado um acordo, pelo qual a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão se iniciaria a 15 de maio. Lembramo-nos que esse início já foi divulgado, como tendo começado, 2 ou 3 vezes e que, dependendo do vulto da retirada, ela se processará em meses, ou em anos, em décadas, ou em séculos. . .



A CAMPANHA SERTANISTA DE RONDON

Francisco de Paula e Azevedo Pondé

O presente trabalho, a partir do terceiro subtítulo, baseia-se no diário de Rondon, ditado por ele a Ester de Viveiros, em Rondon Conta a sua Vida. Há anos atrás, conversando com o General Jaguaribe Gomes de Matos sobre este assunto, após a posse do autor no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, na cadeira de Rondon, com a tese *A campanha Indigenista de Rondon*, seu saudoso mestre e amigo convidou-o para visitá-lo em seu apartamento em Copacabana. E lá, entregando-lhe cópias da carta da "Comissão Rondon", pediu-lhe para publicar o que ele havia iniciado, "para glória do grande Rondon".

O trabalho é acompanhado de partes xerografadas da *Carta do Estado do Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas*, em projeção policônica, escala de 1:1.000.000, "organizada e desenhada no serviço de conclusão da Carta, sob a direção geral do General Cândido Mariano da Silva Rondon e direção gráfica do General Jaguaribe Gomes de Matos, período de 1890 a 1930", e de uma outra do Centro-Sul do Brasil; projeção policônica, escala de 1:2.500.000 (ed. rev. *Quatro Rodas - 1971*), na qual se encontram assinaladas as seis cartas parciais do texto, que situarão melhor o leitor no conjunto.

O TELÉGRAFO ELÉTRICO - Guilherme Schuck de Capanema

Extinto o tráfico negreiro e regulamentada a lei de 7 de setembro de 1831,

estabelecendo medidas para sua repressão,¹ surgiu a necessidade de comunicações rápidas com as patrulhas encarregadas de impedir o desembarque de negros no território nacional. Para obtê-las, o Ministro Eusébio de Queirós in-

¹Dec. 7 de novembro de 1848.

cumbiu os professores Paula Cândido e Guilherme Schuck de Capanema de estudarem a aplicação do telégrafo elétrico já de uso corrente em outros países. Capanema dedicou-se intensamente à missão e, em 11 de maio de 1852, foi possível inaugurar a primeira linha entre a Quinta da Boa Vista e o Quartel General. No ano seguinte, a rede telegráfica estendia-se ao Morro do Castelo, Quartel de Permanentes e Arsenais de Guerra e da Marinha, ficando dessa forma estabelecida a comunicação telegráfica entre a Quinta Imperial e os órgãos de segurança daquela época. Em 17 de março de 1855, em virtude da importância já apresentada pelo serviço, o Imperador nomeou o Dr. Capanema, depois titulado barão desse nome, diretor dos Telégrafos Elétricos, cargo que ocupou até a queda do Império. Em 1857, os fios alcançavam Petrópolis com 50.630 metros, dos quais 14.970 em cabo submarino, que, partindo da Praia da Saúde, alcançava a Ilha do Governador e depois o Porto de Mauá, em Guia de Pacopomba, no antigo Município de Estrela, no fundo da Baía de Guanabara; e desse porto, pela Estrada de Ferro Mauá, em linha aérea, atingia Petrópolis. Em 1858, o telégrafo era franqueado ao público, com linhas para Cabo Frio, Rio Grande,

Pelotas e Porto Alegre, tendo sido as três últimas cidades consideradas indispensáveis e urgentes em virtude da situação do Império com os países do Sul.²

Em 1865, por ocasião da invasão de Mato Grosso, as comunicações com o interior do país eram tão precárias que o Ministro da Guerra, Visconde de Camamu, em relatório à Assembléia Legislativa, informava que as autoridades daquela província nada lhe haviam informado: "o que sabemos consta de cartas particulares; e do movimento, o ponto em que se acham as forças organizadas na capital da província, nada tem ao certo chegado ao conhecimento do Governo, sendo atrasada a correspondência recebida."³

A Guerra do Paraguai veio provar a falta absoluta de comunicações com o interior. A expedição que saiu de São Paulo, para defender o território de Mato Grosso invadido pelas tropas de Solano Lopez, levou mais de um ano para atingir Nioaque e metade do seu efetivo morreu nas marchas pelo sertão inóspito e inclemente. A gloriosa Retirada da Laguna, descrita pelo estilo característico de sua testemunha, o Visconde de Taunay, ficou como o estigma de uma imprevidência que não

²F. P. A. Pondé - *Manuscritos da Casa do Trem*. p. 399. Xerox. 432 pp., 1972, Rio. - idem. "A Política Indigenista de Rondon". Rev. n.º 60 do IGHMB, - 1970.

³Relatório do Ministro da Guerra de 1865.

poderia perdurar se quiséssemos, no futuro, preservar a integridade do nosso território; e o insucesso dessa expedição militar, a nossa incapacidade em defender a imensa extensão de terras banhadas pelos formadores do Prata e cuja única via de acesso estava na passagem por Buenos Aires e Assunção.⁴

Apesar disso, terminada a Guerra da Tríplice Aliança, nada foi feito.

SITUAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES DO IMPÉRIO

As comunicações no Império eram más. O Correio fazia o transporte das correspondências a cavalo pelas estradas carroçáveis, por estrada de ferro e via marítima ou fluvial. Os nove mil e setecentos quilômetros de ferrovias construídos pela Monarquia obedeciam ao mesmo sistema de ligação direta entre certas regiões sertanejas e os portos próximos do litoral, sem planos sistemáticos de articulação.⁵ As estradas carroçáveis, por sua vez, eram deficientes e por elas se arrastavam os carros de boi e os tropeiros com suas tropas de burro, com exceção das Estradas Normal da Estrela e da União e Indústria, construídas com excelente técnica e obede-

cendo às normas para as estradas da Província de Minas, percorridas por diligências. Havia ainda algumas regulares em São Paulo e a que ligava Cuiabá a Goiás e essa a Ouro Preto, mas a maior parte das localidades do Império comunicava-se por caminhos, em sua maioria, intransitáveis na época das chuvas.

Em 1880, as linhas telegráficas do governo estendiam-se por 6.942 quilômetros; e, em 1887, por 10.633, com 171 estações e 528.000 despachos telegráficos. As linhas telegráficas das ferrovias particulares atingiam a mais de 7.000 quilômetros e as do governo somavam 18.000 quilômetros. Todas as províncias marítimas e uma parte do interior de São Paulo e de Minas já se comunicavam por telégrafo; e as linhas telegráficas de Goiás e Mato Grosso, em construção, deviam ficar terminadas em 1889. Independente da linha terrestre do governo, que acompanhava a costa, o cabo submarino, de mais de seis mil quilômetros, estendia-se de Belém a Montevideú, servindo aos principais portos; o cabo de Belém do Pará ligava-se, pela Guiana, às Antilhas e à América do Norte. O de Recife a Lisboa, pelas Ilhas de Cabo Verde e da Madeira, interligava o Brasil à Europa desde vinte e dois de junho de 1874. Pela Re-

⁴General Meira Mattos. *Brasil-Geopolítica e Destino*, 108 páginas. Bibliex co-ed. com Liv. José Olympio Ed. Rio, 1975, pág. 47.

⁵Pinto de Aguiar. *Rui e a Economia Brasileira*. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio, 1973.

pública Argentina, as linhas telegráficas brasileiras comunicavam-se com as do Pacífico. Já existiam linhas telefônicas nas principais cidades; e a do Rio de Janeiro possuía telefone direto com Petrópolis.

COMISSÃO CONSTRUTORA DE LINHAS TELEGRÁFICAS -

Cel. Everton Quadros(*)

Apesar da situação de Mato Grosso, só no ocaso do Império foi que o governo mandou estudar a ligação telegráfica entre a Corte e Cuiabá, criando a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas, com a finalidade de estabelecer comunicação telegráfica entre as cidades de Franca e Cuiabá, passando pelas de Uberaba e Gofas. Para chefiá-la, nomeou o Coronel Everton Quadros, tendo como ajudante o Major Antônio Ernesto Gomes Carneiro, a encarregar-se do trecho Franca - Uberaba - Gofas, pela margem direita do Araguaia. Pela margem esquerda, seguiria mais tarde, o Cap Cunha Matos.

A proclamação da República encontrou os trabalhos já adiantados, com Gomes Carneiro além de Uberaba e Cunha Matos a quarenta e dois quilômetros de Cuiabá.

COMISSÃO CONSTRUTORA DA LINHA TELEGRÁFICA CUIABÁ-ARAGUAIA -

Major Gomes Carneiro

A República reorganizou a Comissão para o trecho Cuiabá, margem esquerda do Araguaia, um longo trajeto de cerca de seiscentos quilômetros, através do território dos temíveis índios Bororós. Para chefiar a nova comissão, que tomou a denominação de Comissão Construtora da Linha Telegráfica Cuiabá-Araguaia, o Ministro Benjamin Constant nomeou o Major Gomes Carneiro, por indicação do General Floriano Peixoto, Ajudante General do Exército. Assim, os Trabalhos não tiveram solução de continuidade, e Gomes Carneiro, procurando um auxiliar mato-grossense, escolheu Cândido Mariano Rondon, que além de satisfazer a condição de conhecer bem Mato Grosso, havia sido classificado em primeiro lugar na Escola Militar com o curso distinto, tendo saído alferes-aluno, bacharel em Matemática e Ciências Físicas e Naturais e com os cursos de Engenharia Militar e de Estado-Maior. Rondon, que pertencia à turma brilhante da qual faziam parte, entre outros, Alexandre Leal, Tasso Fragoso e Euclides da Cunha, foi nomeado a 23 de

(*) a partir deste capítulo baseado no diário de Rondon.

dezembro de 1889; e a comissão ficou assim constituída:

- Chefe** – Major Antônio Everton Gomes Carneiro
- Ajudantes** – Cap Manuel Caetano de Faria e Albuquerque
– Ten José da Cunha Pires
– Alferes – Aluno Cândido Mariano da Silva Rondon
- Comandante do Contingente** – Carlos Ferreira de Assunção, reformado e nomeado inspetor de primeira classe da Repartição Geral dos Telégrafos para servir na Comissão.
- Pagador** – Manuel da Cunha Moreno

A Escola Militar desligou Rondon, a 8 de janeiro de 1890, no posto de Segundo-Tenente de Artilharia, por ser aluno distinto, de acordo com o regulamento; e, três dias depois, ele foi promovido a Primeiro-Tenente de Estado Maior de Primeira Classe, por serviços relevantes.

Cuiabá – 1890 a 1891

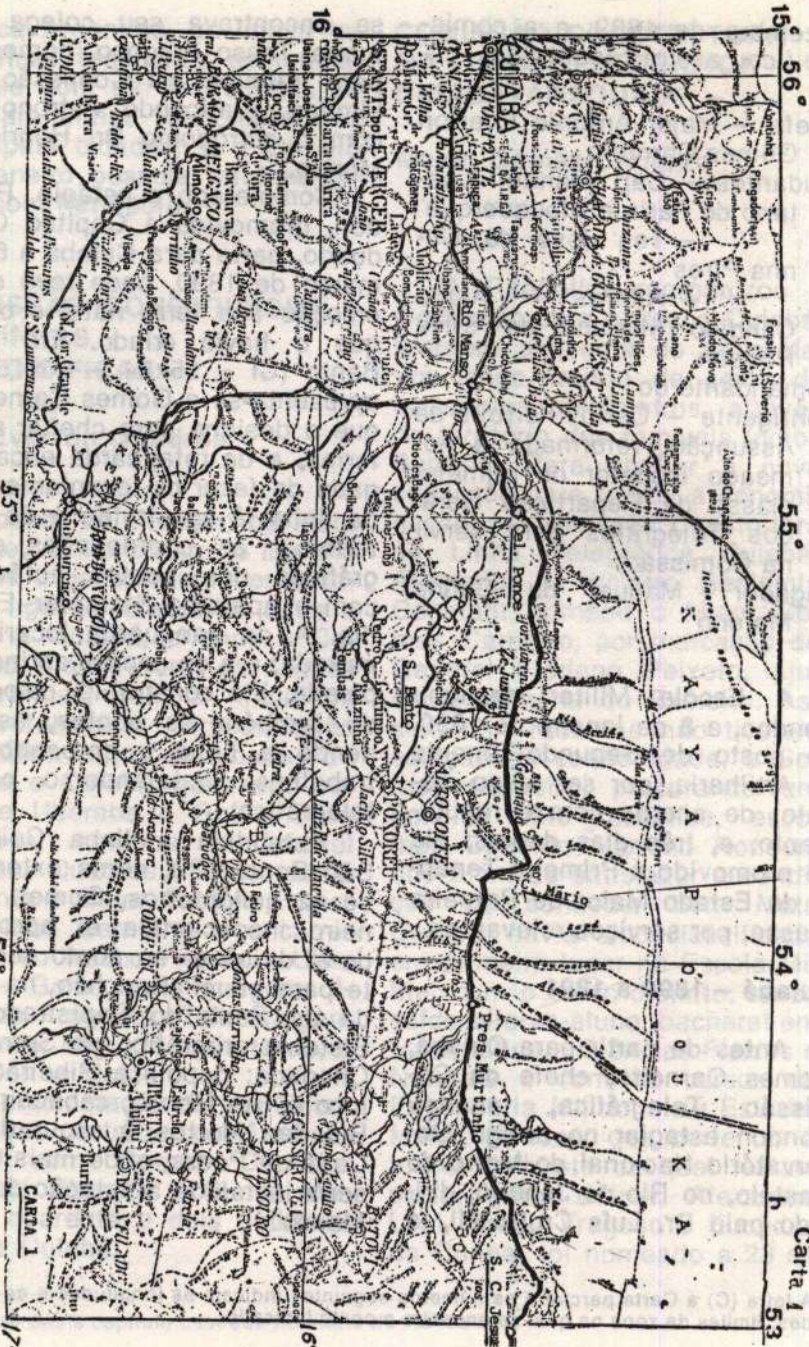
Antes de partir para Cuiabá, Gomes Carneiro, chefe da Comissão Telegráfica, mandou Rondon estagiar no antigo Observatório Nacional do Morro do Castelo, no Rio de Janeiro, dirigido pelo Dr. Lufs Cruls. Ali, já

se encontrava seu colega de turma Tasso Fragoso, nomeado para trabalhar na Comissão de Limites, praticando Astronomia com o astrônomo Dr. Henrique Morize.

Completado o estágio, Rondon, promovido a Capitão Graduado, parte para Cuiabá a 6 de março de 1890, onde revê com emoção sua terra natal e o tio que o havia criado. Em São Bento (CI – 55x54 – 16x15),⁶ apresenta-se a Gomes Carneiro, que o designa para chefiar a 3ª turma, a da retaguarda encarregada de fazer os levantamentos da linha já construída e de determinar as coordenadas geográficas dos pontos notáveis, com o aparelho Stampfer-Estádia. A da vanguarda locaria a estrada; e a do centro, abrindo a picada, iria construí-la, colocando também as pontes, estendendo a linha e, coroando os trabalhos, instalando o posto telegráfico.

Estendida a linha Cuiabá-São Bento (CI), numa extensão de 42 quilômetros, Gomes Carneiro inspeciona-a e, aprovando-a, dirige-se ao ponto seguinte para atingir Ranchão, na fralda da Serra do Capistrano do Sistema orográfico da Serra da Chapada; depois a Ribeirão Tijuco e Rio Manso, cabeceira do Rio das Mortes, à esquerda da Casa de Pedra, onde mais tarde seria instalada a estação do Rio Manso.

⁶A letra (C) a Carta parcial e os números seguintes indicam as longitudes e as latitudes, limites da zona na qual se encontra o ponto indicado.



Os trabalhos prosseguem com firmeza e, em pouco tempo, atingem Buriti a 692 metros de altitude (Cl - 56 x 55 - 16 x 15), na cabeceira do Rio das Mortes (Manso), junto ao Ribeirão Tijuco, pela estrada e cabeceira do Rio São Lourenço. Na fazenda de Diogo Borges, a comissão descansa depois da longa caminhada por terras desabitadas, sob a inclemência do tempo e sujeita aos ataques dos Índios. Percorre, 583 quilômetros de linha sobre os seiscentos da velha estrada de Anhangüera, de Cuiabá a Goiás, construída pelos bandeirantes, atravessando-a na extensão de quatrocentos quilômetros, a região dos Bororós, dos quais só os de São Lourenço estavam parcialmente pacificados; os do Leste ainda eram primitivos e inimigos dos brancos, mas Rondon não permitia que seus subordinados os hostilizassem, seguindo o apostolado de Alexandre de Gusmão, Anchieta, Vieira, José Bonifácio, Teófilo Otoni e Gomes Carneiro, considerado seu grande mestre e ao qual com profundo respeito se referia, como tendo sido seu amado mestre no sertão e quem lhe ensinara a ser soldado e a amar o Índio. Antes de alcançar Capim Branco (Coronel Ponce), Rondon atravessa os saltos de São Lourenço (Pangabadore), batizando-os com os nomes de Benjamin Constant, Florianiano e Demétrio, próceres republicanos; e, em junho, atinge Capim Branco (Cel Ponce) a 509 me-

tros de altitude e a cerca de 126 quilômetros a Leste de Cuiabá. Ficava-lhe faltando 474 quilômetros para Araguaiana, e Registro do Araguaia, término da comissão (Carta 2).

Em Capim Branco (Cel Ponce), Gomes Carneiro instala a primeira estação telegráfica, dando-lhe o nome da Vila, e, para chefiá-la, escolheu Montesuma, praticante da estação de Cuiabá, inaugurando-a festivamente com um almoço para todo o pessoal do serviço. O rancho da estação construído de pau-a-pique, rebocado, caiado, coberto com sapê e de chão de terra batida, possuía os cômodos indispensáveis para abrigar a sala de aparelhos, o funcionário e sua família. O trabalho até Cel Ponce havia sido relativamente fácil; o difícil estava para ser feito, com o desbravamento e travessia do sertão desconhecido; contudo, a partida havia sido dada e isso era o importante. O sertão leste de Mato Grosso era desconhecido e nele seria traçada a linha telegráfica definitiva projetada no Império. Rondon acompanharia Gomes Carneiro no reconhecimento, enquanto o Capitão Manuel Caetano de Faria e Albuquerque permaneceria em Cuiabá, cuidando do material e da correspondência; o outro ajudante, Tenente José da Cunha Pires, ficaria encarregado da construção, trabalho árduo e difícil.

Em agosto de 1889, Gomes Carneiro havia partido pela antiga estrada, da Ponte de Pedra

(C1 - 55 x 54 - 17 x 16) até Sangradouro e daí para Registro do Araguaia, etapa ainda em região infestada de índios selvagens que atacavam os trabalhadores apesar de protegidos por um destacamento de 20 a 30 soldados. A estrada antiga era mais curta do que a variante aberta pelo Governo de Gofas, além de atravessar o povoado de Macedônia (C2 - 52 x 51 - 17 x 16), sendo menos perigosa e, por isso, preferida pelos viajantes. Da Ponte de Pedra, local do antigo destacamento militar, Gomes Carneiro passa para Buracão, cheio de depressões e cabeceiras. A uma delas, cheia de buritizais, dá-lhe o nome de *Cabeceira Mário* (C.1 - 55 x 54 - 16 x 15), lembrando o filho querido que, em acidente de bordo, perdera os pés decepados pelas correntes da âncora do navio em que viajavam. Atinge em seguida Vargem Grande, a 672 metros de altura, Sagrado Coração de Jesus (C1 - 55 x 54 - 16 x 15), a meio caminho de Cuiabá, e, finalmente, Araguaiana (C2 - 52 x 51 - 16 x 15), onde acampa com seus homens. No Registro do Araguaia, habitada por antigos moradores, pequena população de duas ou três centenas de habitantes, estacionava o destacamento do Alferes Teixeira. A vila possuía uma igreja e o comércio fazia-se através dos tropeiros transportando mercadorias e correspondência. Atingindo o ponto terminal, Gomes Carneiro reúne-se à turma vinda de Uberaba.

Rondon, que havia interrompido o trabalho aos 15 de julho para acompanhar Gomes Carneiro, regressa a Cel Ponce e reassume sua turma, para fazer os levantamentos topográficos da linha construída e determinar as coordenadas geográficas dos pontos mais importantes. Em Cel Ponce, reencontra Montezuma na estação telegráfica em pleno funcionamento e, reorganizando seu pessoal, retoma em setembro o serviço, com o início das chuvas e trovoadas. O trabalho, nessas condições, era penoso e não progredia, havendo dias em que o levantamento não passava de 6 a 8 quilômetros, enquanto a construção, já adiantada, alcançava Sangradouro, escolhida por Gomes Carneiro para local da outra estação telegráfica.

Os trabalhos prosseguiram, embora penosamente, e todos se alimentavam com carne charqueada da boiada que levavam, farinha e milho e, nas regiões percorridas, melhoravam a alimentação com mel e açúcar de buriti, chá de dobradinha e palmito de uacuri, da palmeira da família de uacuaçu; nas proximidades de um rio, substituíam a carne por peixe. As turmas comunicavam-se entre si pelo aparelho telegráfico portátil instalado logo após o levantamento da linha; e, desse modo, Gomes Carneiro, Rondon e o ajudante Caetano de Faria logo ficavam a par dos trabalhos das turmas e das necessidades e problemas de cada uma.

Rondon alcança Voadeira no

dia 30 de abril de 1891, aniversário de Floriano Peixoto, inaugura as estações de Barreiros e de Baixo, antiga Passa Vinte, e comunica-se com Gomes Carneiro já em Araguaiana, onde chegara com o Capitão Assunção.

COMISSÃO RONDON

Em 30 de abril de 1891, Gomes Carneiro regressa ao Rio de Janeiro, para exercer missão de confiança, passando a Rondon a chefia da comissão que desde então passou a ser chamada de "Comissão Rondon".

Constituiu um momento triste para todos a despedida de Gomes Carneiro, pelas suas qualidades excepcionais de condutor de homens, competência, caráter, justiça e energia. Foi um grande defensor dos Índios aos quais tratava e deles falava com ternura. Em treze meses, foram estendidos 514 quilômetros de linha telegráfica e ligadas por telégrafo as cidades de Cuiabá e Araguaiana, vencidas inúmeras dificuldades.

Gomes Carneiro, recebendo outra missão em 1892, como comandante de um destacamento contra os fanáticos do Paraná, sagra-se herói na cidade de Lapa, perdendo a vida em defesa dos seus ideais.

Passado algum tempo, tornou-se evidente a necessidade da reconstrução, em fase definitiva, da linha já estendida pre-

cariamente, que exigia conservação dispendiosa e contínua. Além disso, o fio de 2,5 milímetros, aconselhado pelo Dr. Guilherme Capanema, não oferecia resistência suficiente a tração da linha entre os postes; e os freqüentes temporais da região interrompiam as comunicações com a queda dos postes ou árvores sobre as linhas. A que fora estendida a partir de Uberaba, tendo atingido a margem esquerda do Araguaia, foi reconstruída, nos anos de 1892 e 1893, com as mesmas modificações da outra.

Rondon, indicado por Gomes Carneiro para substituí-lo, é nomeado e logo assume a chefia com a idéia fixa de não hostilizar os Índios, os verdadeiros donos da terra.

E, nesse trabalho hercúleo, percorreu terras infestadas por indígenas selvagens lançando o lema que o nortearia, em relação aos Índios, no sertão a percorrer: "Morrer se necessário for; matar nunca".

Republicano histórico, Rondon, em 1893, quando os Almirantes Custódio José de Melo e Saldanha da Gama revoltam a Esquadra, oferece-se para lutar pela república, mas o Marechal Floriano Peixoto, dando grande valor aos seus serviços em Mato Grosso, determina-lhe permanecer em Cuiabá. As relações entre o Brasil e a Argentina estavam tensas e a estrada estratégica entre as cidades de Goiás e Cuiabá passou a ser de primeira necessidade.

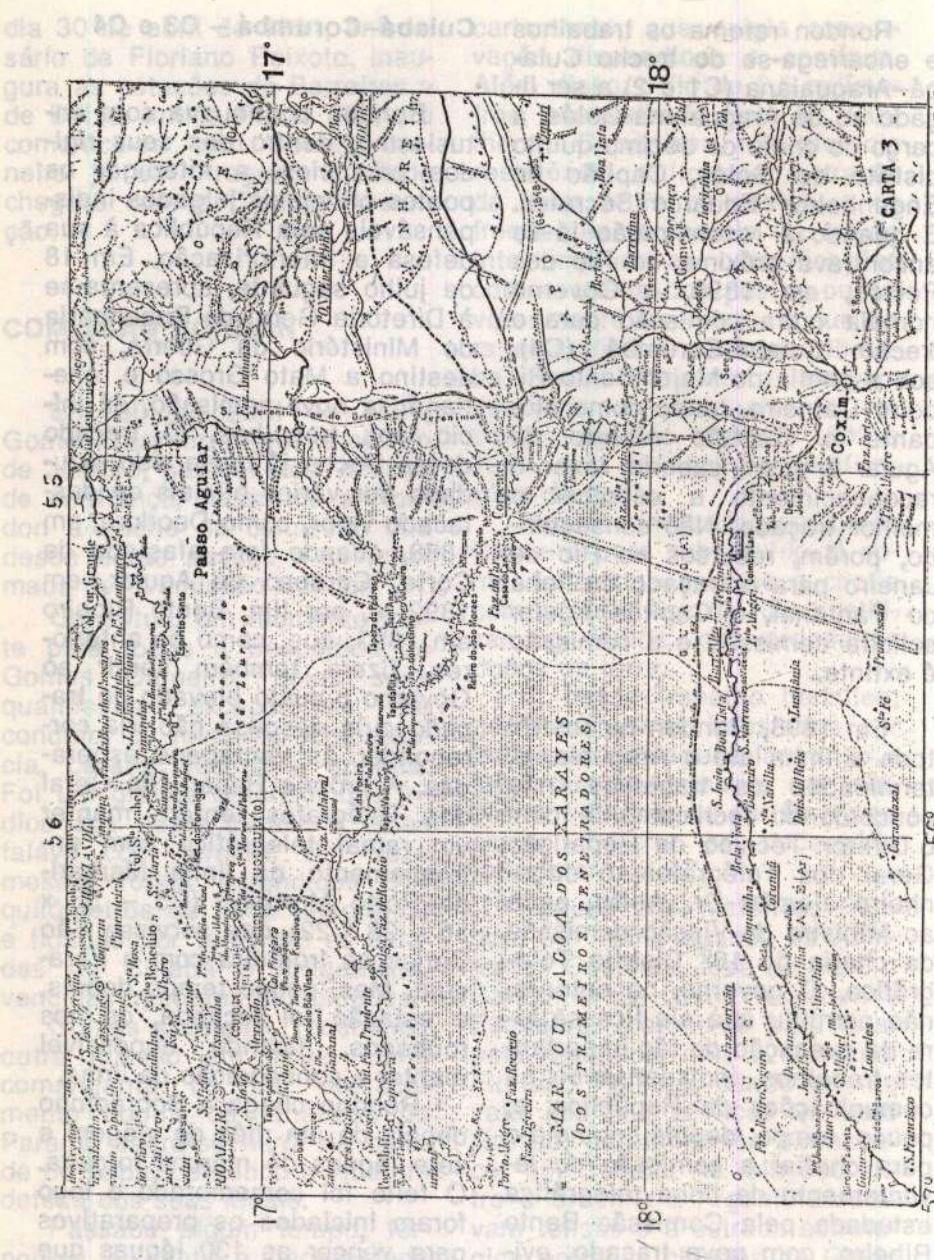
Cuiabá—Corumbá — C3 e C4

Rondon retoma os trabalhos e encarrega-se do trecho Cuiabá—Araguaiana (C1 e 2) a ser ligado ao de Araguaiana-Goiás, a cargo do chefe do décimo quinto distrito de Goiás, Capitão de Engenheiros Eduardo Sócrates. E quando a reconstrução já se encontrava próxima do Rio dos Peixes, em 1896, o Governo nomeia outra comissão para o trecho Cuiabá—Corumbá (C4), sob a chefia do Major Bento Ribeiro Carneiro, tendo como ajudante o Capitão Alberto de Aguiar a quem caberia fazer o reconhecimento e escolher o melhor traçado. Não conseguindo, porém, recursos no Rio de Janeiro para o traçado da linha do Pantanal, o Capitão Aguiar solicita demissão e a comissão é extinta.

Em 1898, Rondon reconstrói toda a linha até o Araguaia; e, terminados os trabalhos, não concordando tecnicamente com o Diretor Técnico da Repatição Geral dos Telégrafos, o engenheiro alemão Dr. Weiss, pede ao Ministro da Viação demissão da chefia do 16º Distrito Telegráfico. O governo, no entanto, não permitiu que ele ficasse fora da execução de tão importantes trabalhos, indispensáveis às comunicações da República; e, pouco tempo depois, nomeia-o para chefiar a comissão do levantamento da linha telegráfica estudada pela Comissão Bento Ribeiro, com novo traçado, evitando os pantanais do Taquari e do Paraguai.

Rondon continuava com entusiasmo, dentro dos seus rígidos princípios, a interligar os pontos principais julgados indispensáveis pela República à sua defesa e interiorização. Em 18 de julho seguinte, apresenta-se à Diretoria Geral de Engenharia do Ministério da Guerra, com destino a Mato Grosso e, chefiando a nova comissão, dá início aos trabalhos. O traçado desse trecho já havia sido estudado por vários oficiais de destacado valor, como Deodoro, em 1888, quando fora afastado da Corte; Cardoso de Aguiar, em 1892, e, por fim, Bento Ribeiro em 1893, que, como os anteriores, fizera também sentir ao Governo o custo elevado do traçado cuja despesa não iria corresponder às vantagens esperadas. A própria Repartição Geral dos Telégrafos tentara manter um ramal telegráfico com entroncamento na linha Margarida—Porto Murinho (C5 — 58 x 56 — 23 x 22), que servisse São Carlos, na fronteira com o Paraguai. Mas, pouco tempo depois, a estação foi fechada, os fios roubados, ficando impossível manter a conservação da linha.

Rondon chega a Sobradinho depois de um mês de viagem e sete léguas de marcha forçada. O feito foi comemorado e logo foram iniciados os preparativos para vencer as 130 léguas que separavam Goiás de Cuiabá. Na viagem, passou por Floriano,



Registro do Araguaia e Araguaiana (Carta 2) e atravessou o rio. A 31, alcançou a estação General Carneiro (C2 - 53 x 52 - 16 x 15, onde vários telegramas já o aguardavam. Em seguida passou pelas estações de Presidente Murtinho (C1 - 54 x 53 - 16 x 15), Cel Ponce (antigo Capim Branco), Rio Manso de São Lourenço (C1 e C3 - 56 x 55 - 17 x 16), a única instalada pela Comissão Bento Ribeiro, cuja reparação iniciada a 22 de setembro prolongou-se durante o mês seguinte. Foi reparado um trecho de 113,5 quilômetros do Rio Manso a São Lourenço (C3 - 56 x 55 - 17 x 16), e desde ao Arareaú (abreviatura de Araro-ei-aro, Rio Piraputunga) (C1 - 55 x 54 - 17 x 16).

Rondon montou seu escritório em Uaiá, mandando trazer a estação provisória de acampamento que se encontrava em Arareaú e daí passou a dirigir os trabalhos. O Capitão Aguiar era o encarregado de explorar o caminho. Mas Rondon, não podendo ficar parado, desloca-se a 25 para Bocoadiguro (C3 - 55 - 17 x 16) onde já se encontrava Aguiar, e, a 30, instala nova estação telegráfica.

Tudo ia correndo de acordo com o cronograma previsto, mas a região era hostil e o trabalho penoso; derrubavam-se árvores gigantescas para transformá-las em postes telegráficos e o transporte era feito através de picadas, lodaçais e muitas dificuldades, além de mosquitos, cuidado com o gado de corte que

carneavam e o impaludismo, com muitos casos fatais, e com a evacuação dos doentes para Cuiabá.

Mas tudo foi vencido, os fios esticados, e quando a ligação telegráfica se completava, Rondon enviava notícias dos trabalhos por sua estação de campanha. E, para homenagear o Capitão Aguiar que seguira para o Rio a fim de visitar a mãe doente, chama o córrego Ariguro-Canadabigueu, de Passo Aguiar (C3 - 55 - 17 x 16). Finalmente, com dezessete deserções, chega Rondon a Itiquira (C3 - 55 x 54 - 18 x 17), inaugurando essa estação em 21 de abril de 1901, comemorando Tiradentes com grande festa cívica, organizada pelo cacique Oarine e pelo pajé Baru dos Bororós, com imponente banquete.

Rondon partiu depois para Coxim, (C3 - 55 x 54 - 17 x 16), continuando a abrir a picada na falda da Serra de São Joaquim; e, transpondo o Itiquira, acampa em sua margem esquerda, depois alcança Buicugueau (córrego da piranha) ou da Bica d'Água, rumando a 29 para o Rio Correntes (C3 - 59 x 58 - 19 x 18) e, a 17 de setembro, estava de volta à estação de Itiquira, onde explorou o rio (C3 - 55 x 54 - 18 x 17) pelo processo expedito da bússola e dá velocidade da canoa, único possível na ocasião. Atinge depois a confluência do Piquira com o Itiquira e, no dia 25, São Lourenço, debaixo de chuva torrencial, e Coxim, alto da planf-

cie do Piquiri, de onde avista a cidade de Barretina (C3 - 55 x 54 - 17 x 16) à esquerda. Chegando a Coxim (C3 - 55 x 54 - 19 x 18), Rondon faz novo reconhecimento e traça melhor a variante de Buriti a Água Branca, a mil metros do caminho que rodeava Morro Redondo, ficando Buriti (C4 - 57 x 56 - 20 x 19) na linha de Curumbá, como entroncamento do sub-ramal para Coxim. Atravessando o pantanal de Jatobá, dirige-se para Corumbá (C4) e daí para o porto de Manga (C4) de onde marcha, a 3 de fevereiro de 1902, para Coxim, verificando a exequibilidade de uma linha direta Coxim-Fazenda do Firme (C4 - 58 x 57 - 20 x 19). De regresso, passa por Rebojo (C4 - 56 - 20 x 19), Fazenda Jatobá, na margem direita do Aquidauana, que fornecia lenha para os barcos que navegavam pelo rio, e Carandá de Galho, onde descança e dorme.

A próxima meta de Rondon seria Aquidauana, fundada em 1894, e em seguida Pombal e Peças. A 6 de maio de 1902, depois de 112 estacas fincadas, levanta o acampamento em Taquari e atinge Rio Claro; daí em diante, passa pelo Córrego Fundo e segue o caminho percorrido pela coluna ao Norte do Paraguai, após a invasão de Mato Grosso. No dia 30, cravando a estaca 873, considerou concluída a exploração acima da bacia do Rio Negrinho no Rio Negro. A 4 de junho transfere o acampamento para Córrego Fundo e

a 17, parte para Coxim ao encontro do Capitão Sena Braga, Ten Heliodoro e Dr. Ivo Soares. Chega, finalmente, a 6, em Guiabá e, a 21, em Corumbá onde grande recepção o homenageia.

Corumbá-Forte de Coimbra - C4

O grande vigor físico e a vontade férrea de Rondon em desempenhar as tarefas recebidas não o deixavam parar. Nessas condições, no dia 3 de março já iniciava, com o Cap Marciano Ávila, um reconhecimento expedito para o traçado da linha Corumbá-Coimbra (C4 - 58 x 57 - 20 x 19), seguindo o caminho por Pau Brancal, Turumã, Aguaçu e Piuva (C4 - 58 x 57 - 20 x 19), transpondo corixas, atravessando rios, às vezes a nado, como o Rio Novo e, marginando o Rio Paraguai, para atingir o Forte de Coimbra.

Regressando a Corumbá, para iniciar a construção da linha telegráfica, organiza a segunda seção e designa para chefia-la o Capitão Marciano, que deveria encontrá-la no Rio Paraguai. Em Corumbá, Rondon constrói ainda a estação telegráfica da cidade, designando o Alferes Aluno Nicolau Bueno Horta Barbosa para chefia-la.

Aquidauana-Corumbá - C4

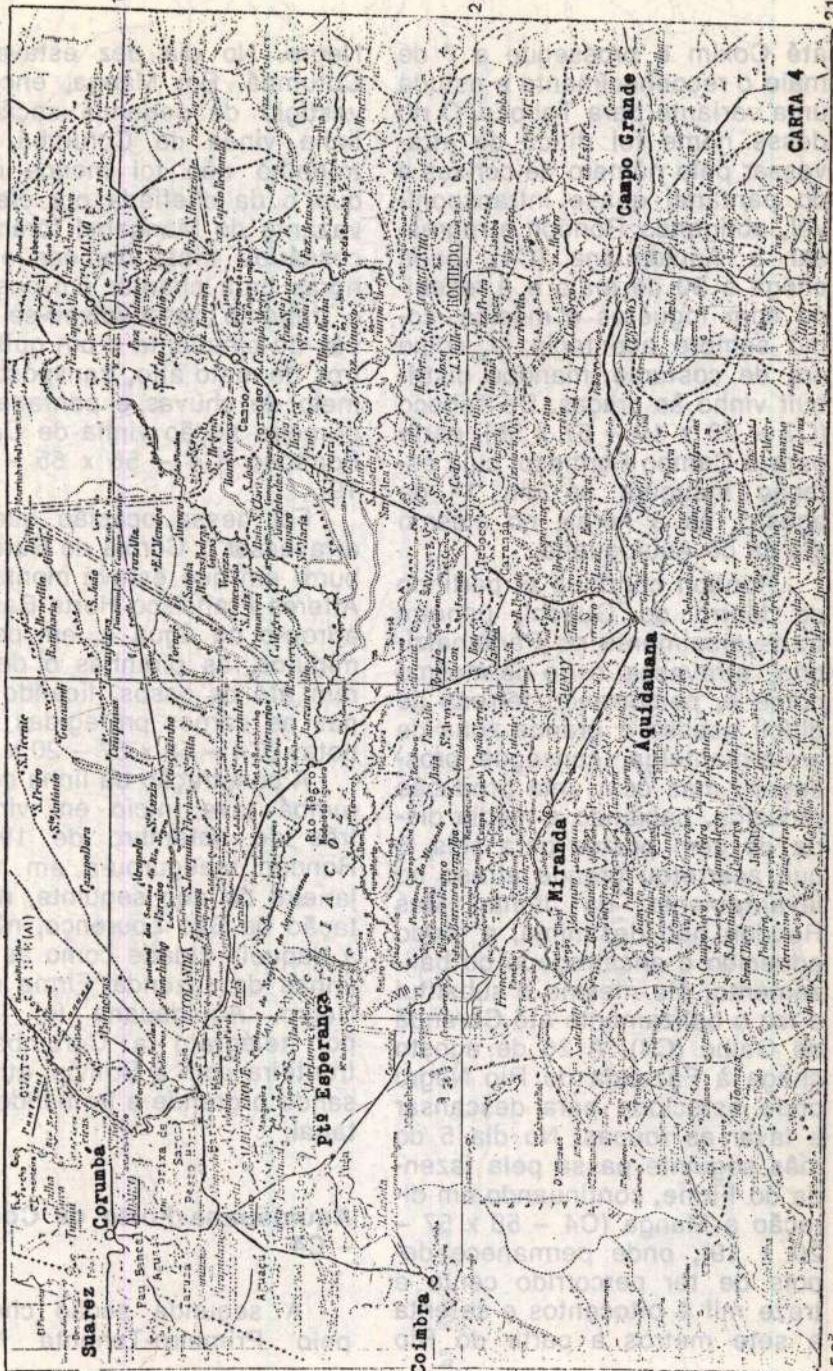
Rondon inspeciona a linha

LISTA 4

56°

56°

57°



19

20

21

Pte. Suarez

Fte. Coimbra

58°

57°

56°

55°

CARTA 4

até Coxim e prossegue a 7 de maio o reconhecimento e estuda uma variante para Taboco. O rio desse nome foi difícil de atravessar pelo número de corixas e do pantanal quase intransponível, obrigando Rondon a regressar a Aquidauana (C4), onde chega a 30 de maio e é recebido com foguetes e música, como sempre acontecia; e, como era de costume, mandou distribuir vinho às praças. De Taboco (C3 - 20 x 19 - 57 x 56), parte para o Campo Formoso, cuja estação inaugura no dia 1º de agosto, às 9 horas, no mesmo dia da de Aquidauana.

Rondon continua e, partindo do Morro do Guachi, penetra transversalmente no Pantanalzinho, atravessa o rio do mesmo nome e, percorrendo terreno de difícil acesso e grande zona de areia-manteiga, consegue prosseguir, mas com uma produção reduzida, baixando a média diária de cem postes para seis, o que acarretou grande atraso no levantamento da linha. Mas Rondon não desanima, e tendo adoecido o encarregado do balizamento, ele mesmo o substitui e faz o balizamento até Carandá de Galho (C4). A 26 de agosto chega à Fazenda do Rio Negro onde estaciona para descansar e lavar as roupas. No dia 5 do mês seguinte passa pela fazenda do Firme, continuando em direção a Manga (C4 - 58 x 57 - 20 x 19), onde permanece depois de ter percorrido cento e treze mil e oitocentos e setenta e sete metros a partir do Rio

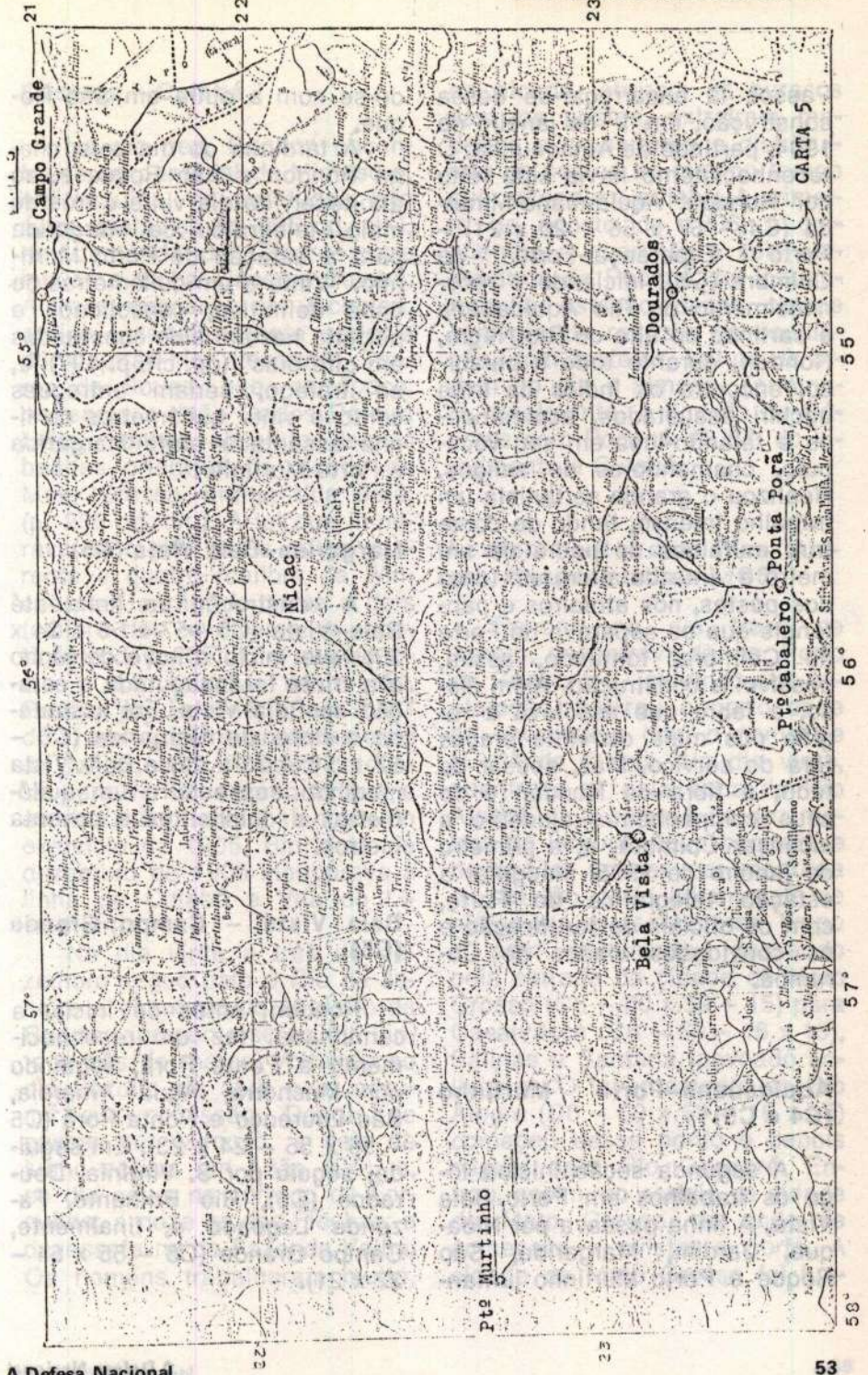
Negro. No dia dez estava em Corumbá. Em Manga, encontra vestígio da segunda seção da linha vinda de Corumbá, cujo trabalho não foi menos difícil que o da chefiada por ele. Na vazante do Mangabal foram necessários trinta homens e três horas para cantar um poste, e o trabalho desenvolveu-se através de cinqüenta e um quilômetros de mato alto, transposto em meio de chuvas e pantanais. A primeira seção vinha de Campo Formoso (C4 - 56 x 55 - 20 x 19).

Foi nessa ocasião que, ao atravessar o Corixa de Sarem, o burro em que estava montado o Alferes Francisco Horta Barbosa atirou-o na água e, em poucos minutos, as piranhas o devoraram até os ossos, ficando apenas as carnes protegidas pelas botas (C4 - 58 x 57 - 20 x 19).

A construção da linha de Corumbá teve início em vinte e três de setembro de 1900 e Rondon inaugurou-a em 1º de janeiro do ano seguinte, na estação de São Lourenço, não só a daquela cidade como as duas linhas da fazenda Firme e Rio Negro. Aquidauana foi ligada por telégrafo a Corumbá, na fronteira com a Bolívia, atravessando o grande e tremendo pantanal.

Aquidauana-Forte de Coimbra - C4

A segunda seção chefiada pelo Primeiro-Tenente Nestor



Passos ia encarregar-se dessa construção, em 1º de janeiro de 1904, partindo de Aquidauana. O reconhecimento havia sido feito por Rondon: Aquidauana-Miranda (C4 - 57 x 56 - 20 x 21) - Porto Esperança-Forte de Coimbra (C5). Iniciando o reconhecimento do Rio Aquidauana e partindo do alto do Rio Negro, Rondon, durante todo o percurso, encontra os índios da tribo uachiri assustados, acalmando-os e falando-lhes em seu vocabulário, chamando-os de amigos. Realizou o grande sertanista um trabalho imenso, tendo de construir muralhas de pedra de um metro e vinte de altura em torno dos postes, nos atoleiros e pantanais que os separava do Forte de Coimbra, tornando, assim, possível a construção. Além disso, a febre que assolava a região pôs mais de vinte praças fora do serviço. Mas, apesar de tudo, a fibra de Rondon e de seus companheiros ajudou-o a alcançar Coimbra, e, a primeiro de janeiro de 1905, inaugurar a estação telegráfica do Forte, com os oficiais da fortificação e os convidados vindos de Corumbá.

Aquidauana-Porto Murtinho (C4 e C5)

A segunda seção iniciou logo os trabalhos em Porto Bela Vista. A linha passava por Nioaque, Jardim, Margarida, São Roque e Porto Murtinho juntan-

do-se com a outra em São Roque.

A tardinha do dia seis, chega Rondon a São Roque e, ao anoitecer, do dia vinte e três de maio, telegrafou de Margarida para a estação de Porto Murtinho. "Vinte e um quilômetros de linha definitiva, consolidada e perfeita haviam sido construídos em oito dias" (op. cit. p. 197); e, ao tráfego, seriam entregues cento e vinte quilômetros de linha assentada entre Margarida e Porto Murtinho.

Margarida-Bela Vista (C5)

A construção da linha até Bela-Vista (C5 - 57 x 56 - 24 x 23) teve início a nove de junho e a trinta foi inaugurada a estação de Bela Vista. Foi assentada a linha de Margarida (C5 - 57 x 56 - 23 x 22) a Bela Vista medindo sessenta e um quilômetros e quinhentos e noventa metros.

Bela Vista - Campo Grande (C5)

Rondon, antes de iniciar a caminhada, fez um reconhecimento a Ponta Porã, seguindo por Machorra, Água Amarela, São Lourenço e Ponta Porã (C5 - 56 x 55 - 24 x 23). Em seguida, seguiu por S. Virgínia, Dourados (C5), Rio Brilhante, Fazenda Lageado e, finalmente, Campo Grande (C5 - 55 x 54 - 22 x 21).

Cáceres – Cuiabá

No dia dez, Rondon encontra-se no pantanal de Mimoso e, em seguida, no paratual, isto é, no atoladiço (p. 205 op. cit.), em demanda de Cáceres para iniciar a linha Cáceres-Cuiabá. A treze, descansa em Jacobina, antigo estabelecimento agrícola do Capitão-Mor Leonardo Soares de Souza, que, na época, pertencia a João Carlos Pereira Leite, senhor absoluto dessas bandas orientais da cidade de Mato Grosso, antiga Vila Bela, (p. 205 op. cit.). A lei que imperava na região era o artigo quarenta e quatro (calibre da Winchester), parágrafo trinta e dois (calibre dos revólveres de repetição) (id. p 205). É o que se dizia e se aplicava na região. Passou por Poconé, e, em N. S^a do Livramento, no acampamento de João Lemos, Rondon deteve-se para verificar como estava a escrituração do balanço do exercício de 1905. Em vinte de dezembro de 1905 inaugurava a linha de Cuiabá a Vila do Livramento.

No dia vinte e três de dezembro segue para o Rio de Janeiro a chamado do Ministro da Guerra; apresenta-se no dia vinte e três de março, voltando no dia dezoito de abril para assumir sua comissão. Depois de passar por Mimoso, a seis de junho estava em Adão (C6), e, no dia nove, no córrego da Forquilha; a doze no das Flechas; a dezessete no da Fazenda Velha. Os homens trabalharam muito,

na picada, abriram os buracos para os postes, extraíram madeiras e prepararam e distribuíram os postes ao mesmo tempo que estendiam a linha. A primeiro de agosto de 1906, a quinhentos e quarenta e seis quilômetros de Poconé, foi inaugurada a estação dessa cidade com grande regozijo da população, com festejos, leitura da ordem do dia e almoço. Terminara, finalmente, a ligação de Cáceres com Poconé, N. S^a. do Livramento e Cuiabá.

Levantamento dos Rios Alegre, Guaporé e Jaúru (C6)

Rondon, no dia treze de agosto, encontrava-se no Porto de Guaporé e, iniciando sua exploração, batizou o porto onde se encontrava com o nome de N. S^a da Glória. No dia vinte, adentrava-se pela boca do Rio Alegre, cuja barra é de dez metros de largura, água barrenta e navegável apenas por montaria ou batelão. Mais adiante ele se alargava, apresentava-se limpo e sem correnteza, passando pela estrada da cidade de Mato Grosso (C6 – 60 x 59 – 15) para Casalvasco (C6 – 60 – 16 x 15), Salinas e Santana (povoado boliviano). O levantamento do Rio Alegre (C6 – 60 x 59 – 16 x 15) começou desse ponto e depois seguiu pelo Rio Guaporé. Entrou, assim, no estirão da cidade de Mato Grosso, de onde se começava a avistar o portô. A cidade de Mato Grosso foi fun-

dada com o nome de Vila Bela da Santíssima Trindade, pelo Conde de Azambuja, primeiro governador e capitão-general da capitania. Os bandeirantes conheciam-na, porém, com o nome de Pouso Alegre, mas, naquela época, era ruinaria triste com impaludismo endêmico e miséria, que reduziam a população da época da opulência de dois mil e trezentos habitantes para trezentos e quarenta. Poucas ruas ainda existiam. Nela se encontra sepultado Ricardo Franco que havia defendido heroicamente o Forte de Coimbra em 1801 e morrera em vinte e sete de junho de 1809.

Rondon, em sua caminhada, passou pelo Forte do Príncipe da Beira, esplêndido monumento dos homens de sua época; e, a vinte e três, partiu para fazer o levantamento expedito para a ponta do Alto Guaporé (C6 – 61 x 60 – 15 x 14). Depois de atravessar a majestosa mata do Cravari, com quatro quilômetros de extensão, alcançou o Retiro da Couceira. No dia primeiro de setembro estava na boca do Jauruzinho, depois passou pela Fazenda da Pederneira é, a três, concluiu o levantamento do Rio Jaúru. Entrou pelo Rio Paraguai e chegou à cidade de Porto Murтинho, a vinte e seis, prosseguindo em seguida para a de Mato Grosso.

Rondon, em sua Campanha Sertanista, construiu em setenta meses, de primeiro de outubro de mil e novecentos a primeiro de janeiro de mil novecentos e seis, mil setecentos e quarenta e seis quilômetros de linha telegráfica, com a instalação de dezesseis estações e oito casas para completarem as já existentes. Terminada a campanha, ficava a fronteira com o Paraguai ligada a Cuiabá, e dessa ao Rio de Janeiro por dois pontos principais – Porto Murтинho e Bela Vista; e com a da Bolívia, por outros dois – Corumbá e Coimbra, sem contar com S. Luís de Cáceres. Além disso, Rondon fez quatro mil quilômetros de reconhecimentos, mais de seiscentas explorações e cerca de mil e seiscentas locações.

* * *

Tentamos, baseado no próprio Rondon (*Rondon Conta sua Vida*, de Ester de Viveiros), mostrar aos estudiosos e, principalmente, aos brasileiros, só com a "Campanha Sertanista", o que foi o ciclópico trabalho realizado por Rondon em meio de inúmeras privações, terreno e clima hostis e pregando o apostolado do amor à humanidade e o respeito e consideração ao Índio, tido por ele como o verdadeiro senhor da terra. Rondon é um nome universal. Ester de Viveiros⁷ fez excelente trabalho

* * *

⁷Ester de Viveiros. *Rondon Conta sua Vida*. Rio de Janeiro, Livraria S. José, 1958.

escrevendo o que o próprio Rondon lhe ditava; e, se não fora ela, perderíamos a feliz oportunidade de Rondon, já no final da sua existência, poder dizer o que fizera.

As Sociedades Científicas e Geográficas reconheceram a grandeza da obra de Rondon.⁸ O Presidente Afonso Pena denominou-o o "precursor da marcha para o Oeste". Artur Neiva informou ter Rondon de tal forma cuidado das investigações científicas, que, "seu nome, como propulsor das ciências naturais no Brasil, dos tempos modernos, vem logo depois de Oswaldo Cruz". O Congresso das Raças, em 1913, aplaudiu-o como o "William Penni do Brasil", E Theodore Roosevelt, que o conheceu intensamente ao ter-

minar a "Expedição Científica Roosevelt-Rondon, de onze de dezembro de mil novecentos e treze a sete de maio de mil novecentos e quatorze, num percurso de mais de três mil quilômetros", consignou o testemunho de que "A América pode apresentar ao mundo duas realizações ciclópicas: ao Norte, o Canal do Panamá; ao Sul, o trabalho de Rondon - científico, prático e humanitário". E a Sociedade de Geografia de Nova York mandou escrever seu nome em letras de ouro, ao lado de Amundsen, Peary, Charcot e Bird, como "o explorador que mais se avantajou em terras tropicais".

Rio, novembro de 1987



Gen Francisco de Paula e Azevedo Pondé tem os seguintes cursos: Artilharia para Escola Militar (Realengo); Engenheiro Industrial e de Armamento pela Escola Técnica do Exército (IME); Mestre em Ciências de Engenharia pela Universidade de Michigan (EE.UU) mandado cursar pelo Exército Brasileiro; Superior de Guerra pela Escola Superior de Guerra. Funções exercidas: Professor da ETE (IME); como

Coronel, Diretor da Fábrica do Andaraí; como General de Brigada, Diretor do Arsenal de Guerra do Rio; como General de Divisão, Diretor de Fabricação e Recuperação. Como oficial da reserva, Diretor Financeiro da Companhia Nacional de Álcalis. Medalhas e condecorações: Medalha de Ouro com passador de platina; Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar; Comendador da Ordem do Mérito Aeronáutico; Medalha do Pacificador. Pertence ao Instituto de Geografia e História Militar, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e outros.

⁸ Carta do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas organizada e desenhada no Serviço de Conclusão da Carta sob a direção geral do General Cândido Mariano da Silva Rondon e direção gráfica do General Jaguaribe Gomes de Matos. Período de 1890 a 1930. Projeção Policônica. Escala de 1:1.000.000.



A DEFESA TOTAL IUGOSLAVA COMO ESTRATÉGIA DE DISSUAÇÃO

Wanner de Oliveira Barcellos

O presente artigo foi recebido na redação de *A Defesa Nacional* quando já havia sido selecionado o artigo *A Doutrina Iugoslava de Defesa Total*, escrito por Anton Bebler, que trata do mesmo assunto, para publicação na edição maio/junho 88. Ex-adido das Forças Armadas da Iugoslávia, Wanner de Oliveira Barcellos, de certa forma, condensa a matéria publicada no artigo acima referido.

INTRODUÇÃO

Aspectos Gerais

A República Socialista Federativa da Iugoslávia está localizada no sudeste europeu, com seu território, de 255.892 quilômetros quadrados, totalmente incluído na região dos Balcãs.

Constituiu uma federação integrada por seis repúblicas (Sérvia, Croácia, Eslovênia,

Bósnia-Herzegovina, Macedônia e Montenegro, além de duas províncias autônomas: Voivodina e Kosovo, ambas incluídas na República da Sérvia), todas gozando dos mesmos direitos e com obrigações proporcionais aos respectivos níveis de desenvolvimento.

É um país comunista independente e que não se inclui em nenhum dos dois blocos político-militares que hoje polarizam a grande maioria dos países europeus. Em sua política externa

adota o "não alinhamento", movimento que contou, desde sua instituição, com a mais entusiástica participação iugoslava, sendo o ex-presidente Tito considerado um de seus idealizadores, juntamente com Nehru, Nasser e Sukarno.

Aspectos Geográficos-Militares

Devido a sua posição geográfica, o território iugoslavo apresenta elevado valor estratégico-militar. Essa avaliação não perde significado com o passar do tempo, a despeito dos meios que a tecnologia moderna colocou à disposição dos exércitos de hoje. Constitui-se no caminho terrestre que liga, através dos vales dos Rios Morava e Vardar, a Europa Central ao Oriente Médio e à Grécia e, como conseqüência, ao Mediterrâneo.

Facilita, no sentido dos paralelos, através dos vales dos Rios Sava e Danúbio, a ligação entre o industrializado norte italiano e as férteis planícies romenas.

Com relação à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e ao Pacto de Varsóvia, verifica-se que o território da Iugoslávia interrompe a ligação terrestre entre a Itália e o conjunto Grécia-Turquia, parceiros da OTAN, assim como o acesso dos membros do Pacto de Varsóvia à Albânia (destaque-se a importância do Estreito de

Otranto) e ao Mar Adriático. Além disso, seu espaço aéreo situa-se numa rota de grande interesse para as forças do flanco sul de ambos os blocos.

Pais em desenvolvimento e geograficamente localizado entre os dois poderosos grupos rivais, a Iugoslávia sentiu que não teria condições de organizar e manter uma força convencional, dotada de efetivo e equipamento sofisticado na quantidade exigida para se contrapor, com êxito, à agressão de qualquer dos dois. Decidiu, então, com elevado senso de realismo e com o firme propósito de se manter independente, preparar toda a população para a defesa de sua soberania e integridade territorial. Do cuidadoso estudo de todas as condicionantes envolvidas, surgiu a concepção da *Defesa Nacional Total*, utilizando a experiência vivida durante a Segunda Guerra Mundial, na qual a Iugoslávia, através de uma persistente e bem conduzida "guerra de guerrilha", conseguiu libertar, da ocupação militar estrangeira, a quase totalidade de seu território. Vale lembrar que a Iugoslávia iniciou a luta de guerrilha em meados de 1941, quando as forças alemãs eram consideradas invencíveis e quando soviéticos e ocidentais não lhe podiam fornecer nem prometer nada. Desde então manteve as tropas de ocupação sob constante pressão, até outubro de 1944, quando suas formações guerrilheiras, em cooperação com o Exército Ver-

melho, finalmente libertaram Belgrado, o que representou, na prática, a libertação nacional e o fim da campanha em solo iugoslavo.

DEFESA NACIONAL TOTAL

As Forças Armadas fornecem a base da estrutura de defesa do país e se organizam segundo dois segmentos igualmente importantes. O Exército do Povo Iugoslavo (EPI) e a Defesa Territorial (DT).

Exército do Povo Iugoslavo (EPI)

O EPI é a componente convencional das Forças Armadas e abrange a Força Terrestre, a Força Aérea-Defesa Aérea e a Marinha de Guerra. Sendo a principal força ofensiva e de manobra, cabe-lhe conduzir a luta armada em todo o teatro de guerra iugoslavo, quer no nível estratégico, quer no tático.

Basicamente, destina-se ao confronto com as forças agressoras, prevenindo a surpresa estratégica e assegurando o tempo necessário à mobilização e à passagem do país ao estado de guerra. Está armado e equipado com material adequado às exigências da guerra moderna e com o grau de sofisticação possível, levando-se em conta o nível de desenvolvimento tecnológico alcançado pela sua própria indústria bélica e conforme as

condições econômicas do país. O EPI, como instituição federal, goza de grande prestígio em todas as unidades federadas e comporta-se como um real instrumento de defesa a serviço de todas as nações e nacionalidades que hoje formam o povo iugoslavo, mantendo-se distante das disputas nacionalistas que, não raro, acontecem na vida comunitária das seis repúblicas.

A Força Terrestre é a mais numerosa integrante do EPI. Constitui-se no principal elemento de execução das operações de combate em terra e provê a base de apoio às demais Forças e à Defesa Territorial.

Organiza-se em exércitos, corpos-de-exércitos, divisões, brigadas, regimentos, batalhões e subunidades.

Os exércitos são grupamentos estratégicos-operacionais de composição variável, destinados a, juntamente com a DT, atuarem segundo as direções estratégicas.

Os corpos-de-exército são grupamentos operacionais de composição flexível, podendo enquadrar divisões, brigadas, regimentos e unidades independentes de diferentes armas. São capazes de conduzir operações de forma isolada.

As divisões são grandes unidades combinadas táticas, de composição variável. Uma divisão comanda as operações de combate de todos os elementos

das Forças Armadas em sua zona de ação.

As brigadas (e os regimentos) não têm composição fixa, podendo enquadrar um número variável de batalhões. Dependendo da natureza desses batalhões, denominam-se de infantaria, de montanha, mecanizada, blindada, anticarro etc.

Os batalhões são unidades táticas de composição fixa.

A Força Aérea-Defesa Aérea (FADA) é a Força responsável pelo apoio aéreo aos elementos das Forças Terrestres, Marinha de Guerra e Defesa Territorial, e pela defesa aérea do território.

A FADA organiza-se em corpos, divisões, brigadas (ou regimentos) e unidades operacionais e de apoio.

Os corpos são as maiores formações operacionais combinadas. São integrados por unidades de aviação, de mísseis de defesa aérea, de artilharia anti-aérea, de alerta e controle, de comunicações, de bases aéreas, além de elementos organizados em divisões, brigadas (ou regimentos) e outras formações menores.

As divisões são organizações combinadas, integradas por unidades de aviação, unidades de mísseis de defesa aérea, unidades de alerta e controle e de unidades de comunicações. Podem atuar isoladamente ou enquadradas em um corpo.

As brigadas (ou regimentos)

são organizações combinadas, integradas por unidades de aviação, de mísseis de defesa aérea e por unidades de alerta e controle. Podem operar enquadradas pelas divisões ou de forma independente.

A Marinha de Guerra é a responsável pela condução da luta no Teatro de Operações do Adriático e ao longo das vias fluviais navegáveis do território iugoslavo. Compõe-se das forças navais, forças de defesa costeira, unidades da flotilha fluvial e de instalações navais litorâneas.

As forças navais enquadram as forças navais de ataque e as forças navais de defesa costeira, organizando-se em destacamentos navais, divisões navais e brigadas navais (ou flotilhas).

Dependendo da missão, podem estar subordinadas ao Comando do Distrito Militar Naval (com sede na cidade de Split), aos Comandos de Setores Navais (Setores Norte, Centro e Sul) ou, ainda, aos comandos subordinados, responsáveis pelas bases navais.

Doutrinariamente, o comando de todas as unidades da Marinha de Guerra, das Forças Terrestres e da Força Aérea-Defesa Aérea, operando no TO do Adriático, é exercido pelo Comando do Distrito Militar Naval.

As forças navais de defesa costeira são integradas por unidades de fuzileiros navais, unidades de artilharia de costa e

foguetes, unidades de artilharia antiaérea e mísseis, unidades de vigilância e alerta e por unidades de comunicações. Essas forças são enquadradas pelos três Setores Navais e são responsáveis pela execução das operações de guerra na parte terrestre do TO do Adriático (litoral e ilhas).

A Flotilha Fluvial é uma organização tática combinada, responsável pelas operações de guerra ao longo das vias fluviais navegáveis iugoslavas. É composta de embarcações rápidas de vários tipos, de unidades de sabotagem, unidades de obstáculos submarinos e de unidades de apoio. Normalmente suas operações são coordenadas pelo comando das Forças Terrestres, responsável pela área onde atua.

A Defesa Territorial (DT)

A Defesa Territorial é forma mais ampla de organização do povo para a participação na luta armada e em todas as formas de resistência. Em cooperação com as unidades do EPI ou de forma independente, e contando com outras estruturas da Defesa Nacional Total, a DT executa as operações de combate e aplica todas as formas de luta e resistência, desde o início das hostilidades e a partir das fronteiras do país. Engaja-se particularmente contra as forças inimigas de infiltração, contra suas operações diversionárias e contra seus agentes de subversão da

ordem. Uma das exigências básicas que a Defesa Nacional Total faz à DT é que ela assegure a estabilidade e o funcionamento eficiente dos sistemas sócio-político e econômico em condições de guerra, propiciando uma transição rápida e organizada para o trabalho em tais condições.

A DT organiza-se em todos os níveis da sociedade iugoslava, em todo o território e espaço marítimo do país. Sua formação, treinamento e manutenção é uma responsabilidade das autoridades civis em toda a estrutura político-administrativa, que contam, para isso, com o assessoramento de elementos da ativa e da reserva do EPI.

Basicamente, a DT consiste de estados-maiores, unidades e instalações. Os estados-maiores são organizados desde o nível governo de república até o de gerência de empresas ou fábricas, dependendo do seu porte e/ou importância.

As unidades de DT, segundo suas finalidades e missões atribuídas, podem ser de natureza *local* (com atuação vinculada a uma determinada área) ou *móvel* (sem limite geográfico de atuação).

As *Forças locais* são formadas nos estabelecimentos industriais, nas povoações ou em grupos de povoações (dependendo do isolamento imposto pela topografia) e municípios. O efetivo dessas formações varia de um grupo de combate a um batalhão.

As forças móveis são organizadas em brigadas e destinam-se às operações de combate em áreas mais amplas, agindo, quer isoladamente, quer enquadradas pelo "escalão partizan" (guerrilha) do EPI.

A Defesa Territorial, instituída em 1969 pela Lei de Defesa Nacional, representa, na medida em que arregaimenta e organiza a população para a luta armada e para todas as formas de resistência, um sistema complementar de mobilização, já que não invalida o sistema convencional de mobilização geral, através do qual o EPI é atendido nas suas necessidades em efetivos de guerra. Desde sua criação, a DT vem sendo alvo do cuidado das autoridades responsáveis pela defesa nacional e, segundo dados da *The Military Balance 81/82*, seu efetivo atingiria três milhões de combatentes. Desse efetivo, admite-se que a metade, aproximadamente, esteja em condições de ser mobilizada em 24 horas (dados divulgados com base no resultado de exercícios de mobilização) e o restante, poucos dias depois.

As unidades de DT estão equipadas com armamento leve e em processo de modernização, todos de produção nacional. Em combate, visam principalmente os efetivos, os blindados e os helicópteros inimigos. Os estados-maiores têm atividade permanente, enquanto as unidades se reúnem periodicamente (embora com organização permanente) para instrução mili-

tar, adestramento tático (normalmente incluído nos exercícios táticos do EPI) e exercícios de mobilização.

CONCLUSÃO

A Iugoslávia é um país comunista com características próprias e que se situa fora da influência ideológica da União Soviética. Tal situação excluiu-a da participação igualitária na Comunidade Socialista do Leste Europeu, embora mantenha, de forma bilateral, estreito relacionamento com todos os países que integram essa Comunidade, inclusive com a própria União Soviética. Não mantém alianças ou tratados de defesa com qualquer país do mundo e se considera equidistante no que se relaciona à OTAN e ao Pacto de Varsóvia.

Em sua estrutura política reúne, numa federação, nações e nacionalidades com diferenças culturais marcantes, mas unidas por um forte sentimento de liberdade e independência. Secularmente dominadas fisicamente pela força, jamais se deixaram subjugar espiritualmente, mantendo acesa, às vezes a custo de grandes sacrifícios, a chama dos valores que lhes dão identidade própria. A dominação assim imposta serviu para aguçá-las, nessas nações, a vontade de sempre resistir e ensinou-lhes, ainda, que isoladas seriam fracas e que em aliança com as grandes potências seriam, inva-

riavelmente, a parte mais vulnerável, o que as levou a se reunirem no quadro de uma federação. A união e a vontade de resistir às agressões representam as bases da estratégia da Defesa Nacional Total.

O Exército do Povo iugoslavo é uma força organizada segundo os padrões gerais dos exércitos europeus, dotado de armas e equipamentos modernos, disciplinado e bem adestrado e que apresenta boas condições para cumprir suas finalidades, seja em conflitos localizados (nos Bálcãs), seja no caso, menos provável, da confrontação bélica entre os dois blocos.

A Defesa Territorial, de organização permanente, embora com atividade limitada aos programas de adestramento, pode, em curto prazo, multiplicar o efetivo das Forças Armadas e, mesmo durante as operações, propiciar um fluxo contínuo de

novos combatentes ao longo das diferentes faixas etárias e independente de sexo.

A história dos Bálcãs registra o valor militar dos povos sérvio e montenegrino, e a Segunda Guerra Mundial pôs em destaque a capacidade de luta e o espírito de sacrifício do povo iugoslavo, como um todo.

Considerando que, aproximadamente, dois terços do território facilitam a condução de operações não convencionais e que as unidades da DT estarão armadas, adestradas e com seus depósitos logísticos já devidamente preparados desde o tempo de paz, é de se concluir que qualquer agressão à Iugoslávia deverá exigir um preço muito elevado.

Na realidade, as Forças Armadas iugoslavas, observadas à luz da concepção da Defesa Nacional Total, representam um ponderável fator de dissuasão.



WENNER DE OLIVEIRA BARCELLOS – É Coronel R/1 do Exército. Possui os cursos de formação (Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN), aperfeiçoamento (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais – EsAO) e altos estudos militares (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME) de sua Força e o Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCF), da Escola Superior de Guerra (ESG).

Comandou o 29º Batalhão de Infantaria Blindada (29º BIB), foi assistente do Ministro Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), Chefe do Estado-Maior da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada (5ª Bda C Bld), Assistente da 4ª Subchefia do Estado-Maior do Exército e Adido das Forças Armadas na Inglaterra.



AVANÇOS RECENTES DA GEOPOLÍTICA DO BRASIL

Phillip L. Kelly

Publicado na revista *Política e Estratégia* (Volume III, fevereiro, 1985) e na revista *Geopolítica Hacia una Doctrina Nacional* (Número 33, Ano XII, 1986), o artigo é tradução do texto argentino. Nela, o autor se detém, basicamente, na apresentação e interpretação do pensamento geopolítico do General Meira Mattos, nosso emérito colaborador.

O interesse pela Geopolítica na Inglaterra, nos Estados Unidos, e em muitos outros países, chegou a ser nulo durante a Segunda Guerra Mundial, como reação à "Geopolitik" expansionista das estratégias hitleristas.¹

A reativação desse interesse só recentemente se tem manifestado.² Não obstante, essa disciplina manteve sua influência e vitalidade no Cone Sul da América do Sul, em particular na Argentina, Chile e Brasil, on-

de predominam (ou predominavam) governos militares. Os Estados Unidos estão mais distantes e os problemas particulares nacionais animam as soluções geopolíticas tradicionais. Entre esses países sul-americanos, a geopolítica está mais desenvolvida e disseminada.

No Brasil, a aplicação da Geopolítica à Política provém de uma ampla e secular linha de notáveis geopolíticos,³ que inclui o Barão do Rio Branco, Evrardo Backheuser, Mário Travas-

sos, Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos, sendo este último o maior contribuidor para esse consistente e integrado padrão de pensamento político. Dada a sua autoridade nas altas esferas de decisão estruturais do Estado Brasileiro e o grande respeito que seus textos lhe granjearam, Meira Mattos é considerado atualmente, não só na América Latina, senão também muito além dela; a autoridade máxima em Geopolítica na América do Sul.

Os textos de Meira Mattos parece que foram influenciados por dois fatores, em particular: a posição geográfica do Brasil, e as respostas dos teóricos acima mencionados a respeito dessa posição, e sua filiação à "Sorbone" do Exército Brasileiro.

O Brasil, em termos de posição geográfica, é uma potência dominante no Atlântico Sul e no Continente Sul-Americano. Sua fronteira marítima, apontando vivamente para a África, estende-se por 4.600 milhas, desde acima da foz do Amazonas, ao norte, até o limite com o Uruguai, ao sul. No interior, as 9.700 milhas de fronteiras terrestres do Brasil fazem contato com todos os países da América do Sul, exceto o Chile e o Equador, e abrangem um extenso e pouco desenvolvido território interior, a oeste e ao norte. Em 1977, o Brasil era o quinto país de maior superfície no mundo, o sexto em população e o décimo em produção econômica. Essa impressionante esta-

tística indica, verdadeiramente, uma potência mundial em expansão, tema que tem sido exaltado permanentemente pelos brasileiros, ao longo de todo o século XX, e que está muito bem ilustrado por Meira Mattos em seus escritos geopolíticos.

Apesar dessas cifras, o Brasil enfrenta sérias dificuldades. O país carece de um desenvolvimento social e geográfico consistente, estando sua riqueza concentrada nas mãos das novas classes empresariais e tecnocratas, que vivem no centro-sul, nos grandes conglomerados de São Paulo e Rio de Janeiro. O Nordeste permanece alienado e pobre e o oeste amazônico despovoado e inexplorado. Ao longo da história nacional, conseqüentemente, a faixa marítima tem dependido das comunicações oceânicas, enquanto a despovoada região amazônica permanece subdesenvolvida e ilhada da costa, oferecendo oportunidades a invasões e a insurreições domésticas.

Um dos principais temas dos geopolíticos brasileiros prescreve planos de ação para reduzir tais dificuldades. ⁴ Por exemplo, pode-se encontrar a melhor solução para as fronteiras despovoadas e desprotegidas — segundo postulam esses teóricos — na "marcha para o oeste", para desenvolver e povoar territórios expostos, e no controle do "triângulo mágico" da Bolívia, o eixo Santa Cruz—Sucre—Cochabamba, considerado por alguns

a chave de *heartland* (coração da terra) da América do Sul. Porém, povoando as fronteiras e controlando o triângulo boliviano, pode-se esperar um antagonismo contra o Brasil, em particular por parte da Argentina, Peru e Venezuela, situação que constitui grave ameaça para a nação.⁵

Além disso, para alcançar a segurança contra as fragmentações internas e o cerco hispano-americano, esses geopolíticos argumentam que a manutenção do comércio e das comunicações marítimas brasileiras com o mundo é vital para a sobrevivência do país. E de particular interesse proteger distintos e importantes "pontos de choque" oceânicos: os estreitos do Médio Atlântico (o passo Belém-Dacar, no norte da África); o cabo sul-africano da Boa Esperança, que dá acesso ao Brasil, ao petróleo do Golfo e da Ásia; e o Canal de Beagle e o Estreito de Magalhães, o caminho mais seguro para o Pacífico. Em última instância, a Antártida adquiriu crescente importância para o Brasil, porque é adjacente a essas "zonas de choque", e a necessidade de segurança no Atlântico Sul estabeleceu a necessidade de uma presença naval mais forte na área.

Todos os principais geopolíticos brasileiros têm considerado os Estados Unidos como um aliado importante, já que ambos os países compartilham do interesse estratégico comum de preservar os países americanos

de ameaças militares e ideológicas extracontinentais. De igual forma, Brasil e Estados Unidos são considerados nações ocidentais, com políticas de defesa semelhantes para a manutenção de um equilíbrio de poder favorável entre as regiões do norte e do sul do Atlântico, respectivamente. Embora o Brasil não tenha acesso direto ao Pacífico, suas estratégias descrevem seu objetivo continental e sua projeção marítima, como reflexo das posições mantidas por seus aliados do norte.

Dentro dessa perspectiva geográfica, os textos de Meira Mattos são mais claros quanto aos objetivos e, conceitualmente, melhor moldados que os de seus predecessores geopolíticos, contribuindo com um importante e novo discernimento para sua aplicação política. Em geral, amplia a ênfase principal de Backheuser, quanto às fronteiras orgânicas (fronteiras vivas) e a respeito do perigo dos espaços interiores vazios, sugerindo uma variedade de planos específicos para uma maior consolidação do território nacional.⁶ Assim procede sem nenhuma insinuação agressiva contra os vizinhos hispânicos, particularmente a Argentina. Muito influenciado por Mario Travassos, Meira Mattos insiste, de igual forma, na projeção nacional além das fronteiras brasileiras e sobre posições axiais importantes para a segurança nacional. Enquanto Travassos defende uma "projeção continental" de-

pendendo do controle do "triângulo mágico" boliviano,⁷ Meira Mattos focaliza, literalmente, todas as regiões periféricas importantes para os interesses brasileiros, tais como: África, Antártica, Atlântico Sul e Médio e as áreas de trânsito para penetrar no Oceano Pacífico, e vê a estrutura amazônica como o "pivô" estratégico da América do Sul.

Golbery do Couto e Silva foi o primeiro dos principais geopolíticos brasileiros a converter, de forma claramente concebida, as idéias geopolíticas em política governamental.⁸ Como importante assessor presidencial, durante uma década e meia depois da revolução militar de 1964, Golbery pôde adotar muitas de suas idéias, e as de Meira Mattos, em decisões governamentais. Aliou a segurança brasileira ao desenvolvimento e à integração nacional, e enfatizou a consolidação interna como um meio de prevenir a expansão argentina. Baseado em Travassos, Golbery descreveu uma "zona de aquecimento continental", por meio da qual o Brasil poderia controlar a América do Sul e o sul do Atlântico. Meira Mattos se assemelha a Golbery na insistência em estabelecer a "Geopolítica Aplicada", segundo a qual as relações geográficas compreendidas devem estar contidas na política do governo. Golbery, para tanto, em minha opinião, carece do alcance e profundidade conceitual de Meira Mattos, e deveria ser consi-

derado mais um precursor que um contemporâneo do general.⁹

Ao mesmo tempo, em que Meira Mattos utilizava claramente as formulações de seus precursores, o que é consistente com a tradição dos geopolíticos brasileiros,¹⁰ os eventos políticos contemporâneos refinavam e ampliavam suas abordagens intelectuais originais, durante a década de 60 e posteriormente. Por exemplo, a ameaça militar argentina, outrora foco do planejamento estratégico brasileiro, já não representava o grande perigo na fronteira sul e não é mencionada pelo general. O expressivo avanço brasileiro na industrialização e expansão comercial poderia ser traduzido como uma orgulhosa manifestação de *status* de uma grande potência emergente, novo tema amplamente promovido por Meira Mattos. Igualmente, como um influente porta-voz nos governos militares depois da revolução de 1964, Meira Mattos contou com um excepcional campo de provas para uma conversão de suas prescrições geopolíticas em ações governamentais.

Em adição à posição geopolítica do Brasil, que estimulou, segundo o acima descrito, outra influência expressiva do pensamento de Meira Mattos é sua ligação com o grupo da "Sorbonne" no Exército Brasileiro. Essa facção moderada, uma minoria de respeitáveis intelectuais, única entre as forças militares latino-americanas, distinguiu-se pelas seguintes características:

experiência na Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial, que combateu com distinção na Itália e foi atraída pelo modelo de democracia e de empresa privada dos Estados Unidos, e que achou repelente o fascismo de Mussolini; participação como instrutores e/ou estagiários da Escola Superior de Guerra, a "escola que transformou o Brasil", por sua função como escola de estado-maior e como "think-tank (tanque de pensamento; armazém de inteligência) nacional"; e a especialização profissional nos Estados Unidos e na França. Além disso, os "intelectuais" da "Sorbone", classificados nos primeiros lugares de suas turmas acadêmicas, ocupam posições na arma tecnicamente superior de artilharia e servem, preeminentemente, no Estado-Maior do Exército.

Como eram atípicos dentro das Forças Armadas Brasileiras, os oficiais da "Sorbone" constituíram o núcleo do primeiro governo revolucionário, sob o comando do General Humberto Castello Branco, porque só o grupo possuía uma política coerente para dirigir o País, e um respeitável líder capacitado a implementar os planos de desenvolvimento nacional da Escola Superior de Guerra. Incapazes de consolidar sua autoridade, os moderados da "Sorbone" transferiram o poder para a facção da "linha dura", em 1969, mas conservaram sua influência em todos os governos

subseqüentes, em particular no de Figueiredo.

Esses oficiais "liberais internacionalistas" da "Sorbone" subscreveram as seguintes premissas, constantes de várias publicações:¹²

— que a democracia é um estilo político mais "civilizado do que o autoritarismo";

— que o capitalismo e a confiança no setor privado criaram uma nação fisicamente poderosa, com mais efetividade que a que poderiam fazer outros tipos de sistemas econômicos, em particular aqueles que favorecem excessivamente o setor público;

— que o nacionalismo emocional e exagerado deveria ser evitado; é preferível o planejamento governamental racional por parte das autoridades centrais, para fortalecer as abordagens de desenvolvimento, com ênfase no comércio e na indústria privada;

— que o militar é competente para dirigir as estratégias de desenvolvimento nacional; e

— que a segurança nacional deriva do desenvolvimento e da integração nacional.

Meira Mattos, Golbery do Couto e Silva, Ribeiro da Graça e outros, em suas funções no magistério, fizeram das relações geopolíticas um foco central de instrução da Escola Superior de Guerra (ESG), e suas idéias influenciaram a civis e militares graduados, que iriam dar cumprimento a posteriores progra-

mas governamentais domésticos, e no estrangeiro. ¹³

Ainda que seja difícil pesar as contribuições individuais à política, pois esta reflete um espaço coletivo de ajustes e compromissos, muitos dos rumos tomados pelos governos brasileiros nas décadas recentes encontram paralelo com as idéias de Meira Mattos. Em certas áreas, sua contribuição à política e aos rumos nacionais tem sido assinalada por vários comentaristas. Por exemplo, Pittman liga intimamente Meira Mattos ao decreto de 1970 relativo ao mar territorial brasileiro, às reivindicações do País sobre a Antártida, à nova dimensão territorial e aos planos nacionais de transporte e desenvolvimento. Igualmente ele crê que o general "ilustra" a tendência (pós-guerra) de uma maior cooperação nas relações exteriores com a Argentina e outros países hispânicos. ¹⁴ O nome de Meira Mattos é, com freqüência, associado à afirmação de que o Brasil possui vigor e recursos para se transformar em uma potência mundial estável no ano 2000. ¹⁵ Seus textos sobre a importância do Atlântico Sul para o Brasil exerceram, evidentemente, algum impacto. ¹⁶

Geralmente os textos de Meira Mattos correspondem aos padrões do pós-guerra na diplomacia brasileira. ¹⁷ Por exemplo, moderação no contexto da Guerra Fria (embora anticomunista, o general raramente menciona esse aspecto em suas pu-

blicações); um papel político, antes que mundial, para o Brasil; acomodação com os vizinhos espanhóis, mas resistência a alianças íntimas com organizações regionais; vigorosa expansão das exportações industriais e de novos mercados comerciais, e concentração na consolidação interna. Parece muito pouco provável o abandono dos padrões acima indicados; Meira Mattos mantém, provavelmente, uma opinião mais favorável com referência aos Estados Unidos que a de alguns dos seus correligionários; ¹⁸ sua proposta sobre a organização do Tratado do Atlântico Sul tem que receber, todavia, o beneplácito dos recentes governos brasileiros, e seu interesse se estende além da América do Sul, muito mais que o de outros comentaristas brasileiros.

Nascido em São Paulo, em 1913, Meira Mattos se formou na Academia Militar em 1936 e, como jovem oficial, serviu em várias organizações militares, antes de seguir para a Itália com a Força Expedicionária Brasileira, função que o situou, solidamente, no grupo da "Sorbone". Suas principais comissões foram: Adido Militar na Bolívia, Interventor Federal no Estado de Goiás, Comandante do Contingente Latino-Americano da Força Interamericana de Paz enviado a São Domingos, Chefe da Divisão de Assuntos Políticos da Escola Superior de Guerra, Subchefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Vi-

ce-diretor da Escola Interamericana de Defesa, em Washington, Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (onde fez uma revisão dos currículos da Academia e da Escola Superior de Guerra, para ajustá-los à filosofia da "Sorbone") e Inspetor Geral das Polícias Militares. Meira Mattos foi promovido a general-de-brigada em 1968, a general-de-divisão em 1973, e passou para a reserva em 1977. Recebeu seu doutorado em Ciências Políticas em 1983, na Universidade Mackenzie, de São Paulo, tendo sido Gilberto Freire seu examinador, e atualmente exerce atividade nessa instituição como professor.¹⁹

Entre suas numerosas publicações, as seguintes apresentam seus mais influentes estudos geopolíticos: *Projeção Mundial do Brasil*, 1960; *Doutrina Política da Revolução de Março de 1964*, em 1967; *A Geopolítica e as Projeções do Poder*, 1977; *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, 1980; *O Marechal Mascarenhas de Moraes e sua Época*, 1983; e *Geopolítica e Trópicos*, 1984. Seus artigos na imprensa estão contidos, predominantemente, em *Estratégia* (Argentina), *A Defesa Nacional*, *Boletim Geográfico*, *Revista Brasileira de Política Internacional* e na *Revista do Colégio Interamericano de Defesa*.

Os textos de Meira Mattos são representativos da escola "realista" da política internacional, e é dentro desse contexto que ele inclui suas recomenda-

ções geopolíticas para o Brasil. De acordo com os ditames do realismo político, um conflito global caracteriza as transações internacionais. Como não existe, ou provavelmente está por ser alcançada, uma harmonia natural de interesses entre os Estados, não há um mundo ordenado, exceto quando as contendas e lutas, pelo menos as de grande dimensão, são desencadeadas com violência e transferidas para a esfera diplomática ou do poder político.²⁰ Por ele é que as nacionalidades encontram segurança no "poder", dentro do ameaçador ambiente internacional.

A ameaça definitiva à segurança percebida por Meira Mattos é o expansionismo soviético, um perigo aparentemente originário tanto da ideologia do comunismo, como do imperialismo russo, ainda que Meira Mattos não focalize, direta ou profundamente, o bloco comunista em suas análises.²¹ Ameaças mais eminentes, que não estão ligadas intimamente às russas, incluem as fronteiras desprotegidas do Brasil, sua instabilidade política, e várias debilidades sócio-econômicas. Solucionados esses problemas, o bem-estar do Brasil repousa, essencialmente, no êxito do desenvolvimento nacional, tema que Meira Mattos enfatiza com energia. Somente com o desenvolvimento, e o poder que ele mesmo acarreta, se poderá manter a segurança e o progresso da Nação.

Nesse sentido, portanto, o desenvolvimento e o poder são meios de alcançar a segurança nacional.

O poder é definido, pelo general, como "a capacidade de impor a vontade de uns sobre os outros" desde uma perspectiva física e psicológica, e esse conceito é ampliado para incluir uma cuidadosa contribuição à capacidade de poder brasileira em relação à de outros grandes países. O cálculo de Meira Mattos sobre o poder nacional, com propósitos comparativos objetivos, provém da seguinte fórmula:²² $P_p = (C + E + M) (S + W + P)$, na qual:

P_p = poder perceptível dos países;

C = massa crítica - população e território;

F = capacidade econômica;

M = capacidade militar;

S = conceitos estratégicos mantidos por um país;

V = vontade nacional; e

P = capacidade de persuadir ou convencer.

Desta equação resulta que o Brasil ocupa o 6º lugar quanto a poder mundial, atrás da União Soviética, Estados Unidos, Alemanha Ocidental, França e China. Ainda que o Brasil esteja classificado em 2º lugar quanto aos conceitos estratificadores (vontade nacional e categorias de capacidade persuasiva), os indicadores restantes colocam o país em 8º lugar, principalmente devido ao seu poder econômico relativamente baixo. Meira Mat-

tos sustenta que o Brasil é ainda uma "potência emergente", a que, junto com a China, tem as melhores possibilidades de alcançar um *status* de grande potência até o fim do século, superado apenas pelos Estados Unidos e pela União Soviética.²³

O conflito entre a moralidade e o uso do poder, uma crítica comum contra os "realistas", está consistentemente tratada por Meira Mattos. Ele prefere o poder à moralidade. Assim, diz: "ainda que poder e moralidade sejam inseparáveis e, portanto, devam ser levados em conta pelos estadistas, não obstante ... dos dois, o poder é preferido". Todavia, quanto a "os fins justificam os meios", ele declara: "a interdependência entre os princípios éticos e o exercício do poder obriga o estadista a empenhar-se em um processo contínuo de avaliação."²⁴

Sob esse ponto de vista, Meira Mattos defende os procedimentos democráticos, argumentando que: "em sociedades abertas e livres, os instrumentos de persuasão predominam, baseados na convicção, nas participações espontâneas e no sentimento de obrigação social do cidadão; nas sociedades totalitárias fechadas, os instrumentos de coerção e a revitalização de mitos carismáticos são de ocorrência usual".

Em outro ponto, Meira Mattos vincula democracia e progresso com referência ao desenvolvimento, estabelecendo uma eventual meta para uma

"sociedade brasileira, desenvolvida, estável e feliz." ²⁵

A par desses sentimentos, todavia, está sua avaliação de que a liberdade e o desenvolvimento devem ser acompanhados de autoridade. Por exemplo, o general escreve: "é necessário utilizar uma autoridade moderada, a fim de estimular a modernização da sociedade brasileira". ²⁶ Em adição, ele estabelece: "sob o aspecto militar, como enfrentamos inevitáveis concorrências internacionais, necessitamos avaliar as forças dissuasivas necessárias, para garantir a tranqüilidade do nosso desenvolvimento". Meira Mattos insiste, ademais, na importância de elites vigorosas e criativas, das quais devem depender as civilizações atuais e do futuro. ²⁷

O desenvolvimento, argumenta Meira Mattos, "é uma parte axial da Revolução de 1964", e provém da modernização de setores nacionais, tais como: tecnologia, benefícios sociais, participação dos cidadãos, produção industrial, governo eficiente e integração dos territórios nacionais. E, com confiança, proferida ao longo dos seus textos, o general declara, afirmativamente, que o Brasil possui os recursos, a vontade popular e a força de líderes necessários para "situar-se, até o ano 2000, entre as nações mais prósperas e poderosas do universo", o histórico "despertar para a grandeza" da Nação. ²⁸

Mais ainda, o ubíquo tema do poder domina em seus textos

e sublinha o significado que tem o desenvolvimento para os objetivos nacionais brasileiros, pois o desenvolvimento cria poder e, sem poder, "uma sociedade torna-se um corpo inerte, sem vontade, incapaz de satisfazer sua própria razão de ser, ou aquela que é sua contínua evolução". E, quanto maiores sejam "as aspirações e necessidades do Brasil, maiores serão as necessidades de poder para conduzi-las." ²⁹

Em suma, partindo dessa estrutura de realismo político, Meira Mattos descreve os problemas de segurança do Brasil contemporâneo, e prescreve, como remédio, uma forte dose de poder, conseqüência este do desenvolvimento. Para tornar operativos esses amplos parâmetros, particularmente na formulação de políticas e diretrizes governamentais específicas, o general estipula que as soluções dos problemas devem basear-se nas "realidades geográficas", realidades essas que têm inspirado os grandes estadistas "desde tempos imemoriais." ³⁰ Na perspectiva brasileira, "Geografia é destino".

Para Meira Mattos, a Geopolítica é "uma indicação de soluções políticas condicionadas por realidades e necessidades geográficas". ³¹ Em outra parte, ele escreve: "o território condiciona a vida de um país e limita suas aspirações... A geografia condiciona, dificulta, inspira, estimula, e, finalmente, oferece um desafio. Sucede que, como

destino do homem, é necessário responder às condições geográficas; se ele responde, triunfa, se não responde, é destruído".³² Da mesma forma que o desenvolvimento nacional, "a Geopolítica, se corretamente aplicada, é uma fonte de poder e a solução de problemas de segurança".

Não obstante exista uma "luta eterna" entre o homem e seu ambiente, Meira Mattos sustenta: "é da vontade do homem o prevalecer e triunfar sobre os fatores geográficos desfavoráveis". Fortemente influenciado pela tese de Toynbee de "desafio e resposta", ele argumenta que a grandeza nacional se revela quando os povos utilizam o poder e a vontade em resposta aos desafios do ambiente, pois o terreno geográfico áspero, como, por exemplo, o das florestas da Amazônia põe à prova o caráter de uma nação. Assim, superando as épocas passadas de polarização, esterilidade e derrotismo, criados pelos obstáculos ambientais, a redenção nacional será restaurada em proporção à extensão das fórmulas geográficas aplicadas.³³

O general afirma que o território físico tem influenciado enormemente os destinos dos países. As nações com formas compactas, em contraste com as que possuem territórios extensos e fragmentados, mantêm fronteiras menores e, assim, enfrentam menos conflitos com vizinhos e se adaptam mais à defesa militar, ao desenvolvimento

econômico e à unidade interna.³⁴ Os espaços extensos traduzem uma projeção de poder maior, porque tais países possuem, freqüentemente, recursos substanciais, população, liderança e mobilidade defensiva. Sobre esse último ponto de vista, Meira Mattos concorda com o geopolítico alemão Friederich Ratzel, quando sustenta que "espaço é poder".

Os países providos de costas marítimas extensas têm vantagens quanto ao contato comercial internacional, menor interesse dos países vizinhos, fronteiras marítimas naturais e menor probabilidade de enfrentar guerras ou invasões conseqüentes.³⁵ Com referência às fronteiras terrestres, Meira Mattos crê que os limites entre países representam zonas de conflito e que, em conseqüência, a fim de evitar escaladas de guerra, julga conveniente o estabelecimento, até onde seja possível, de estados-tampões entre potências maiores. De forma interessante, o general adere à idéia de "concepção do espaço", devida aos alemães Ratzel e Karl Ritter. Os proponentes desse conceito visualizam limites flexíveis rodeando os limites territoriais das nações, baseado no argumento de que os "povos jovens e fortes" possuem uma concepção maior do espaço geográfico, e por isso devem lutar por mais espaço. Menos afirmativamente, ao contrário, as nações satisfeitas têm uma concepção declinante de espa-

ço, existindo a suposição de que tais povos se tornem decadentes e, eventualmente, percam território e, talvez, a independência. Assim é que as nações mais fortes e mais jovens naturalmente exigem mais espaço ou "labensraum" (espaço vital), enquanto que países em declínio se chocam com tal expansão e devem perder territórios.

Influenciado pela tese da "concepção do espaço", Meira Mattos afirma que as fronteiras, em sua maioria, são inerentemente instáveis e parecem "a pele de um organismo em crescimento . . . a fronteira atual de um país é sempre o resultado de sua evolução . . . uma expressão da vontade coletiva ou individual".³⁶ Não obstante nenhuma fronteira específica seja delineada por Meira Mattos, tais declarações poderiam ser completamente alarmantes com relação à Amazônia Brasileira e aos vizinhos do sul, apesar das firmes garantias do general, em outra parte, de que não são agressivas as intenções quanto ao desenvolvimento das fronteiras do seu país.

Meira Mattos caracteriza o Brasil como sendo, com frequência, beneficiado por seus diferentes aspectos geográficos. Sua forma territorial é compacta, sua extensão é enorme e sua posição é vantajosa, devido às suas extensas costas marítimas e às fronteiras internas que não são disputadas por seus vizinhos. Construindo um "quociente continental e marítimo", a fim

de enfatizar esse efeito, o general rotula o Brasil como uma nação "mista" quanto a fronteiras marítimas e terrestres, semelhante aos Estados Unidos e à União Soviética, e argumenta que esse equilíbrio, ignorado pelos governos anteriores a 1964, contém um importante potencial para projetar o poder nacional além das fronteiras.³⁷ E, visto que o Brasil é dotado de amplos recursos naturais e possui uma crescente base industrial, um sistema integrado de "costa e interior" oferece grandes possibilidades de auto-suficiência nacional, assim como para um elevado *status* de reconhecimento internacional.

Apesar da inclemência da floresta úmida da Amazônia, Meira Mattos postula que essa área seja também "civilizada" e contribua para o desenvolvimento brasileiro. Disto, ao vencer os desafios da floresta, estimular-se-ão as qualidades intrínsecas do caráter e da vontade do povo da região, "despertando-o" para cumprir seu destino de "grande civilização mundial".³⁸ Esse importante tema geopolítico — o de que as regiões tropicais virgens podem fornecer ao Brasil um novo estímulos para ganhar "independência" e "propósito" — é uma orientação mais recente do general, como estudioso, de acordo com o manifestado em *Uma Geopolítica Pan-Amazônica* (1980) e *Geopolítica e Trópicos* (1984). Atacando, com alguma veemência, os argumentos de que os ambientes tropi-

cais geram inferioridade e degeneração cultural e tecnológica, o general afirma que a mistura de raças, única do Brasil, o desafio do deserto e o legado dos limites criam uma nova e progressista "civilização tropical", destinada à liderança no século XXI e mais além dele.³⁹

Os governos anteriores não reconheceram essa receita para a grandeza, alude Meira Mattos, que revela um claro desgosto pela "irracionalidade do passado", pela "plasticidade nacional" dos funcionários civis "esquerdistas", que atuam com "mentalidade de papel carbono", "mentalidade vazia" e "temperamento abstrato". Porém, felizmente, em adição ao feito de que o país está sendo bem governado, democrático, pacífico, e seu povo unido, dando apoio às lideranças posteriores a 1964, as políticas firmes de desenvolvimento foram igualmente estabelecidas, olhando para o progresso nacional. Meira Mattos elogia esse espírito nacional restaurado, declarando: "o Brasil, muito mais jovem (do que estava, em regimes passados, com relação a outros países) já está integrado em seu espírito nacional. Ninguém de boa fé é capaz de duvidar da existência de um espírito nacional, alerta e sensível aos superiores interesses e aspirações da Nação. Temos unidade de linguagem, de crença religiosa, e na aceitação do amálgama racial — sobretudo, um extraordinário espírito de unidade. No imenso subconti-

nente brasileiro, todas as regiões e cores vibram com igual intensidade diante da nossa Bandeira e do Hino Nacional. Todos são igualmente regidos pela mesma música, a mesma história . . . a mesma lenda do saci-pererê" (ave de canto lúgubre).⁴⁰

Com o mesmo talento, o general escreve: "nosso povo é inteligente, tem iniciativa, aprende novas técnicas com rapidez, deseja progredir e tem orgulho do país . . . com esse povo alcançaremos nosso destino".⁴¹

Em razão de o Brasil satisfazer requisitos geográficos e humanos, já assinalados, para lograr a grandeza nacional, Meira Mattos declara, confiante, que seu país possui "todas as condições para aspirar um lugar entre as potências mundiais", tema repetido em todos os seus textos. Seu país executará esse "salto" para o desenvolvimento moderno, e sem a influência internacional destrutiva dos modelos russo e chinês, senão, ao contrário, dentro de um contexto ocidental de "democracia com autoridade".⁴² Alcançando, portanto, o *status* de grande potência, alcançará novas responsabilidades, afirma o general: "nosso desenvolvimento terá, como consequência, um peso de maiores responsabilidades na área de segurança externa. Seremos uma potência mundial, alcançando essa meta do nosso desenvolvimento pelo ano 2000, e isso *independentemente* de nossa vocação em possuir tal po-

der. Necessitamos, portanto, estar bem preparados para exercer esse poder, protegendo nossos interesses, cujas dimensões, em termos econômicos e geoestratégicos, adquirirão amplitude mundial".⁴³

Em conseqüência, a posição de potência do Brasil exige a expansão do seu papel em duas áreas vitais de interesse: o vaso do Atlântico Sul e a Amazônia.

A nova confiança do Brasil em seu papel de potência mundial levou o país, durante a década passada, a uma preocupação maior a respeito da segurança no Atlântico Sul. O general toca nesse ponto, quando declara: "devemos chegar ao fim do século com uma disponibilidade de segurança militar que nos garanta o uso das vias aéreas e marítimas no Atlântico Sul, estabelecendo ali uma força estratégica dissuasiva de grande mobilidade".⁴⁵ A esse respeito, em outra parte, ele diz: "na atualidade, existe uma ameaça fundamental no Atlântico Sul, constituída pelo bloqueio das vias de abastecimento de petróleo para os Estados Unidos, a Europa e o Brasil. O bloqueio do cabo da África do Sul polarizaria a OTAN, que é o principal instrumento contra a União Soviética."⁴⁶

Para combater essa ameaça, o general considera urgente um estudo militar completo da situação, incluindo aquelas posições-chaves estratégicas que deveriam ser ocupadas, se ameaçadas, quais as alianças

internacionais possíveis, e como seriam desdobradas as forças na região.

Paralelamente à exigência de segurança no Atlântico Sul, existe a necessidade de manter o acesso ao comércio marítimo com mercados de ultramar. A fim de evitar um "estrangulamento econômico" pelo bloqueio das áreas de choque, Meira Mattos defende um ambicioso programa de Marinha Mercante e construções navais. Com as vias comerciais garantidas, em adição à exploração de novos recursos na plataforma continental do Brasil, nas suas 200 milhas de mar territorial e na distante região da Antártica, o general prediz que a expansão marítima brasileira, em conseqüência, há de contribuir para tornar o Atlântico Sul "uma das sociedades mundiais mais prósperas".⁴⁷

Os parâmetros de segurança atlântica de interesse para o Brasil são traçados, por Meira Mattos, da seguinte maneira: "o eixo Belém-Recife-Dacar, estendendo-se ao norte, em direção ao Trópico de Câncer, compreendendo o Caribe — especificamente o Canal do Panamá, Trinidad Tobago e as Antilhas Orientais — continuando para a Península Ibérica e Gibraltar". Com referência aos extremos meridionais, o general está particularmente interessado nos pontos de choque do Cabo Sul-Africano e da Terra do Fogo. Ele ressalta a importância vital, para o Brasil, do acesso ao Pací-

fico e ao Oceano Índico e adere às reivindicações sobre a Antártida, tanto brasileiras, como argentinas e chilenas.

Meira Mattos acredita que o poder brasileiro nas décadas vindouras será insuficiente para enfrentar os desafios de segurança na área e, por conseguinte, solicita uma presença naval conjunta Brasil-Estados Unidos, tendo em conta que os aliados têm interesses estratégicos semelhantes no Atlântico.⁴⁹ De igual forma, o general postula a criação de uma Comunidade do Cone Sul, ou de uma Organização do Tratado do Atlântico Sul, composta pelo Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai, e também eventuais membros africanos, para a segurança das vias meridionais.

As relações afro-brasileiras, afirma o general, são "mais importantes para o Brasil, que qualquer outra área do mundo", porque as nações africanas orientais, tendo alcançado sua independência, são mais suscetíveis da penetração soviética. Pela primeira vez, elas poderiam oferecer uma ameaça potencial à segurança nas costas do Brasil.⁵⁰

Contudo, os mercados africanos constituirão uma boa saída para os produtos industriais brasileiros, e possíveis rivalidades comerciais poderiam ser reduzidas, se o Brasil dependesse menos da exportação de produtos primários. Ele propõe laços mais estreitos com a África, a fim de evitar que o Brasil

tenha uma imagem de "vizinho perigoso e incômodo".⁵¹

Recomendando uma comunidade Portugal-Brasil-África Portuguesa, para segurança e vantagem econômica, Meira Mattos vê o Brasil no papel de mediador entre os países afro-asiáticos e ocidentais. Nos primeiros anos da década de 60, situou essa relação do seguinte modo: "podemos levar a cabo uma importante tarefa de verdadeira missão ocidental - uma tarefa de tentar dissipar as reações anti-ocidentais da Afro-Ásia...; através da comunidade luso-brasileira, poderíamos aproximar as novas nações africanas, oferecendo-lhes nossa experiência como jovem nação, com um passado colonial recente, que está quase saindo da fase de subdesenvolvimento, não está oprimida por problemas sociais, e está interessada no comércio e nas relações econômicas com seus vizinhos através do Atlântico".⁵²

A projeção da influência na área atlântica, argumenta o general, é outro importante passo para a meta de desenvolvimento e segurança do Brasil.

Entre os temas geopolíticos de Meira Mattos, o do desenvolvimento da Amazônia é o que merece sua recente e maior atenção. Pelo menos seis explicações recolhidas de seus textos sublinham o interesse estratégico do general pela área. Primeiro, ele identifica um "problema amazônico": a cobiça por parte de outras nações ou de

organizações internacionais, provocada por sua escassa população e sua "inexplorada riqueza mineral e ecológica". Ele diz: "seria perigoso deixar a grande área da Amazônia despovoadada e subdesenvolvida, quando existem áreas gravemente superpovoadas, caso de Bangladesh, Indochina e Japão. Não seria desejável que os países relacionados com a área amazônica perdessem sua soberania nessa cobiçada região, sob o pretexto de sua incapacidade de explorá-la."

Respondendo à dificuldade demográfica, Meira Mattos inclui as imigrações estrangeiras na Amazônia, recomendando a inversão, a expansão da população interna.⁵³

Recorda, também, a possibilidade de rebeliões nessa região: "o inimigo está agora dentro (do Brasil), não é uma ameaça de ataque direto às nossas fronteiras . . . A ameaça internacional real é a Guerra Revolucionária". A fim de obstaculizar essa força centrífuga, ele recomenda que a fronteira amazônica seja desenvolvida e integrada às costas.⁵⁴ Em outro ponto, recorda a seus leitores o bloqueio naval alemão durante a Segunda Guerra Mundial e o idêntico potencial soviético nas décadas seguintes. Essa "perigosa" dependência da costa sem o apoio do interior pode ser resumida da seguinte forma: "esta política de continentalidade, para ser efetiva, deveria criar um interior que seja menos de-

pendente da tirania do comércio marítimo, ou dos cinturões marítimos. Deverá garantir certo nível de interdependência econômica entre as regiões vinculadas às grandes massas continentais (sul-americanas), favorecendo o estabelecimento de uma sociedade próspera e, como tal, auto-suficiente".⁵⁵

Com a integração da Amazônia com o Atlântico, e também com o Pacífico andino, um interior colonizado poderia resolver algumas das dificuldades, como sejam rebeliões e ataques estrangeiros.

A perspectiva de uma imensa riqueza amazônica aplicada ao desenvolvimento nacional estimula o interesse de Meira Mattos. Citando recentes descobertas de minérios de ouro, ferro, bauxita, urânio e manganês, ele crê que a penetração interior "resultará" na descoberta de novas riquezas, na ampliação de um potencial dificilmente suspeitado e sua transformação em poder. Isso significa a conquista do espaço interior, e seu valor estratégico seria amplamente aceito para o ano 2.000. Para todos os países que têm parte na área amazônica, esses benefícios resultariam em um verdadeiro "toque de clarim" para o progresso sul-americano.⁵⁶

Meira Mattos visualiza a estrutura amazônica como um foco emergente do centro do *hinterland* (coração da terra) da América do Sul. Não obstante ignorar o "triângulo mágico" da

Bolívia, não desconhece a "posição privilegiada da Bolívia e do Equador, devido aos estratégicos desfiladeiros de suas montanhas, que enlaçam o interior do Brasil com o Pacífico. A esse respeito, o general insiste francamente na importância da estrutura para o desenvolvimento continental: "no Brasil moderno, o centro do problema do despertar do continente está localizado na Amazônia". E, sob esse aspecto, o Brasil predomina porque⁵⁷ "está em uma posição privilegiada à frente de outros que têm parte na área amazônica, pelo fato de que a maior parte do nosso território é adjacente ao curso de água para o oceano". Portanto, a exploração da Amazônia constitui a chave vital, não só para o progresso do Brasil, senão também para a América do Sul, como o sucesso futuro das duas áreas intimamente entrelaçadas, e sob a liderança do Brasil.

Para essa utilização do espaço continental interior, o general alude que a política do Brasil é de um "intercâmbio fraternal", não de isolamento ou de hostilidade para com as repúblicas de língua espanhola. A esse respeito, escreve: "nos últimos anos, nossa diplomacia reajustou suas linhas estratégicas, dando mais importância à política de aproximação com nossos vizinhos continentais. Em um curto período, esta orientação foi coroada de êxito. Estreitamos nossas relações com as nações sul-americanas e as or-

ganizações regionais e sub-regionais. Começamos, em um curto período, a mobilizar os chefes das nações com parte na área amazônica, por meio de um tratado de cooperação. E, finalmente, motivamos nossos vizinhos que são membros do Pacto Andino, a respeito da importância do novo acordo com o Brasil, para benefício comum de todos".⁵⁸

Em outra parte, ele amplia o tema das intenções pacíficas: "a estabilidade e a tranquilidade mundial representam a satisfação de nossa história de vocação pacifista e a atmosfera de segurança indispensável para o progresso sócio-econômico que desejamos alcançar".⁵⁹

Utilizando os conceitos de desenvolvimento de "pólos" fronteiriços e "projeções pólo-amazônicas", Meira Mattos descreve três zonas de intercâmbio enlaçadas ao Planalto Central e a Brasília, por um extenso e novo sistema de vias rodó e ferroviárias: 1) a área de acesso norte para a Guiana, Suriname, Venezuela e Colômbia, via "Boa Vista"; 2) uma passagem ocidental para o Peru e Equador, via "Liquitos e Letfcia"; e 3) o canal sudoeste para o Peru e Bolívia, via "Rio Branco e Riberalta". Novos empreendimentos industriais, agrícolas e mineiros emergirão dessas zonas, provendo o governo telecomunicações e transporte, facilidades administrativas e energéticas, e demais assistências.⁶⁰ Partindo desses pontos, círculos concên-

tricos de desenvolvimento irradiarão sua influência a partir do centro e, eventualmente, cruzarão fronteiras internacionais, para estimular, mais adiante, progressos continentais, conforme prevê o Pacto Andino.⁶¹

Classificando os esforços para o desenvolvimento da Amazônia como resposta nacional a um desafio de nível toynbeano, Meira Mattos declara que a "arrancada" para o oeste é semelhante às feitas pela Rússia, Austrália e Estados Unidos em séculos passados. Esses países, muito semelhantes ao Brasil sob a perspectiva geopolítica, possuíam certas características necessárias para desenvolver vastos territórios, e todos eles venceram "o problema da conquista do próprio território, da integração de suas partes marítimas e continentais, revelando-nos a importância do transporte territorial e da população, a capacidade de materialização (de projetos) dentro do contexto geográfico, e a vontade política da nação. Essa vontade, sabemos, não está traduzida no trabalho de um governo, senão, ao contrário, na linha de continuidade que anima as aspirações e os interesses nacionais, cujo rumo mantém um coerente 'rastros' do passado-presente-futuro, quaisquer que sejam o regime e o governante".⁶²

Sem dúvida, esclarece o general, o Brasil possui vontade, capacidade, estratégia e persistência para que essa transfor-

mação se realize. Assim, utilizando análises e planos geopolíticos, Meira Mattos afirma que a projeção do desenvolvimento brasileiro na área amazônica, como também no Atlântico Sul, levará o país ao seu destino nacional, à realização, nas décadas vindouras, das satisfações proporcionadas pelo *status* de potência mundial.

CONCLUSÕES

Dos textos geopolíticos do General Meira Mattos, podem-se delinear, de acordo com a matéria apresentada:

1. As abordagens geopolíticas são vitais para o progresso e a segurança nacional brasileira, como base para a integração da política de planejamento, do espaço territorial e dos conceitos de posição, dos recursos nacionais (naturais) e tecnológicos, da coesão e vigor da população, e da criatividade de lideranças quanto ao combate aos desafios domésticos e internacionais e ao cumprimento das aspirações nacionais.

2. A posição geográfica do Brasil, somada à tradicional herança ocidental, coloca a nação em aliança com os Estados Unidos e a Europa Ocidental, em oposição às ameaças extrahemisféricas, de modo geral ao expansionismo russo.

3. A segurança do Brasil está vinculada à do Atlântico Sul, uma zona estratégica muito valorizada, primeiro pelo Salien-

te Nordeste, que se projeta em direção à África, o que obriga a proteger os estreitos atlânticos que dão acesso ao norte da África. Segundo: Meira Mattos impõe ao Brasil a responsabilidade de garantir o passo através dos pontos vitais de choque do Atlântico, situados ao sul da África e o cone da América do Sul, para proteger os mares adjacentes à África Ocidental.

4. A Geopolítica realça, no planejamento regional da área amazônica, os conceitos de pólos de desenvolvimento, rede de comunicações, desafios demográficos, recursos naturais e similares. De igual forma, a integração da fronteira (interior) com a costa e sua auto-suficiência como entidade regional reduzem as ameaças insurrecionais e estrangeiras, podendo ser cumprida dentro de uma estrutura de cooperação e amizade hispano-americano-brasileira.

5. Poder, segurança e desenvolvimento estão intimamente ligados a essa conexão, e uma vez projetada, além da esfera continental para uma dimensão mundial, cumprirá o destino do Brasil, ou seja, a obtenção do *status* de grande potência.

Os temas geopolíticos de Meira Mattos são eminentemente originais e brasileiros, com empréstimos menores de fontes britânicas, francesas ou norte-americanas, o que se poderia deduzir de uma primeira leitura dos seus textos. Não obstante

ser muito versado na produção acadêmica na área da Geopolítica e das relações internacionais (seus textos estão repletos de citações e idéias alheias), o general não é intelectualmente dependente de outras autoridades ou escolas de pensamentos, nem escravo das tradições geopolíticas brasileiras. Ao contrário, suas formulações podem caracterizar-se como dinâmicas, inovadoras, otimistas, adaptáveis e consistentes dentro de um esquema político realista; mais prescritivo que determinista na aplicação da Geografia à Política, e pertinente a muitos acontecimentos internacionais contemporâneos no hemisfério.

Especificamente, ele diverge dos geopolíticos brasileiros tradicionais, ao ignorar o conceito de triângulo mágico boliviano; ao substituir a rivalidade argentino - peruana - venezuelana pela cooperação e harmonia regional; ao enfatizar as estratégias e táticas explícitas do desenvolvimento da área amazônica, integrando-as no contexto nacional e internacional; e ao ampliar o perímetro de segurança de seu país até o Atlântico Médio e Sul, África e Antártica.

Da mesma forma, o general integra, habilmente, suas prescrições geopolíticas ao modelo de realismo que faz uma análise das relações de poder, e também facilita a extensão dos temas geopolíticos a problemas latino-americanos, como as fronteiras internas desocupadas, a tecnologia energética e os re-

cursos naturais, o espaço marítimo, o desenvolvimento regional, a cooperação de segurança, e a força das populações frente aos desafios ambientais. Meira Mattos não é dogmático quando descreve uma configuração de poder restrito à moralidade, suas metas democráticas para o Brasil (não obstante "moderadas" pela autoridade), sua confiança na unidade e madureza política do seu povo, e seu interesse em acumular poder como um meio de obter segurança e desenvolvimento, e não como um fim em si mesmo.

Sob o aspecto da política externa brasileira, os projetos de Meira Mattos são razoáveis e não exagerados. Recomenda à sua nação que, em primeiro lugar, se examine e penetre (e compreenda) com cuidado características tais como a herança, os recursos naturais e humanos, a posição geográfica, os problemas potenciais e reais, e os objetivos sócio-econômico-políticos provenientes do seu passado. Segue, então, o planejamento com base nas aptidões potenciais. O general não está preocupado com uma ameaça russa imediata, nem com a negligência dos Estados Unidos com referência à América do Sul. Suas prescrições a respeito dos perigos que o Brasil enfrenta se concentram mais nos remédios econômicos e na habilidade diplomática, que na força e na expansão militar. E, durante a década passada, essas abordagens de fato elevaram o

Brasil à liderança entre as nações sul-americanas. De forma otimista, ele prediz que o Brasil estará entre as grandes potências mundiais e, apesar de sua meta de fazer o ano 2000 data para que o país alcance esse *status* possa ser um pouco prematuro, a eventual ocorrência do Brasil como potência mundial não é, certamente, uma suposição irracional.

As áreas mais débeis nas teorias de Meira Mattos provêm de seu interesse pelas idéias de Toynbee e Ratzel. Essas influências externas tendem a depreciar e, sob certos aspectos, contradizer os principais temas geopolíticos do general. Por exemplo, Meira Mattos aplica a tese dos "desafios e respostas" de Toynbee como uma fórmula para o êxito do desenvolvimento da área amazônica e da exploração de suas riquezas, e para promover a integração e o poder nacional. Isto é, se o povo brasileiro for suficientemente desafiado pela floresta tropical, ele aumentará proporcionalmente seu esforço para dominá-la, tal como o general crê que seja o caso, e não só conquistará a Amazônia, senão também criará uma nova civilização tropical, que impelirá o Brasil em direção ao reconhecimento como grande potência internacional. Contudo, não está esse cálculo simplista sujeito a controvérsias? Por exemplo, pode essa percepção ser um novo mito do Eldorado, semelhante à atual exuberância sul-americana, no que diz res-

peito à Antártica, à plataforma continental e ao mar territorial de 200 milhas, ou a outras regiões desocupadas, que oferece um remédio aparentemente fácil, de perfeita riqueza, para resolver a inércia social e industrial? O povo brasileiro aproveitará essa aventura ou, ao contrário, o desenvolvimento trará ganhos só para os privilegiados? A Amazônia é, potencialmente, equivalente ao Meio-Oeste dos Estados Unidos ou à Ucrânia Soviética? Ou carece da necessária fertilidade dos solos, da flexibilidade ecológica, ou dos recursos industriais, a fim de contribuir para a formação de uma poderosa e grande infra-estrutura? Poderia o Domício da costa ser esfarrapado depois da modernização tropical? Poderia a grande dimensão territorial, ou a "juventude racional", ser traduzida, automaticamente em poder nacional? Poderia o fracasso do desenvolvimento amazônico (em virtude de custos excessivos ou faltas de planejamento) levar a uma séria desilusão nacional e ao retrocesso? Tais perguntas, vitais para se examinar a união da Amazônia ao *status* nacional, requerem uma análise mais profunda.

Quando Meira Mattos adota a tese da "contenção do espaço", de Ratzel, sobre a "elasticidade" das fronteiras nacionais, ele subentende uma ameaça brasileira contra os vizinhos hispano-americanos. Essa dimensão de seus textos, tratada

resumidamente em "Brasil - Geopolítica e Destino", sai, evidentemente, do contexto e contraria suas mais proeminentes declarações sobre a paz continental e a adaptação das fronteiras. A tese de Ratzel é completamente prejudicial para a realização dos objetivos da política externa brasileira, tão bem projetados pelo general porque, suscitando controvérsias e reações nos distantes perímetros do Brasil, construirá, com segurança, uma depreciação do desenvolvimento econômico amazônico e a segurança no Atlântico Sul.

Em um contexto mais amplo sobre a aspiração do Brasil quanto ao *status* de potência mundial, todavia, dentro das dimensões geopolíticas de Meira Mattos, existem certos aspectos dialéticos que foram depreciados. Pode a Nação perseguir vigorosamente seu novo poder, quando diferentes obstáculos continuam resistindo à modernização e à estabilidade de difícil alcance, especificamente seu sistema político de domínio militar, sua dependência do petróleo e do investimento estrangeiro, e suas lacunas no programa social? O cerco hispano-americano será contido, apesar da firme intenção do Brasil de consolidar a Amazônia? Não seria de grande valia analisar esses paradoxos de modo mais profundo, junto com os cálculos de poder, as respostas ambientais, a classificação entre as nações etc.?

Tais desafios, não obstante, não estão fora do pensamento de Meira Mattos (por exemplo, ele condena os bolsões de pobreza, sugere alternativas a respeito da dependência do petróleo e defende os princípios do governo democrático). E seus textos geopolíticos estabelecem um esquema flexível e consistente, onde podem ser analisadas as questões dessa natureza. Em suma, os temas geopolíticos do General Meira Mattos contribuirão para a busca de um Brasil seguro e desenvolvido, uma nação que assume um lugar de respeito e liderança entre os membros da comunidade mundial.

NOTAS

1. Para definição e melhor compreensão da Geopolítica, ver Ladis K. D. Kristof, "The Origin and Evolution of Geopolitics" - *Journal of Conflict Resolution*, Vol. 4, nº 1 (março, 1960) pp 15-51; Derwent Whittlesy, "Haushofer; The Politicians" - em Edward Mead Earle, *Makes of Modern Strategy; Military Thought from Machiaveli to Hitler* (Princeton University Press, 1943) pp 388-41; James E. Dougherty e Robert L. Pfalzgraff Jr, "Contending Theories of International Relations: A Comprehensive Survey" (New York, Harper and Row, 1981) pp 54-83; e Keiichi Takenchi, "Geopolitics and Geography in Japan Reexamined" - *Hitot Subashi* (*Journal of Social Studies*), vol 12, nº 1 (novembro, 1980), pp 14-24.
2. Entre os exemplos do recente renascimento de interesse encontram-se as novas perspectivas sobre o tema. Colin A. Gray, "The Geopolitics of the Nuclear Era: Heartland, Rim Cands and Technological Revolution" (New York, crane Russak, 1977); Daniel Deudney, "Whole Earth Security: A Geopolitics of Peace" (Washington, D.C., World Watch Institute, 1983); Benjamin A. Mist e Harvey Starr, "Diffusion, Reinforcement Geopolitics and the Spread of War" - *American Political Science Review*, vol. 74, nº 4 (dezembro, 1980), pp 932-46; e John Child, "Geopolitical Thinking in Latin America" - *Latin American Research Review*, vol. 14, nº 2 (1979), pp. 89-111.
3. Lewis A. Tams descreve a consciência geopolítica brasileira na época colonial. Ver seu "Brazil's Expanding Frontiers" - *The Americas*, vol. 23, nº 2 (outubro, 1966), pp 165-69, e "Rubber, Revels and Rio Branco: The Contexts for the Acre" - *Hispanic American Historical Review*, vol. 46 (agosto, 1966), pp 254-73. Ver, também, Carlos de Meira Mattos, "Uma Política Pan-Amazônica (Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1980), pp 1962, e Howard Pittman, "Geopolitics in the ABC Countries: A Comparison", estudo preparado para a reunião da Western Political Science Association, Seattle, Washington, março, 1938, pp 12-31, 31-58.
4. Para um resumo do plano estratégico brasileiro para o século XX, ver Frank D. Mc Cann, "The Brazilian General Staff and Brazil's Military Situation", 1900-1945, *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol. 25, nº 3 (agosto, 1983), pp 299-324. Os trabalhos de Child Pittman estudam, também, esses aspectos.
5. Robert N. Burr relata uma aliança Brasil-Chile-Colômbia, formada em várias épocas durante o século XIX, interamericano *Studies and World Affairs*, vol. 25, nº 3 (agosto, 1983), pp 299-324. Os trabalhos de Child Pittman estudam, também, esses aspectos.
5. Robert N. Burr relata uma aliança Brasil-Chile-Colômbia, formada em várias épocas durante o século XIX, em oposição a eixo Argentina-Peru. Ver seu ensaio "The Balance of Power in Nineteenth-Century South America: An Exploratory Essay", *Hispanic American Historical Review*, vol. 35, nº 1 (fevereiro, 1975), pp 37-60.

6. "Curso de Geopolítica Geral e do Brasil" (Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1952).
7. "Projeção Continental do Brasil" (2ª edição, São Paulo, Companhia Editorial Nacional, 1935). Meira Mattos atribui, a Travassos, uma particular dúvida intelectual e inspiração, cuja obra representa, para ela, "um trabalho de pioneirismo intelectual": "Projeção Mundial do Brasil" (São Paulo, Gráfica Leal, 1960, p. 3. Ver, também, sua homenagem a Travassos em "Brasil: Geopolítica e Destino" (Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1975), pp. 52-3 (no futuro BGD).
8. "Aspectos Geopolíticos do Brasil" (Biblioteca do Exército, 1957) e "Geopolítica do Brasil" (Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1967).
9. Howard Pittman considera Golbery o principal estudioso no Brasil durante 1950, cujas idéias continuam influenciando a política na atualidade. Considera, todavia, Meira Mattos como uma "nova fase" no pensamento estratégico nacional, de onde surgem novos temas em torno das preocupações anteriores a respeito das fronteiras e do desenvolvimento interno. "Geopolitics in the ABC Countries", pp 39-43, 47-52. Estudos adicionais à Geopolítica brasileira de Meira Mattos que podem contemporaneamente, ser citados como contribuição, sobre vários aspectos, das publicações do general: Lysias A. Rodrigues, "Geopolítica do Brasil" (Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1947); Jaime Ribeiro da Graça, "A Geografia na Política Externa, Introdução à Geopolítica" (Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1947); Jaime Ribeiro da Graça, "A Geografia na Política Externa, Introdução à Geopolítica" (Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1951); e Terezinha de Castro, "Rumo à Antártica" (Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1976), e "O Brasil no Mundo Atual: Pensamento e Diretrizes" (Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, 1982).
10. Pittman encontra homogeneidade e continuidade (na geopolítica brasileira) no trabalho de ambos sobre teorias construtivas do tipo de lógica progressiva. A razão para isso lhe parece ser a absoluta aceitação e certos parâmetros e aspirações nacionais, acompanhada de uma continuidade nacional no "desejo de completá-los". O pensamento geopolítico brasileiro é idêntico entre autores civis e militares, não apresentando uma exclusividade de interesse militar. Ver seu estudo "Geopolitics of the ABC Countries", p. 57.
11. Para informações sobre a ESG (Escola Superior de Guerra) e seu impacto, ver Roger W. Fontaine, Brazil and the United States: Toward a Maturing Relationship", Washington D.C., American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1974), pp. 80-92; e Alfred Stepan, "The Military in Politics: Changing Patterns in Brazil" (Princeton University Press, 1971), pp. 247-7.
12. Stepan, op. cit., pp. 236-45.
13. Clifford A. Kiracofe Jr., "Brazil: An Emerging Strategic Factos in the Southern Atlantic", Journal of Social and Political Studies, Vol. 5, nº 3 (Outono, 1980), p. 200. Ver também Pittman, op. cit., pp. 122-31, e Fontaine, op. cit., p. 82.
14. "Geopolitics and the ABC Countries", p. 106
15. Ver, por exemplo, Jordan M. Young, "Brazil: World Power 2000?", Intellect, vol. 105, nº 2.384 (maio, 1977), p. 407.
16. Kiracofe, op. cit., pp. 211-12.
17. Para uma excelente revisão dos acontecimentos recentes na política externa do Brasil, ver Riordan Roett, "Brazil's International Relations in Perspective", Orbis, vol. 26, nº 1 (Primavera, 1982), pp. 257-67.
18. Essa interferência é sugerida pelo autor. O general, bastante preocupado com os distintos problemas e oportunidades de seu país, dedica muito pouco espaço às questões do Leste-Oeste. Não faz referência a Cuba, Vietnã, Europa Oriental, América Central ou qualquer outra das áreas perturbadas pela Guerra Fria. Somente no contexto realista da política internacional (como indicado posteriormente), Meira Mattos evidencia sua preferência pela ideologia ocidental, e faz muito discretamente.

19. Carlos de Meira Mattos, "Geopolítica e Trópicos" (Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1984), pp. 155-57. Complementando os eventos militares e acadêmicos, Meira Mattos alcança, da mesma forma, o vértice político, e assim Ronald Schneider o descreve como amigo íntimo e "chave militar" do presidente Castello Branco (1964-68), e como um "oficial que seria considerado de absoluta sensibilidade (política) durante os quatro anos de governo do presidente". "The Political System of Brazil: Emergence of a Modernizing Authoritarian Regime", 1964-70 (New York, Columbia University Press, 1971), p. 147.
20. Nessa análise de realismo e poder, Meira Mattos está particularmente influenciado por Hans Morganthau. Os famosos seis princípios do realismo de Morganthau são cuidadosamente examinados em "A Geopolítica e as Projeções do Poder" (Rio de Janeiro, Livraria José Olimpio Editora, 1977), pp 60-3 (idem GPR), completando os elementos de poder nacional, esferas de influência e balanço das doutrinas de poder. Meira Mattos, a propósito, somente registra Morganthau, dedicando pouco espaço a Nicholas Spykman e outros realistas, ao formular a estrutura geral da Política. Meira Mattos, seguramente, é um dos líderes das fórmulas geopolíticas atuais do Brasil.
21. Por exemplo, o general vê o Brasil como o "bastião do mundo livre" e "a cidade da democracia", porque o estratégico Saliente Nordeste não continuará a ser utilizado pelas forças norte-americanas que necessitam cruzar o norte da África, quando vier o perigo da massa eurásiana (BGD, p. 74). Em outra oportunidade, Meira Mattos apela pela assistência militar norte-americana, tendo em conta a segurança do Atlântico Sul, sugerindo que o bloqueio soviético das vias de abastecimento de petróleo "poderia paralisar a OTAN, o principal instrumento contra a União Soviética" ("Estratégia Militar Brasileira", A Defesa Nacional, nº 673, 3º trimestre, 1973, p. 8). Outras passagens que refletem sua preferência pela democracia ocidental, em contraste com o marxismo, se encontram fundamentados em seu GPP, pp. 59-60, e BGD, p. 73.
22. Adotado e ampliado a partir de idêntica abordagem de Ray Cline, "Worked Power Assessment - A Calculus of Strategic Drift" (Washington D.C., Georgetown University, 1975). Os diversos aspectos da Fórmula do general não são precisos e, em consequência, os resultados são de difícil apreciação, não havendo dados de comparação precisos. Meira Mattos aceita a definição de Poder Nacional da ESG, que conceitua o poder como "a expressão integral de todas as capacidades que uma nação possui em determinado momento para promover, interna e externamente, a expressão dos objetivos nacionais, apesar dos possíveis desafios." "A Política e as Projeções do Poder", p. 129.
23. "Geopolítica e Trópicos", pp. 101-18. Esse tema é encontrado frequentemente nos textos de Meira Mattos.
24. "GPP", p. 38. Os "realistas" (de realidade) definem, separadamente, a moralidade individual e a moralidade estatal, concordando que as duas espécies de análise sob um mesmo sistema de ética não são possíveis. Daí a idéia final de Meira Mattos a respeito da moralidade estatal: "é, sobretudo, a defesa dos interesses da nação" (p. 59).
25. "GPP", pp. 31, 16-7, 54-5.
26. "GPP", p. 50.
27. "BGP", pp. 88, 105-7 e "GPP", p. 30. Nesses casos, os conhecimentos do general foram tomados do historiador Arnold Toynbee.
28. "BGD", pp. 102-2.
29. "GPP", pp. 54-5, 102-3.
30. "BGG", pp. 406. Sobre o realismo como modelo geopolítico, ver Sigmond Neumann, "Comparative Politics: A Half-Century Appraisal", em Luis L. Cantori, "Comparative Political System" (Boston, Holdbrook, Press, 1974), pp. 14-9.
31. "BGD", p. 4 e "GPP", p. 15.
32. "GPP", pp. 105-6. Sob esse ponto de vista, Meira Mattos pode ser rotulado como uma "estratégia política". De acordo com Ladis Kristof, os estrategas "lutam pela política específica e certo envolvimento na política internacional e na tecnologia

- militar. Eles estão empenhados em considerações de espaço, poder nacional em potencial, distribuição de alimentos e população, caminhos estratégicos e sua conveniência. Ve seu estudo "Origens e Evolução da Geopolítica", pp. 37-8.
33. "BGD", pp. 7, 9-12, 40.
 34. "BGD", pp. 13-18, 71.
 35. Idem, pp. 21-2.
 36. "BGD", pp. 39-40.
 37. Idem, pp. 8-9, 19-20.
 38. O general crê que o vasto espaço desabitado representa "um aspecto altamente otimista e uma vocação para a grande política e (para a realização) de empresas econômicas e sociais. . . preparando uma formidável potência estatal. Nós achamos isso muito bom". "Aspectos Geopolíticos de Nosso Território", "Boletim Geográfico" (janeiro/fevereiro, 1952), pp. 48-9.
 39. Ver, por exemplo, "Geopolítica e Trópicos", especialmente pp. 3-6, 129-37.
 40. "GPP", p. 102.
 41. "GPP", p. 94.
 42. "BGD", pp. 71-3.
 43. "GPP", p. 143. Em outra parte, o general escreve: "Essa extensão brasileira de poder com finalidade internacional apresenta uma extensão geográfica dos interesses nacionais que correspondem à ambição das responsabilidades estratégicas". "Estratégia Militar Brasileira - Reflexões", "A Defesa Nacional", nº 673 (3º trimestre, 1977), p. 7. Ver, também, seu estudo "Doutrina Política de Potência".
 44. "BGD", p. 75. Sobre esse tema, acrescenta, "o destino do Brasil está condicionado por duas influências: continental e marítima. "GPP", p. 105.
 45. "GPP", p. 142.
 46. "Estratégia Militar Brasileira - Reflexões", p.p. 8-9.
 47. "GPP", pp. 110-23.
 48. "GPP", p. 122, e "Estratégia Militar Brasileira - Reflexões", p.8.
 49. "BGD", p. 76, "GPP", p. 122, e "Estratégia Militar Brasileira - Reflexões", p. 8.
 50. "BGD", pp. 75-6, Meira Mattos escreve que "os penhascos entre o Brasil e a África podem ser destruídos, representando um sério risco para a defesa:..
 51. "O Brasil e o Despertar Afro-Asiático", A Defesa Nacional (junho, 1960), pp. 114-18, em Fontaine, pp. 84-5.
 52. "Portugal na África", A Defesa Nacional (junho, 1960), pp. 114-18, em Fontaine, pp. 84-5.
 52. "Portugal na África", A Defesa Nacional (janeiro/fevereiro, 1962), pp. 63-5, e um editorial inserto no Boletim de Informações (julho, 1961), pp. 19-21, ambos de Fontaine, op. cit., p. 85-6.
 53. "Uma Geopolítica Amazônica", pp. 93, 136, 145-6. Ver, também, seu artigo "A Revolução e a Geopolítica de Integração Nacional", "Estratégia", nº 1 (março/abril 1973), pp. 65-6, e "Aspectos Geopolíticos do Novo Território", pp. 48-9. Nessa última fonte, Meira Mattos cita estatísticas que comprovam que (dentro de) a fronteira brasileira poderia contar um bilhão de habitantes.
 54. "O Poder Militar e a Política Internacional", "Revista Brasileira de Política Internacional", nº 73, pp 68-80. Ver, também, "Aspectos Geopolítico do Nosso Território", p. 49, Fontaine, op. cit., p. 81, e Schneider, op. cit., p. 252.
 55. "Uma Geopolítica Pan-Amazônica", p. 148, 166. O general refere-se a esse respeito, ao "quociente continental de Backheuser, que mede as fronteiras continentais e marítimas, e revela que um "impulso interior é capaz de cortar o "cordão umbilical" da dependência costeira, p. 161.
 56. "A Revolução e a Geopolítica de Integração Nacional", p. 67, e "GPP", p. 15. Em face de o Brasil não possuir suficientes reservas de petróleo, Meira Mattos recorda a necessidade do uso da energia nuclear com fins pacíficos, "BGD", p. 88-99, e "Uma Geopolítica Pan-Amazônica", p. 141. Critica a tentativa da administração Carter de restrição do combustível nuclear e da tecnologia para uso do Brasil, que o colocam em po-

- sição inferior aos estados do Norte, no que se refere ao desenvolvimento relativo aos mesmos.
57. "Uma Geopolítica Pan-Amazônia", pp. 126, 131-4, 160 e "GPP", p. 92.
 58. "Uma Geopolítica Pan-Amazônica", p. 139. A política externa tradicional do Brasil tem sido a de convivência pacífica com seus vizinhos. Ainda que as fronteiras do país se tenham expandido para o ocidente e para o norte no último século, o Brasil não tem disputas de fronteiras atualmente. Meira Mattos faz referência a esse tópico, quando se alegava a tentativa, em princípios de 1970 de isolar o Brasil do mundo hispano-americano. A hábil diplomacia brasileira e os Estados Unidos reverteram essa tendência, e reuniram as nações amazônicas, incluindo o Peru e a Venezuela no Pacto Amazônico, destinado ao desenvolvimento conjunto da região.
 59. "Uma Geopolítica Pan-Amazônia", pp. 22, 136-7, e "GPP", pp. 143-4.
 60. "Uma Geopolítica Pan-Amazônica", especialmente pp. 141-58. Ver, também, N.J.H. Smith, "Rainforest Corridors: The Transamazon Colonization Scheme" (Berkeley, University of California Press, 1982), pp. 12-3, pelas semelhanças entre as sugestões do general e a atual direção tomada pelo governo para estabelecer o transporte, as comunicações e a colonização em um trabalho conjunto.
 61. Iniciado pelo Brasil, o tratado prevê a livre navegação dos rios da área amazônica, a coordenação das comunicações e do sistema de transportes, proteção da flora e da fauna, promoção de pesquisas científicas e tecnológicas, uso racional dos recursos hídricos e progresso nos campos de saúde e turismo. O Pacto não é uma integração ousada e não prevê uma organização supranacional ou transnacional para o desenvolvimento dos projetos.
 62. "Uma Geopolítica Pan-Amazônica", pp. 161-7, também pp. 146 e 175. Esses pontos são semelhantes aos abordados com firmeza no último livro do general, "Geopolítica e Trópicos" (1984).
 63. Para o conhecimento dos debates concernentes ao desenvolvimento amazônico, ver o artigo de A. R. Gross, *Getting to the Frontier: Recent Books on the Development of the Brazilian Amazon*, *The Journal of Development Studies*, vol 16 (outubro, 1979), pp. 92-112.
 64. Toynbee, efetivamente, apresenta uma resposta negativa em relação aos interesses da floresta brasileira, quando escreve: "o setor equatorial (do Brasil, incluindo a área amazônica), não é estimulado, senão positivamente debilitado, e a ótima área climática - no sentido de área em que o desafio do ambiente físico evoca as mais positivas respostas humanas para a posição atlântica da América do Sul) começa ao sul do paralelo 20 e próximo a ele, na vizinhança do Rio da Prata, o melhor ponto, em virtude da proximidade do Trópico de Capricórnio". *A Study of History*, vol. II (Londres, Oxford University Press, 1934), pp. 296-7.

PHILLIP L. KELLY - professor de Relações Internacionais e Geopolítica da Cambridge University e colaborador das mais importantes publicações especializadas, entre as quais se destaca o *Journal of Latin American Studies*.



GEOESTRATÉGIA DO ATLÂNTICO SUL: UMA VISÃO DO SUL

Paulo Roberto de Almeida

Transcrição de artigo publicado na revista Política e Estratégia (Nº 4 - Out/Dez 87).

Como moldura, o autor aprecia a visão dos países do hemisfério norte em relação à geopolítica do Atlântico Sul (calcado, em particular, nos estudos de Coutau-Bégarie), a presença militar na região e o abastecimento de matérias-primas para o mundo desenvolvido. Apresenta a seguir, uma visão dos condôminos da área em foco, defendendo que: "à geoestratégia da dissuasão, o Atlântico Sul deve opor a estratégia política da cooperação e do desenvolvimento".

GEOPOLÍTICA DO ATLÂNTICO SUL: a visão do Norte

A inconsistência das doutrinas baseadas na retaliação maciça produziu, ao longo dos anos 70, um gradual retorno às estratégias convencionais de enfrentamento localizado e limitado e à reava-

liação, neste contexto, do papel reservado às forças navais. Crescia, no mesmo momento, o poder naval soviético, que passou a ser considerado pela Aliança Atlântica como a "principal ameaça para a segurança dos mares". Um Grupo de Trabalho do Conselho Atlântico dedicou-se especialmente ao estudo dessa questão, elaborando,

no final da década, um relatório completo sobre o desafio naval soviético, que ainda hoje permanece uma fonte indispensável de referência.¹

Sintomaticamente, pouca atenção é dada nesse trabalho ao Atlântico Sul, listado em último lugar numa série de cinco possíveis "teatros de operações" para enfrentamentos navais, ao lado do Atlântico Norte, do Mediterrâneo, do Índico e do Pacífico. Ao criticar essa negligência dos especialistas em poder marítimo, o estrategista e cientista político francês Hervé Coutau-Bégarie formula a hipótese, em seu importantíssimo estudo sobre a *Géostratégie de l'Atlantique Sud*, de que essa indiferença seja, em primeiro lugar, devida a fatores propriamente ideológicos, ou seja, a existência nos dois lados do Atlântico Sul de países marcados por ditaduras militares ou por um regime racista condenado ao ostracismo mundial.² Sua visão, neste particular, parece muito marcada pela voga de estudos sobre os regimes militares latino-americanos, pois o processo de redemocratização no Cone Sul já apresentava certa consistência quando seu livro foi publicado em meados de 1985, e não cessou de aprofundar-se desde então, sem que isso pudesse representar qualquer mudança significativa no status estratégico-militar do Atlântico Sul para os países ribeirinhos ou para as superpotências navais.³ O obstáculo ideológico é

assim relativamente incongruente, pelo menos deste lado do Atlântico Sul, o que nos leva aos fatores propriamente geográficos da marginalização do Atlântico Sul nos planos estratégicos dos principais poderes navais. Coutau-Bégarie não deixa de considerar a posição "excêntrica e finalmente secundária" do Atlântico Sul em relação aos demais espaços oceânicos, caráter ainda mais reforçado depois da abertura de Suez e do canal do Panamá.⁴

Mas não é apenas a geografia que condena o Atlântico Sul à sua condição de "quinto teatro de operações", mas sobretudo o próprio caráter "periférico" da região, em termos de sua participação nos grandes fluxos do comércio internacional ou sua importância estratégica para o equilíbrio do poder mundial. O tráfico marítimo comercial é, nessa região, rarefeito e secundário, sendo importante sobretudo no sentido Sudeste-Noroeste entre o Cabo da Boa Esperança e as Ilhas de Cabo Verde, dispersando-se a partir daí em duas rotas bem freqüentadas, uma em direção ao Mediterrâneo e Europa do Norte, outra em direção à costa Leste dos Estados Unidos. O Atlântico Sul sempre foi, por outro lado, o menos militarizado de todos os oceanos, permanecendo ainda hoje ao largo dos conflitos entre as grandes potências navais: foi preciso que entrassem em cena fatores históricos essencialmente contingentes, derivados de

conflitos militares relativamente imprevisíveis, para que frotas armadas passassem a frequentar suas duas margens, de um lado com a instalação da *Fortress Falklands*, de outro com o estacionamento irregular de navios soviéticos em Angola. Ainda assim, esses dois conflitos devem ser considerados numa perspectiva sobretudo regional, extraindo sua dinâmica interna de fatores propriamente locais, e não no quadro de um suposto enfrentamento global entre potências marítimas rivais, o que pode ser confirmado pela diminuta presença nuclear ostensiva de uma ou outra das duas grandes frotas bélicas da atualidade.

Desde a publicação do livro pioneiro de Alfred T. Mahan em 1890, *The Influence of Sea Power upon History*, e do estudo do já conhecido pensador alemão Karl Haushofer em 1924, *Die Geopolitik des Pazifischen Ozeans*, o pensamento geopolítico busca integrar os espaços marítimos à sua conhecida equação "Espaço é Poder".⁵ O estudo já referido de Hervé Coutau-Bégarie é — com a notável exceção do livro editado por Carlos Moneta, *Geopolítica y Política del Poder en Atlantico Sur*⁶ — o primeiro ensaio de conjunto sobre os problemas geopolíticos e militares, ou, como ele prefere chamar, sobre a geoestratégia dessa região marítima. O autor já se notabilizara pela publicação, em 1983, de uma pequena mas consistente monografia sobre *La Puissance*

Maritime Soviétique,⁷ tendo prometido a continuação por meio de um estudo sobre as potências marítimas do Índico e do Pacífico, além de um trabalho, em colaboração, sobre as "geopolíticas latino-americanas".

Segundo suas próprias palavras, o objetivo de *Géostratégie de l'Atlantique Sud* "é o de estudar o desenvolvimento dos meios militares nessa região do mundo com vistas a identificar suas implicações para a política das grandes potências. O Atlântico Sul não é, portanto, considerado como um sistema fechado, mas como um elemento de um conjunto planetário. Neste nível de análise, apenas dois países contam: os Estados Unidos e a União Soviética".⁸ O especialista francês, cujo excepcional poder de síntese deve ser prontamente reconhecido partilha, nesse livro, da tendência do pensamento geopolítico tradicional a pensar as problemáticas regionais sob o ângulo dos enfrentamentos globais, dominados inquestionavelmente, em nossa época, pela oposição irreduzível entre os EUA e a URSS.

Ora, como justamente observou Álvaro Vaconcelos em seu artigo no número inaugural de *Estratégia*, "se o mundo é cada vez mais acentuadamente bipolar à dimensão da estratégia global, é também, paradoxalmente, cada vez mais multipolar à dimensão regional".⁹ É essa tendência a considerar os

problemas da região sul-atlântica sob a ótica da "política de poder", e num contexto essencialmente bipolar, que caracteriza o estudo de Coutau-Bégarie. Se a ênfase nas questões de segurança e de estratégia militar, inclusive naval constitui a pedra angular dos estudos geopolíticos, nada diz que essa pretendida "ciência" da projeção geográfica dos Estados deva ignorar o conceito histórico que Wolfram Eberhard chamou de *World time*.¹⁰ Para congelar as relações de poder entre os Estados sob um mesmo *pattern* de comportamento que seria trans-histórico e auto-aplicável.

Esse congelamento da História – em contradição talvez com uma geopolítica mais "esclarecida" – está por exemplo presente na seguinte passagem retroprospectiva de *Geoestratégia*: "as antigas potências coloniais praticamente desertaram [do Atlântico Sul] sem que tenha aparecido um verdadeiro 'grande' regional: mesmo o Brasil é apenas uma grande potência em perspectiva [*en devenir*]. Ele reivindica [*sic*] uma hegemonia – regional, mas ainda não a exerce" (15). Além do "pecado venial" de praticar uma geopolítica historicamente "congelada", Coutau-Bégarie parece operar aqui uma transposição da doutrina do "destino manifesto" no quadro de uma "política de poder" que deveria ser inexoravelmente assumida pelo Estado brasileiro, em sua atual e futura política externa regional. A

Geopolítica não consegue conviver com "vazios de poder", reais ou supostos: ela estará sempre à procura de "potências em perspectiva" para preencher seus próprios "vácuos" teóricos.

Na concepção geoestratégica dos especialistas norte-atlânticos, haveria um "vácuo de poder" no Atlântico Sul, cujo preenchimento deveria ser assegurado por um arranjo multilateral calcado no modelo da OTAN ou por garantias estratégicas assumidas bilateralmente no quadro de um "relacionamento especial" unindo a principal potência ocidental e um "grande regional". A importância do Atlântico Sul é definida de maneira unilateral na visão estratégica ocidental, de que é exemplo a seguinte passagem do livro de Coutau-Bégarie: "o Atlântico Sul voltou a ser [depois da crise de Suez] uma artéria vital de comunicações: ele é cercado de países importantes *para o Ocidente*; enfim, ele poderia adquirir um lugar na [estratégia de] dissuasão, com o aparecimento de submarinos lança-mísseis em suas águas" (57; nós sublinhamos). Não parece ocorrer aos propugnadores dessa visão a possibilidade de os países sul-atlânticos defenderem uma visão própria de seus interesses nacionais nesta região, garantindo a segurança e a liberdade de navegação através dos instrumentos do Direito Internacional e não por meio de pactos militares, que aliás soem

constituir a exceção e não a regra na maior parte dos oceanos.

O pensamento geoestratégico identifica no Atlântico Sul todos os elementos da tetralogia das missões atribuídas às grandes frotas navais: domínio dos mares, projeção de potência, presença naval e dissuasão estratégica, este último apenas em esboço. "Mesmo se sua importância não alcança a do Oceano Índico ou a do Pacífico, o Atlântico Sul ocupa um espaço próprio na estratégia marítima. Mas, até uma data recente, apenas os soviéticos parece ter-se conscientizado plenamente disso" (71). Coutau-Bégarie partilha aqui da visão norte-americana do problema, que se parece caracterizar por um pessimismo exagerado na construção de cenários de ameaças à segurança marítima e ao aprovisionamento em matérias-primas para melhor justificar um *military building* acrescido. Uma consideração adequada de cada um dos elementos importantes em jogo, de um ponto de vista sul-atlântico, poderá eventualmente introduzir um pouco mais de equilíbrio nessa visão geoestratégica do Atlântico Sul.

Presença militar na região: ameaça a Leste

O controle das principais artérias de comunicação constitui a mais importante e inadiável tarefa das frotas ocidentais. A presença de navios soviéticos na região sul-atlântica represen-

ta, para Coutau-Bégarie, "uma séria ameaça em caso de conflito"; ora, como esses navios *sont déjà sur place* (19), é preciso pensar no pior: "Deve-se esperar ataques simultâneos em diversos pontos. A luta pelo domínio dos mares vai ocupar toda a situação estratégica no Atlântico Sul. Esta é a primeira missão das marinhas da OTAN, a mais importante, a mais constante, em face da ameaça permanente" (64). Dada a "insuficiência das frotas da OTAN", deve-se pensar nas possibilidades de uma "defesa ocidental através da cooperação com os países ribeirinhos", cuja missão, na visão norte-atlântica, deveria ser a de integrar seus próprios planos estratégicos nos esquemas defensivos concebidos pela primeira potência ocidental.

É preciso, em primeiro lugar, observar que a presença naval soviética no Atlântico Sul, embora tenha crescido no período recente, está longe de justificar a inquietação despertada pelos estrategistas ocidentais. A região é, de todas, a mais distante dos pontos de apoio da frota soviética e a que apresenta o maior número de dificuldades logísticas e estratégicas, o que tornaria altamente custoso qualquer esforço da URSS se decidisse interromper ali as rotas de suprimento dos países da OTAN. O próprio Comitê de Defesa da Western European Union reconheceu o fato de ser "o Atlântico Sul a área mais *improvável* para uma ameaça naval

[soviética] à navegação aliada".¹¹ Deve-se igualmente lembrar que, em caso de necessidade, a aliança ocidental conseguiria reunir na região, num espaço reduzido de tempo, um número razoável de navios e submarinos, com o correspondente apoio aéreo e logístico. Não se conhece, por fim, nenhuma tentativa soviética no sentido de interromper o fluxo normal das rotas marítimas ocidentais, no Atlântico Sul ou alhures e é razoável supor que uma tal iniciativa só seja concebível no quadro de uma séria deterioração no padrão global do relacionamento bipolar.

Hervé Coutau-Bégarie reconhece que os riscos de um ataque soviético contra as linhas de comunicação ocidentais nessa região são extremamente reduzidos "mas, no caso em que a dissuasão fracassasse, o cenário de ataque ao tráfico ocidental é um dos que comporta o menor risco de escalada, pois uma batalha no mar não provoca perdas colaterais" (98). Na verdade, um eventual fracasso da dissuasão comportaria um cenário muito mais complexo que o imaginando pelo especialista francês, mas mesmo admitindo-se a hipótese de uma resposta marítima soviética, o Atlântico Sul é a região que menos se presta a um ataque diversionista da frota soviética. De toda forma, a Marinha norte-americana, e por extensão a aliada, parece dispor de todas as condições para deter, mesmo

preventivamente, qualquer ação soviética nessa ou em outra região, mantendo acompanhamento permanente da localização de navios e submarinos soviéticos em diversos oceanos.

O abastecimento em matérias-primas: temor a Oeste

A ameaça suposto ou real contra as linhas de comunicação marítimas do Ocidente não é tudo, porém, pois "a estratégia [da URSS] comporta um segundo painel, muito mais ambicioso e cuja eficácia se poderia revelar bem mais temível: a busca do controle das matérias-primas" (99). A crer no especialista francês, que retoma um dos temas mais conhecidos na literatura sobre o assunto, "Moscou busca atualmente incorporar à sua órbita os principais países produtores de matérias-primas" (99).

O temor ocidental é tanto maior que a história e a geografia já pareciam ter assegurado ao Atlântico Norte um seguro monopólio sobre os recursos do Sul. "O geopolítico Haushofer foi sem dúvida o que melhor observou a verticalidade do sistema internacional. Ele não deixou de sublinhar a continuidade entre a Europa e a África (a 'Euráfrica') e entre as duas partes do continente americano (a 'PanAmérica'). Isto é ainda mais verdadeiro na atualidade. A zona sul-atlântica é, *antes de mais nada*, um fantástico reservatório de matérias-primas" (64; nós subli-

nhamos). Mas o Atlântico Sul não serve apenas ao simples aprovisionamento em materiais estratégicos para as economias ocidentais: "Os países do Atlântico Norte não poderiam viver sem sua periferia latino-americana ou africana" (66). "Os países do hemisfério Sul não são apenas produtores de matérias-primas, eles são também uma *área de expansão econômica e cultural sem a qual o mundo norte-atlântico seria asfixiado*. (...) Ora, a *conservação da África e da América Latina passa antes de mais nada pelo controle das águas adjacentes, e, em primeiro lugar, do Atlântico Sul*" (67; nós sublinhamos). Não parece vir à mente dos geoestrategistas norte-atlânticos que os países do sul possam pretender controlar eles mesmos seus próprios recursos minerais, colocando suas matérias-primas a serviço de seu próprio desenvolvimento nacional, ou que eles não têm exatamente como um de seus objetivos estratégicos o de servir de "área de expansão" para os países ocidentais. Ao ler Coutau-Bégarie fica-se na dúvida sobre se o famoso *lebesraum* representou apenas e tão-somente uma passageira deformação nazista da Geopolítica ou se ele é um componente indispensável de suas formulações ideológicas.

A visão alarmista ocidental sobre a dependência do Atlântico Norte em relação às matérias-primas estratégicas provenientes do Sul originou-se da

crise política e econômica criada com o embargo petrolífero de 1973 e ampliou-se com a intervenção soviética por ocasião da independência angolana em 1975: acredita-se, por um lado, que os assim chamados "minerais estratégicos" da África austral representarão, nos anos 80 e 90, o que o petróleo representou nos anos 70. Hervé Coutau-Bégarie considera, por outro lado, que a guerra de Angola marca o *tournant* decisivo no desenvolvimento da penetração soviética nessa área africana: "No total, o assunto angolano se apresenta como um deslumbrante sucesso para a União Soviética" (85). Nenhuma dessas crenças parece encontrar fundamento na realidade.

O cientista político Bruce Russett, após rigorosa análise quantitativa, conclui, por exemplo, que a visão alarmista sobre a dependência mineral do Ocidente ademais de ser baseada em fundações conceituais muito primitivas não encontra justificativa real nos dados disponíveis sobre o aprovisionamento estratégico dos principais países desenvolvidos capitalistas. O risco da dependência de fontes externas para a maior parte das matérias-primas foi simplesmente exagerado, pelo menos para os Estados Unidos.¹² Outro especialista norte-americano considera que "a dependência de importações da África austral e o problema do acesso ininterrupto aos suprimentos minerais não representam ameaças críticas

ou estratégicas imediatas para os Estados Unidos e seus aliados. E a ameaça principal não vem da União Soviética". Para esse autor, uma eventual ameaça nessa área, traduzindo-se por interrupções caóticas e imprevisíveis na produção ou fornecimento de minerais estratégicos, poderia ocorrer não em conexão com uma intervenção soviética, mas devido a problemas internos nos países produtores: a instabilidade doméstica, e não a ameaça soviética, representa assim o perigo maior.¹⁴ De toda forma, "os Estados Unidos poderiam perder uma parte substancial de suas importações de minerais estratégicos sem que isto significasse qualquer ameaça à sua segurança nacional".¹⁵ Para o mesmo analista, a medida mais importante para garantir e aumentar a segurança mineral do Ocidente está no terreno da política externa e não no da segurança estratégica: "Os Estados Unidos deveriam usar a diplomacia para tentar prevenir conflitos interestatais nas regiões produtoras de minerais."¹⁶ Outras medidas incluiriam a estabilização dos preços, a assistência econômica e a ajuda bilateral aos fornecedores do Terceiro Mundo.

A outra vertente da "guerra de recursos" seria dada pela "modificação radical" da estratégia soviética a partir de 1975. Apoiando-se na intervenção angolana, a URSS teria passado a buscar integrar suas novas "aquisições" num novo "Terceiro

Mundo", seguindo uma política em dois eixos: a) o país protegido deve operar uma "reestruturação idêntica" segundo o modelo socialista; b) o país protegido deve custar o menos possível e render o máximo possível.¹⁷

Não é contudo o que parece indicar a política "terceiro-mundista" da URSS nos últimos cinco ou seis anos, e particularmente desde a morte de Brejnev em novembro de 1982. Como demonstra Francis Fukuyama, em recente artigo na *Foreign Affairs*, passou a época das generosas ofertas de ajuda econômica e militar aos "países liberados": o programa do 27º Congresso do PCUS, encerrado em outubro de 1985, consigna apenas a "profunda simpatia" com as aspirações dos povos que se estão libertando do jugo colonial, uma frase tépida para indicar os limites da assistência soviética a seus clientes do Terceiro Mundo.¹⁸ Os Estados "orientados para o socialismo" devem, segundo o programa do partido, desenvolver suas economias "por meio de seus próprios esforços", sendo-lhes implicitamente recomendado "aprofundar a cooperação com os países que percorrem a via capitalista".¹⁹ A desilusão com os resultados obtidos no Terceiro Mundo e a conseqüente proposta de "desengajamento" são expressamente reconhecidas no recentemente divulgado manifesto da "oposição clandestina" ao PCUS, que reproduz na verdade

o pensamento oficioso sobre a matéria: "A política externa soviética tem experimentado sérios reveses em países que foram colônias do Ocidente. Apesar dos vastos recursos investidos da Indonésia, no Egito, na Argélia e no Iraque, a URSS não obteve nenhum dividendo político ou econômico".²⁰

É altamente improvável, portanto, que Moscou disponha de meios para, ou tenha a intenção efetiva de, conduzir uma "guerra de recursos" contra o Ocidente com base na intervenção direta em países da África austral: ao contrário de pensar na asfixia econômica do Ocidente, a URSS procura desesperadamente intensificar suas relações econômicas e os vínculos de cooperação com a zona capitalista. Uma "guerra de recursos", aliás, não apenas iria contra os próprios interesses da URSS, como afetaria igualmente interesses substanciais de seus aliados socialistas e parceiros "não-alinhados", além de, mais uma vez, só ser concebível no contexto de um enfrentamento global entre os dois campos.

Contrariamente, portanto, ao que sugeriu Peter Wiles em sua tese sobre o novo "Terceiro Mundo" soviético, as tendências indicam que a postura da URSS em relação aos países em desenvolvimento caminha no sentido de relativizar o ímpeto da mudança revolucionária em direção ao "socialismo" e de reconhecer o próprio potencial transformador da "via capitalis-

ta". As evidências são tanto de caráter teórico, como o demonstra uma recente resenha da literatura soviética a esse respeito,²¹ quanto de natureza prática, de que são exemplos diversos discursos e pronunciamentos oficiais soviéticos do período recente, a começar pelo próprio Gorbachev. Isto não quer dizer que a URSS deixará de aproveitar as oportunidades locais que se abram à sua ação no Terceiro Mundo, e na África austral em particular, mas suas prioridades atuais são bem diferentes de uma política de "guerra total" contra o Ocidente.

Da Geoestratégia à cooperação: uma visão do Sul

A segurança, na visão geopolítica, tende a ser alcançada não por meios políticos e diplomáticos, mas através da dissuasão estratégica. O argumento não deixa de ter sua legitimidade, tanto teórica quanto prática, e parece justificado em face do conhecido quadro de enfrentamento bipolar à dimensão global. O problema começa quando, num quadro regional caracterizado por baixo coeficiente de polarizações dicotômicas e, portanto, com tendências à multipolarização, se pretende introduzir à força o cenário da dissuasão estratégica. O Atlântico Sul corre hoje esse risco, menos provavelmente pelo desenvolvimento de uma dinâmica própria de conflitos interestatais do que

pela vontade dos ideólogos da Geoestratégia.

Hervé Coutau-Bégarie reconhece implicitamente a realidade da multipolarização no Atlântico Sul, quando afirma que "o desenvolvimento das forças navais latino-americanas não pode ser considerado como uma resposta ao aparecimento de navios soviéticos na região. Ele decorre mais exatamente de fatores locais que de modificações no equilíbrio planetário de forças" e, dentre esses fatores, o autor alinha a busca de "prestígio", a defesa da soberania, o "efeito induzido" de outras frentes vizinhas ou mesmo "ambições hegemônicas, bastante nítidas na América Latina, onde se digladiam antagonismos irreductíveis" (17-18). Mas o cenário global, segundo ele, é dominado pelo surgimento dos submarinos dotados de mísseis estratégicos – "o elemento mais estável dos arsenais" –, acarretando a militarização ampliada dos oceanos. Nesse contexto, o Atlântico Sul é inevitavelmente elevado "à categoria de zona de patrulha para os submarinos estratégicos" (68).

Assim, a despeito da reconhecida multipolarização dos cenários regionais – evidente, entre outros motivos, pela multiplicação de conflitos locais no Sul –, a estratégia da dissuasão global é transposta para o Atlântico Sul, observando-se mesmo uma tentativa de reverticalização nos espaços geográ-

ficos considerados fundamentais pela superpotência americana. A visão americana da problemática do Atlântico Sul, assumida inteiramente por Coutau-Bégarie, caracteriza-se tanto pela exacerbação do potencial de conflitos globais nessa área, como pelo total desconhecimento das aspirações e preocupações específicas dos países ribeirinhos, considerados como meros instrumentos da defesa dos interesses ocidentais na região. Condizente com essa visão cogitou-se no passado – e talvez alguns ainda mantenham a ilusão – não apenas da constituição de uma OTAS alinhada com sua irmã do Norte, mas também de um delírio geopolítico popularizado sob o nome de "Aliança de todos os Oceanos", nova versão da Liga Ateniense, que pretenderia ser uma transposição da OTAN em escala mundial.²² O alinhamento com os EUA, nesse contexto, é considerado como algo natural, ou mesmo como uma obrigação dos países do hemisfério Sul, assim como a garantia de acesso ocidental às fontes de recursos estratégicos, em primeiro lugar as matérias-primas minerais. A estabilidade política dos países da região sul-atlântica é considerada, nessa visão, como meramente funcional para os objetivos da segurança estratégica do Ocidente, não possuindo valor próprio em termos de requisito adequado para as metas de desenvolvimento econômico, bem-estar social e democracia

política, nos países contemplados.

A segurança econômica e política dos países ribeirinhos do Atlântico Sul não pode, é certo, dispensar um nível adequado de segurança militar, mas esta, por sua vez, nunca será completa se persistirem focos de tensão e de agitação decorrentes não de uma ameaça externa, mas das próprias condições de subdesenvolvimento e atraso econômico-social. Concretamente: a penetração soviética no Atlântico Sul é contrária aos interesses de todos os países da região, mas, enquanto para as duas superpotências a zona sul-atlântica é apenas um cenário a mais, e necessariamente secundário, no quadro da confrontação global, para as nações ribeirinhas ela é uma área essencial e prioritária para seus próprios objetivos nacionais de paz e desenvolvimento.

Aos países do Atlântico Sul interessa a segurança da região não em termos de sua integração à dissuasão estratégica, mas em termos de mantê-la à margem das tensões externas, de modo a promover as condições favoráveis ao desenvolvimento da cooperação horizontal entre os países que a margeiam. Do ponto de vista da segurança, tanto a Carta da OEA quanto o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, no âmbito da América Latina, contêm disposições relativas à segurança dos Estados-membros, aplicáveis dentro ou fora da área es-

pecífica coberta por este último tratado. Não parece, assim, haver necessidade de uma organização de defesa específica para garantir a segurança do Atlântico Sul, do ponto de vista da América Latina. Qualquer tentativa nesse sentido, aliás, daria à totalidade dos Estados participantes a mera função de coadjuvantes menores em face do grande irmão do Norte, aproximando portanto a organização proposta mais do modelo do Pacto de Varsóvia do que do da OTAN. Em todo caso, nada há que impeça a continuidade de empreendimentos bilaterais de cooperação naval — como as *Operações Unitas* — ou mesmo projetos multilaterais fora do marco de um tratado específico — como ocorreu com a *Ocean Venture 81*. Qualquer esquema de cooperação entre os países ribeirinhos do Atlântico Sul e os parceiros do Norte — os EUA ou a OTAN — só poderia concretizar-se adequadamente a partir do reconhecimento dos interesses específicos dos países da área e considerando seus objetivos nacionais em primeiro lugar; em uma palavra, cabe aos interesses do Atlântico Norte coordenar-se com os do Atlântico Sul e não o contrário.

A questão essencial para os países do Atlântico Sul é a do estabelecimento de uma presença própria, autônoma e independente na região, exatamente para atingir aos objetivos do desenvolvimento e da cooperação regional. Não pode haver ne-

nhuma incompatibilidade entre esses objetivos e o interesse ocidental na região e é com base neles, portanto, que se deve buscar as formas de cooperação mais adequadas entre os países do Norte e os do Sul. Em síntese, as possibilidades de cooperação devem estar subordinadas, como não poderia deixar de ser, aos interesses políticos, econômicos e estratégicos próprios e permanentes dos países do Atlântico Sul. A estratégia geopolítica da dissuasão, o Atlântico Sul deve opor a estratégia política da cooperação e do desenvolvimento.

NOTAS

1. Paul H. Nitze, Leonard Sullivan, Jr., and the Atlantic Council Working Group on Securing the Seas: *Securing the Seas: the Soviet Naval Challenge and Western Alliance Options* (Boulder, Co.: Westview Press, 1979).

2. Hervé Coutau-Bégarie: *Géostratégie de l'Atlantique Sud* (Paris: Presses Universitaires de France, 1985); dividido em quatro grandes partes, dedicadas respectivamente ao "quadro geoestratégico do Atlântico Sul", à "penetração soviética" nessa região, à "desintegração da defesa ocidental" e aos esforços tendentes à integração das defesas navais na área, e, finalmente, aos "antagonismos geopolíticos na América Latina", o estudo de Coutau-Bégarie representa o ensaio mais bem-sucedido, até agora, de apresentar a visão "norte-atlântica" sobre os problemas da segurança estratégica do Atlântico Sul. Sem deixar de reconhecer os méritos próprios dessa obra, é preciso desde logo apontar seu comprometimento com o pensamento típico da OTAN sobre essa problemática.

3. Ver a esse propósito Alain Rouquié: *L'État Militaire en Amérique Latine* (Paris: Seuil, 1982), que parece ser a

única fonte de referência de Coutau-Bégarie sobre a questão militar na América Latina.

4. Cf. Coutau-Bégarie, *Geostratégie de l'Atlantique Sud*, op. cit., pp. 13-14.

5. Sobre o trabalho pioneiro de Mahan sobre o poder naval, consultar o excelente artigo de João Carlos G. Caminha: "Mahan: Sua Época e suas Idéias", *Política e Estratégia* (vol. IV, nº 1, Jan-Mar. 1986, 54-103); para a referência ao livro de Haushofer ver o artigo de Lewis Tamba: "A Influência da Geopolítica na Formação da Política Internacional e da Estratégia das Grandes Potências", *Política e Estratégia* (vol. I, nº 1, Out-Dez. 1983, 73-104), p. 90.

6. Carlos J. Moneta y otros: *Geopolítica y Política del Poder en Atlantico Sur* (Buenos Aires: Pleamar, 1983).

7. Hervé Coutau-Bégarie: *La Puissance Maritime Soviétique* (Paris: Economica-Institut Français des Relations Internationales, 1983).

8. Cf. *Géostratégie de l'Atlantique Sud*, p. 15. Para evitar o apelo freqüente às notas de rodapé, as referências ao livro de Coutau-Bégarie, extensivamente citadas neste artigo serão a partir de agora colocada entre parênteses ao final de cada transcrição.

9. Álvaro Vasconcelos: "Os Desafios do Sul e a Segurança Regional", *Estratégia - Revista de Estudos Internacionais* (nº 1, Primavera 1986, 147-170), p. 149. A multipolaridade - política, econômica e militar - é com efeito o traço mais saliente de nossa época, a despeito mesmo das tentativas de verticalização operadas por um ou outro dos dois grandes poderes em suas respectivas áreas de influência.

10. Wolfram Eberhard: *Conquerors and Rulers: Social Forces in Medieval China* (Leyden: E. J. Brill, 1965), vide "Introduction", transcrita em Reinhard Bendix (ed.): *State and Society: a Reader in Comparative Political Sociology* (Berkeley: University of California Press, 1973), pp. 16-28.

11. Cf. Committee on Defence Questions and Armaments of the Assembly of the Western European Union: *European Security and the South Atlantic* (WEU, 26. October, 1981).

12. Bruce Russett: "Dimensions of Resource Dependence: some elements of

rigor in concept and policy analysis", *International Organization* (vol. 38, nº 3, Summer 1984, 481-499).

13. Michael Shafer: "Mineral Myths", *Foreign Policy* (nº 47, Summer 1982, 154-171), p. 155.

14. *Idem*, p. 161.

15. *Idem*, p. 165.

16. *Idem*, p. 168.

17. Ver Peter Wiles: *The New Communist Third World* (London: Croom Helm, 1982).

18. Cf. Francis Fukuyama: "Gorbachev and the Third World" *Foreign Affairs* (vol. 64, nº 4, Spring 1986, 715-731), p. 715.

19. *Idem*, pp. 715-6.

20. Ver "The Secret Dream of a Soviet tomorrow", *The Guardian* (August 3, 1986), p. 10. O manifesto do "Movimento de Renovação Socialista" foi publicado no Brasil pela *Folha de S. Paulo* (31.08.86).

21. Ver o excelente artigo-resenha de Elizabeth Kridl Valkenier: "Revolutionary Change in the Third World: recent soviet assessments", *World Politics* (vol. 38, nº 3, April 1986, 415-434).

22. A proposta é de Ray Cline, o conhecido autor de *World Power Assessment*; cf. "Avaliação do Poder Mundial", *Política e Estratégia* (vol. 1, nº 1, Out-Dez. 1983, 7-19).

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA – PhD em Ciências Sociais pela Universidade Livre de Bruxelas. Ver, do mesmo autor, "Partidos Políticos e Política Externa" (*Política e Estratégia*, vol. IV, nº 2).



IMPLICAÇÕES ESTRATÉGICAS DO NOVO DIREITO DO MAR

José Ribamar Miranda Dias

Artigo extraído de palestra proferida, pelo autor, no Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES) e transcrita no Caderno nº 10 (dezembro de 1986) dessa entidade.

Os traços marcantes dos dispositivos da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar que a caracterizam como um importante instrumento de paz, justiça e progresso no seio da comunidade internacional; as motivações que condicionam, no nosso século, os esforços de codificação da lei do mar e as dúvidas e precauções quanto à influência que terão nos interesses das grandes potências; as implicações de natureza militar que interessam mais de perto ao estudo dos interesses brasileiros; os interesses brasileiros sobre o enfoque político e como nossa Marinha está se preparando para participar na promoção desses interesses constituem os tópicos objeto de identificação, exame, discussão, exposição do autor a respeito do tema que lhe foi proposto.

O NOVO DIREITO DO MAR, UMA ESPERANÇA DE PAZ

Até o século XIX, a evolução do Direito do Mar se deu associada, predominantemente, à expansão, para além-mar, dos interesses de toda espécie e da dominação

dos Estados mais fortes, processo esse que exigia vias de comunicação marítima livres e desimpedidas, e o do mar sem propriedade. Já no nosso século, ao sabor da conscientização da esgotabilidade dos recursos vivos e não vivos da terra firme e da explosão tecnológica, que passou a capacitar o homem a

conhecer de forma mais completa e a explorar em escala industrial as potencialidades das águas, do solo e do subsolo marinhos, passaram a proliferar reivindicações de soberania sobre parcelas cada vez maiores do espaço oceânico.

Em 1945, o Presidente Truman, dos Estados Unidos, proclamava a posse dos recursos econômicos da plataforma continental ao longo das costas americanas. Aos Estados Unidos seguiram-se outros países com reivindicações até mais drásticas. O próprio Brasil, em 1953, declarava integrada ao território nacional a plataforma submarina que contornava o continente e ilhas até a profundidade máxima de 200 metros.

A reação natural a essas reivindicações foi o despertar da consciência de que havia necessidade, por várias razões, de regular os direitos dos Estados costeiros, mas dentro dos limites dos interesses da comunidade internacional. E, principalmente, que se evitasse uma perigosa porfia sobre o direito soberano sobre os fundos dos mares e, em consequência dessa porfia, a escalada da corrida armamentista. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar foi o resultado direto dessas preocupações, o estatuto jurídico focalizado principalmente nos usos pacíficos do espaço oceânico, que pode representar uma importante contribuição para a paz, justiça e progresso no

seio da comunidade internacional, porque procura, entre outros aspectos importantes:

a. substituir uma plethora de reivindicações conflitantes dos Estados costeiros por limites universalmente acordados para o mar territorial, zona contígua, zona econômica exclusiva e plataforma continental;

b. salvaguardar os interesses da comunidade internacional no que tange à liberdade de navegação ao estabelecer "status" especial para a zona econômica exclusiva, para o regime de passagem através dos estreitos usados pela navegação internacional, e para o regime de passagem nas rotas marítimas arquipelágicas;

c. proteger o interesse da comunidade mundial quanto à conservação e utilização ótima dos recursos vivos da zona econômica exclusiva e do alto mar;

d. estabelecer novas regras da maior importância para a proteção do ambiente marinho contra a poluição;

e. estabelecer relações equilibradas de interesses entre as partes envolvidas, no que concerne às atividades de pesquisa levadas a efeito por um outro Estado na zona econômica exclusiva ou na plataforma continental de um Estado costeiro;

f. introduzir diversos procedimentos compulsórios para a

solução de controvérsias por meios pacíficos;

g. consagrar o ideal de que os recursos do fundo do mar e do seu subsolo, para além dos limites de jurisdição nacional, constituem patrimônio comum da Humanidade, e consagrar esse ideal através (eu friso) de disposições e arranjos justos e viáveis.

Hoje, a Convenção conta com mais de 150 assinaturas e adesões, dentre as quais não constam a de países da envergadura dos Estados Unidos, da República Federal da Alemanha e do Reino Unido. Ela já foi ratificada por 26 estados-nações, dos quais o único de expressão é o México. Ela ainda não tem o "status" de um tratado em vigor, o que só ocorrerá doze meses após a deposição de 60^o instrumento de ratificação ou adesão.

PROSPERIDADE, PODER, IDEOLOGIA E SEGURANÇA

Muito embora a Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar explicitamente só trate da utilização pacífica do espaço oceânico, não se pode deixar de reconhecer e registrar que os interesses e aspirações de cada Estado, referentes a poder, prestígio, prosperidade, ideologia e segurança, estive-

ram presentes desde os eventos que a antecederam e lhe deram origem. Se nos reportarmos aos esforços iniciais do nosso século, de codificação da lei do mar, na Conferência de Haia de 1930, verificaremos a principal motivação dos Estados Unidos e das demais potências marítimas, no que tange à tão reclamada liberdade de navegação para acesso e passagem, dizia respeito, na realidade, ao desejo de assegurar o máximo de flexibilidade e mobilidade operativa (ou seja, militar), ao mínimo de custo político e econômico. Daí, o objetivo primordial (que não foi conseguido naturalmente) era a aceitação universal do limite de três milhas para largura do mar territorial. Como vimos, a partir da proclamação Truman de 1945, um número ponderável de Estados passou a apropriar-se, mediante ato unilateral de soberania, de parcelas consideráveis do espaço oceânico. Esse processo, temos que reconhecer, foi um dos aspectos, dentre outros, que a I e II Conferências das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, levadas a efeito em 1958 e 1960, tentaram disciplinar. Ocorre que, em não havendo acordo nessas conferências sobre a largura a atribuir ao mar territorial, esse processo de reivindicação de soberania foi exacerbado. Então, um número ainda maior de países passou a se apropriar

da parcelas do oceano. Esse fenômeno de apropriação do alto-mar, entre outras implicações, apresentava profundas repercussões econômicas e estratégicas sobre o regime dos estreitos internacionais. De um lado, o comércio marítimo, dependendo da passagem de mais de uma centena de estreitos internacionais que dominavam e ainda dominam as rotas oceânicas; de outro, os tratados bilaterais e multilaterais de defesa recíproca exigiam compulsoriamente o máximo de mobilidade dos meios navais e aéreos, mobilidade essa extremamente dependente da passagem e sobrevôo nesses estreitos. Foi esse tipo fundamental de preocupação que levou os Estados Unidos e a União Soviética a promoverem entendimentos, e depois gestões, para a realização de uma nova conferência no âmbito das Nações Unidas, agora a terceira.

Isso acontecia praticamente ao mesmo tempo em que o Embaixador de Malta na Assembleia Geral das Nações Unidas, Sr. Aluizio Pardo, chamava a atenção da comunidade internacional para as potencialidades dos recursos do fundo do oceano e a necessidade de apropriá-los como patrimônio comum da Humanidade. Estava pois construído o cenário dos conflitos e motivações que a III Conferência das Nações Unidas sobre Di-

reito do Mar teria que conciliar. Primeiro, a pesca dos recursos existentes no espaço oceânico contíguo aos Estados costeiros; segundo, inarredáveis compromimentos militares, exigindo liberdade de navegação e sobrevôo; terceiro, o desejo de países menos favorecidos de partilharem dos recursos de alto-mar como bem da Humanidade. Mais ainda, a aspiração natural dos mais capacitados, econômica e tecnologicamente, de assegurar privilégios ou tratamento privilegiado na partilha desses recursos. E, ainda mais, questões de delimitação territorial a longo tempo por resolver.

Reconhecendo a diversidade dos interesses e motivações dos diferentes Estados envolvidos, a III Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar baseou-se no pressuposto fundamental de que os problemas do espaço oceânico eram intimamente correlacionados e precisavam ser tratados como um todo. Daí o conceito de um "acordo em pacote" prevaleceu durante todos os trabalhos de elaboração da Convenção. A consequência imediata desse pressuposto é que as disposições da Convenção são intimamente inter-relacionadas, não sendo possível ao Estado acatar o que lhe interessa a descartar aquilo que contraria seus interesses. Este é um pressuposto importante.

Outro aspecto importante da Convenção, com profundas implicações de natureza estratégica, é que a tradicional liberdade dos mares, defendida pelas potências marítimas e baseada em mares territoriais de largura diminuta, foi substituída por um novo regime, em que a base fundamental é a aceitação dos interesses econômicos e segurança dos Estados costeiros, em vastas áreas do espaço oceânico. Agora não se trata mais de respeitar esses interesses até o limite de três milhas da linha do litoral, mas até limites que chegam a 350 milhas da referida linha. Em outras palavras, a ordem pública tradicional dos mares, moldada pelos interesses militares das grandes potências, foi substituída por um novo regime, em que os objetivos primordiais são a equidade e o desenvolvimento de recursos. Por isso há justificadas preocupações, e a mais importante delas diz respeito ao repúdio à Convenção por países da envergadura dos Estados Unidos, Reino Unido e República Federal da Alemanha.

Não temos dúvida de que os Estados Unidos, da mesma forma que todos os demais países, têm importantes interesses em todos os aspectos do espaço oceânico. Os Estados Unidos sabem que o espaço oceânico é fundamental para a sobrevivência da Humanidade. Entre-

tanto, não podemos deixar de reconhecer que os interesses ligados à segurança (principalmente os ligados às funções militares), pela sua magnitude, desempenham e desempenharão sempre influência significativa no desenvolvimento da política norte-americana em relação à lei do mar. A mesma coisa podemos dizer em relação à União Soviética e ao Reino Unido, bem como às demais potências marítimas. Os Estados Unidos não somente votaram contra a aprovação da Convenção, juntamente com a Venezuela, Turquia e Israel, como, durante os trabalhos da Conferência, tudo fizeram para obstar o seu resultado.

No meu entendimento pessoal, a posição da União Soviética é mais sutil. No princípio da votação, ela se absteve; depois, assinou a convenção e agora, ninguém sabe o que vai ocorrer. (Pelo menos eu não sei, não posso avaliar o que ocorrerá).

Em março de 1983, o Presidente Reagan divulgou uma proclamação reclamando para os Estados Unidos uma zona econômica de 200 milhas de largura. A que podemos atribuir a aceitação isolada desse único dispositivo inovador da Convenção? Se considerarmos tal proclamação ao lado do fato de que os Estados Unidos continuam adotando o mar territorial de três milhas, e só aceita rei-

vindicações territoriais de outros Estados até o limite de 12 milhas, e se reconhecermos que a liberdade de navegação é de fundamental importância para os interesses nacionais dos Estados Unidos, tanto em termos comerciais quanto militares, poderemos atribuir a essa atitude a intenção de que:

1. Os direitos previstos na zona econômica exclusiva pela Convenção interessam aos Estados Unidos; mas interessam porque, de acordo com a Convenção, na zona econômica exclusiva permanece a liberdade de navegação do alto-mar.

2. Não lhes convém o regime instituído pela Convenção para exploração dos fundos marinhos.

3. Desejam influenciar a atitude de outros Estados, mostrando que eles podem destruir o conceito de "acordo em pacote."

Acatam o que lhes convém e descartam aquilo que contraria seus interesses. No nosso entendimento, isso é extremamente perigoso para a sobrevivência da Convenção. E mais, a ratificação da Convenção pelo Brasil assume, no meu entendimento, uma importância fundamental; não somente a ratificação, mas a prática da Convenção. Há o exercício das atividades, a ocupação dos espaços, a regulamentação das obrigações dos

outros Estados e a fiscalização dessa regulamentação.

IMPLICAÇÕES DE NATUREZA MILITAR

Focalizada primordialmente no uso pacífico do espaço oceânico, a Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar não é nem poderia ser explícita no que concerne aos múltiplos e complexos aspectos das atividades militares nos tempos modernos. Contudo, o nosso entendimento é que os dispositivos da Convenção constituem instrumentos capazes de coibir a prática de atos abusivos por parte de outros Estados na zona de jurisdição de cada Estado costeiro.

Para permitir que avaliem esse ponto de vista, passarei a comentar alguns aspectos referentes às atividades militares que interessam mais de perto aos interesses brasileiros.

Águas Interiores

Nas águas interiores, o Estado costeiro ou arquipelágico desfruta de jurisdição total. Ele pode excluir navios e aeronaves que considere capazes de prejudicar, como diz a Convenção, "a paz, a boa ordem e a segurança". Na prática, isso se tra-

duz no seguinte: pode o Estado costeiro negar facilidades portuárias, navegação ou sobrevôo a qualquer navio. A jurisdição é total.

Mar Territorial

Segundo a Convenção, o Estado costeiro exerce soberania sobre o mar territorial, seu leito, seu subsolo, bem como espaço aéreo sobrejacente, soberania essa limitada apenas pelo tradicional direito de passagem inocente de que gozam todos os demais Estados. Mas o direito de passagem inocente não é absoluto, segundo a Convenção. Em primeiro lugar, a passagem é considerada inocente desde que não prejudique a paz, a boa ordem e a segurança; essa é sua primeira qualificação. Em segundo lugar, a Convenção detalha o que não constitui passagem inocente e concede ao Estado costeiro o direito de tomar as medidas necessárias para evitá-la, caso não a considere inocente. Assim, ela não constitui um direito absoluto, porque está subordinada à jurisdição e à regulamentação do Estado costeiro. Nesse contexto, segundo estou informado, há um aspecto que mesmo que já tenha sido aqui abordado, vale a pena destacar: poderá um Estado exercer as seguintes atividades na zona econômica exclusiva de outro Estado, argüindo as liberdades do alto-mar, tais como exercícios navais, testes de

armamento convencional, operações militares contra um terceiro Estado, desenvolvimento de operações de presença naval (isto é, demonstrações de força, colocação de dispositivos de detecção submarina)? Por outro lado, poderá um Estado costeiro estabelecer zonas de segurança na sua zona econômica exclusiva? Poderá um Estado costeiro excluir navios estrangeiros de áreas do alto-mar adjacentes à sua zona econômica exclusiva, alegando razões de segurança? Poderá, finalmente, um Estado costeiro instituir zonas de identificação de aeronaves, ou seja, zonas em que as aeronaves sejam obrigadas a se identificar, sob pena de serem abatidas?

Pesando um e outro lado, a avaliação que fazemos é que realmente a Convenção dá uma posição mais forte ao Estado costeiro, que contará com a iniciativa de estabelecer uma legislação fortemente restritiva à atividade militar. Há até o temor de certos setores de um fenômeno de espalhamento de soberania, transformando no final a zona econômica exclusiva em mar territorial para todos os efeitos.

A jurisdição do Estado costeiro sobre a plataforma continental é de menor amplitude. Na plataforma continental, o direito de soberania exercido pelo Estado costeiro diz respeito apenas à exploração e ao aproveitamento de recursos naturais vivos e não-vivos. A Convenção

estabelece explicitamente que esse direito não afeta o regime jurídico das águas sobrejacentes ou do espaço aéreo acima dessas águas. E, mais ainda, não deve afetar a navegação ou outros direitos e liberdades dos demais Estados. Entretanto, qualquer exercício mental leva à conclusão de que o mesmo problema existe.

Controle de Armamentos

A Convenção estatui apenas que o espaço oceânico deve ser reservado exclusivamente para fins pacíficos. Mas temos que lembrar que o propósito principal da iniciativa do Dr. Pardo, em 1967, era realmente a regulamentação e o controle da mineração do leito das profundezas oceânicas; entretanto, ele também buscava evitar a militarização dos fundos oceânicos, e não se pode deixar de reconhecer que os esforços contribuíram diretamente para o desenvolvimento do chamado Tratado sobre o Controle de Armamento no Fundo do Mar, firmado em fevereiro de 1971. O aspecto importante desse Tratado é que, segundo ele, o fundo do mar além das 12 milhas náuticas deve ser mantido como uma zona livre de artefatos nucleares. Aí as opiniões divergem. Uns dizem que o Tratado pouco representa: não permite instalar artefatos no fundo, mas não proíbe nenhum ato de destruição nas águas. O importante é, no meu entendi-

mento, que, dentro do território do país, ele faz o que quiser, mas a partir das 12 milhas, não pode utilizar o fundo do mar para instalar armamentos nucleares ou de destruição em massa.

Investigação Científica Marinha

A Convenção outorga a todos os Estados, independente de sua situação geográfica, o direito à investigação científica marinha, mediante autorização e sob a regulamentação e controle do Estado costeiro fronteiro à área a investigar. Dentro do nosso tema, cabe ressaltar três aspectos, de fundamental importância, do relacionamento entre o Estado costeiro e o Estado ou entidade postulante da licença de investigação, aspectos esses que se refletem no campo militar.

Primeiro, o risco de que a investigação científica seja usada como cobertura para atividades de sabotagem ou espionagem, ou para implantação clandestina de sistemas de vigilância submarina. Esses sistemas hoje podem perfeitamente estar plantados em várias partes do Mundo, sem conhecimento dos Estados costeiros fronteiros a elas.

Segundo, o perigo de que o pesquisador obtenha informações e dados sobre recursos naturais desconhecidos do Estado costeiro, e não os revele.

Terceiro, o risco de que o conhecimento obtido sirva para aumentar ainda mais o "gap" tecnológico entre o Estado costeiro e o Estado pesquisador.

AValiação DO ENVOLVIMENTO DO PODER NAVAL

Esboçado esse quadro das implicações militares da nova lei do mar, passemos a um ponto importante que vai nos conduzir a um raciocínio para o problema brasileiro, que é uma avaliação do envolvimento do Poder Naval em função da nova lei do mar. Depois da Segunda Guerra Mundial, a diversidade dos interesses dos Estados associados ao uso do mar: interesses econômicos, militares de interferência nuclear etc. Os novos fatores de ordem tecnológica e econômica moldaram uma distribuição do Poder Naval muito característica. No topo, as duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética, disputando a hegemonia nos oceanos em escala global, envolvendo o máximo de poder e sofisticação de meios; Marinhas com elevadíssimo grau de auto-suficiência para a atuação em escala oceânica. Em segundo plano, bastante afastados dessas superpotências, o Reino Unido e a França, que, mantendo ainda interesses no ultramar, estruturam Poderes Navais com apreciável capacidade operativa (e os ingleses comprovaram recentemente

sua capacidade de operar em escala oceânica, com auto-suficiência). Em terceiro plano, um numeroso grupo de países (nos quais desponta hoje a China, e se inclui o Brasil), cuja atuação do Poder Naval se restringe a uma faixa contígua aos respectivos territórios, dependendo a largura dessa faixa de vários fatores (inclusive da extensão territorial do país considerado). Por último, um grupo também numeroso de pequenos países (os das chamadas "marinhas costeiras"), de poder muito diminuto, capazes apenas de desenvolver ações de caráter policial em suas águas territoriais, e essa capacidade policial ficando cada vez mais reduzida.

Isto posto, o que é que nós detectamos de importante nesse quadro? É que o novo papel do mar como gerador de riquezas e os direitos outorgados pela nova lei do mar vão exercer sobre os países do Terceiro Mundo um reflexo importante, que é o envolvimento cada vez maior do Poder Naval em atividades de defesa e de fiscalização de extensas áreas marítimas. (No Brasil, essa faixa vai além de 200 milhas de largura, e tem 4 mil milhas de extensão, o que abrange uma área oceânica vastíssima). Esses países, por uma forma irresistível, terão que projetar a sua visão naval, a atuação do seu Poder Naval na direção dos espaços oceânicos, o que gera como corolário o aumento da influência do poder institucional desses países so-

bre os seus vizinhos e sobre seus defrontantes.

OS INTERESSES BRASILEIROS

Em 1970, seguindo a tendência geral que se observa na América Latina, pelo Decreto - Lei nº 1089 o Brasil fixou a largura do seu mar territorial em 200 milhas. Os principais motivos que levaram o Governo brasileiro a isso foram:

- 1º a falta de um acordo sobre a largura do mar territorial;
- 2º o exemplo de outros países da América Latina;
- 3º a depredação de que vinham sendo objeto as águas adjacentes ao nosso litoral;
- 4º a realização de pesquisas no nosso litoral sem nosso conhecimento e sem o menor proveito para nós.

Na realidade, adotada uma largura de mar territorial de 200 milhas, os navios que habitualmente freqüentavam certas áreas, agora colocadas sob jurisdição nacional, passaram a ser considerados como invasores, e alvos de medidas que variaram desde a expulsão até o apresamento. É digno de registro o fato de que, até a presente data, os governos dos países sob cuja bandeira navegam esses barcos não nos impuseram

nenhuma medida de represália, em que pese alguns deles terem Poder Naval bastante superior ao nosso.

O Brasil, consciente de que essa reivindicação de um mar territorial de 200 milhas teria cada vez menos respaldo no seio da comunidade internacional (principalmente por contrariar os interesses das grandes potências), decidiu participar ativamente da III Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar, e o fez incorporado ao grupo latino-americano, e, num contexto mais amplo, ao chamado "Grupo dos 77". A Convenção no momento está sendo examinada no Congresso Nacional, que avalia a conveniência de ratificá-la.

Não resta dúvida de que o Brasil, não obstante ser um país ainda em desenvolvimento, já tem alguns interesses sobre os espaços oceânicos qualificados como mundiais ou globais. Também não há dúvida de que é no Atlântico Sul que esses interesses se fazem presentes com maior intensidade, inclusive sob o ponto de vista político e de segurança. O Atlântico Sul é de fundamental importância estratégica para o Brasil. A manutenção da paz nessa área é condição de manobra política, no seio da comunidade sul-atlântica. Se houver aí uma invasão dos interesses das grandes potências, a nossa liberdade de manobra política na mencionada comunidade estará comprometida. Naturalmente

que essa liberdade de manobra política visará sempre a garantir os interesses do País e a consolidar as bases da sua segurança, sem nenhum laivo de expansionismo.

No Atlântico Sul desenvolvem-se atividades que sustentam a economia e contribuem para o bem-estar e a estabilidade da sociedade brasileira. A promoção dos nossos interesses nessa área supõe, assim, a criação de condições que favoreçam a paz, reduzam as tensões e façam cessar eventuais conflitos, principalmente os importados, que coloquem em risco a segurança nacional. Essa percepção do Governo brasileiro em relação ao Atlântico Sul foi exposta pelo Presidente Sarney, em seu discurso de abertura da Assembléia Geral da ONU, em 29 de setembro de 1985, nos seguintes termos: "O Brasil fará todos os esforços que estiverem ao seu alcance para preservar o Atlântico Sul como área de paz, afastada da corrida armamentista, da presença de armas nucleares e de qualquer forma de confronto oriunda de outras regiões."

A entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar é de fundamental importância para a obtenção de tal desiderato. E, no caso, a sua ratificação pelo Brasil tem um relevante significado: nosso país desfruta hoje de inquestionável prestígio no seio da comunidade dos países em desenvolvimento; daí, a nossa

ratificação a esse acordo poderá servir como poderoso elemento catalisador de novas adesões, fenômeno fundamental para a sobrevivência das Nações Unidas sobre Direito do Mar. Quer dizer, embora ela já tenha nascido, não está respirando efetivamente. No mesmo sentido, e ainda considerando o crescente peso político do Brasil, é de primordial importância que ele dê o exemplo, através da ocupação dos espaços que lhe são adjudicados e do exercício dos direitos que lhe são outorgados pela Convenção, desenvolvendo as atividades que lhe são facultadas, regulamentando os direitos e obrigações dos demais Estados dentro do espírito da Convenção, e fiscalizando o cumprimento dessa legislação.

A PARTICIPAÇÃO DA MARINHA

A execução das medidas de fiscalização e vigilância das áreas colocadas sob jurisdição nacional pela nova lei do mar será da responsabilidade da Marinha de Guerra e constitui tarefa de notável envergadura. A área colocada sob nossa jurisdição tem no mínimo 800 mil milhas quadradas (4 mil milhas de comprimento, e mais ou menos 200 milhas de largura). A Marinha terá que exercer um controle dessa área, ou se fazer nela presente, segundo dois enfoques: primeiro, de defesa, e segundo, de fiscalização. As ne-

cessidades de defesa dessa vasta área, em situações de conflito ou de crise ou de confrontação de natureza militar, devem ser levadas em consideração com a devida antecedência, no contexto da análise estratégica em que a Marinha determina as necessidades para o emprego beligerante do seu Poder Naval. Isso porque o Poder Naval, adequadamente estruturado, vai representar sempre a garantia última de fazer valer a nossa legislação, os nossos direitos, caso, infelizmente, a aplicação dessa legislação resulte numa escalada indesejável, no sentido de uma confrontação militar com outro Estado. (E a Marinha não está se esquecendo disso: ela o está levando em consideração como uma das variáveis importantes na obtenção dos meios que constituem o Programa de Reaparelhamento da Marinha, estabelecido para os anos de 1981 a 2004.)

No que tange às necessidades de fiscalização, estamos considerando as ameaças não-militares, ou seja, as tentativas de exploração dos recursos vivos ou não-vivos das águas, do leito e do subsolo; o descumprimento das leis e regulamentos específicos; o contrabando e o tráfico de drogas; o contrabando de armas; e as ações de terrorismo e de sabotagem. Depois de um longo período de estudos (durante o qual a Marinha considerou que este seria um cometimento para embarcações

concebidas para emprego beligerante do poder, embora de pequeno porte), passamos a entender que melhor seria compatibilizar os meios de atuação com o tipo de ameaça a enfrentar, a fim de evitar desperdício de recursos (como os que decorreriam de estarmos, por exemplo, levando para o palco das pescarias mísseis de 250 mil dólares de custo). Presentemente, estamos procurando programar meios proporcionais, em custo e em poder, ao tipo de ameaça a enfrentar. Aliás, o Brasil aderiu finalmente à tendência que está prevalecendo em todo o Mundo para esse tipo de conhecimento, chamado de "patrulha oceânica". Basicamente, as características enfatizadas e reconhecidas como aplicáveis são: capacidade de permanecer no mar ininterruptamente por períodos prolongados de tempo (duas ou três semanas), capacidade de operar em condições adversas de mar, boa velocidade, desempenho econômico, facilidade de produção e manutenção das unidades, capacidade de operar em coordenação com a FAB, e armamento constituído de um canhão ou metralhadora.

Atualmente, a Marinha vem executando esse patrulhamento através dos navios dos Distritos Navais, em ação coordenada com a nossa Força Aérea, dispondo para isso de nove corvetas e seis navios de patrulha costeira de pequeno porte e reduzido raio de ação. São navios

modestos, antigos, com baixa velocidade, e armamento inadequado ao tipo de tarefas que lhes têm sido cometidas. É fora de dúvida que tais unidades precisam ser substituídas o mais rápido possível.

Diante desse quadro de flagrante carência, e da necessidade de invertê-lo o mais rapidamente possível, decidiu o Ministro utilizar os recursos oriundos dos "royalties" da exploração do petróleo da nossa plataforma continental, para aplicação num programa que envolve metas a curto, médio e longo prazos. Como meta de curto prazo (de resposta imediata), serão construídas no País lanchas-patrolha de alto-mar (semelhantes às que projetamos e construímos para o Chile recentemente), dotadas com metralhadoras, desempenho marinho excepcional (comprovado no Chile), capazes de operar até 30 milhas da costa. Como meta de médio prazo, aumentando um pouco o poder ou a capacidade para podermos responder mais rápido, vamos construir no País navios-patrolha de projeto estrangeiro, mas já testado e em operação na Marinha de origem, com deslocamento em torno de 400 toneladas, que apresentam boa margem de nacionalização do material e do equipamento utilizado. Finalmente, como meta de longo prazo, um projeto que a Marinha está encarando com grande carinho. É o primeiro projeto de navio de guerra brasileiro em que a Marinha

está dando todos os passos do processo de concepção e construção do navio. Estabelecemos os seus requisitos operacionais, a sua destinação. Não fomos mais ao mercado internacional em busca do que houvesse disponível para então projetarmos o navio. Não. Agora exercitaremos o nosso arbítrio, a nossa capacidade criativa. O projeto desse navio (uma corveta) já está em andamento. Realizamos recentemente a reunião de relatório da fase de concepção do projeto; o navio já tem seus requisitos aprovados pelo Ministro a nível de sistema; vamos agora entrar na fase de projeto de contrato. O navio terá elevado índice de nacionalização do material e do equipamento, deslocamento da ordem de 1100 toneladas, armado com canhão e metralhadoras, capaz de operar um helicóptero leve e dotado com a primeira geração (e isto é extremamente importante) de um sistema de processamento de dados estáticos navais de concepção, desenvolvimento e fabricação inteiramente nacionais. Esse sistema de processamento de dados estáticos ainda será fabricado no estrangeiro. Estamos participando intensamente do "casamento" dessas máquinas de computação com os sensores e as armas. Estamos concebendo um sistema próprio e vamos bancá-lo. O sistema ainda será simples: vai coletar os dados dos sensores e transformá-los em informações sobre o movimento

ideal; ainda não vai movimentar automaticamente o canhão e apontá-lo na direção do alvo; ainda não vai estabilizar o canhão sobre o alvo. Isso é coisa muito mais complexa. Mas uma segunda geração, depois desta, já estaremos incorporando no sistema esses aperfeiçoamentos.

Esse programa, que tem uma duração prevista de cerca de oito anos, constitui-se na primeira etapa de um programa maior de aparelhamento da Marinha para as importantes funções de vigilância e fiscalização sobre o inestimável patrimônio constituído pelos recursos vivos e não-vivos do mar territorial, da zona contígua, da zona econômica exclusiva e da plataforma continental.

CONCLUSÃO

A título de conclusão, vou frisar as mensagens que gostaria de deixar registradas no pensamento dos senhores.

A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar representa uma das mais importantes realizações da ONU em seus quarenta anos de existência. Ela poderá constituir-se numa importante contribuição para a paz, a justiça e o progresso no seio da comunidade internacional. Entretanto, essa contribuição poderá vir a não se concretizar inteiramente, devido à resistência de certas potên-

cias a alguns dos dispositivos consignados na Convenção.

O número de adesões necessárias para a entrada em vigor da Convenção será fortemente influenciado pela atitude de países como os Estados Unidos, a União Soviética, o Reino Unido, a República Federal da Alemanha.

A nova lei do mar repercutirá, embora com intensidades variáveis, sobre os interesses brasileiros em todos os oceanos do Mundo. Entretanto, é no Atlântico Sul que tais repercussões se farão sentir de forma mais notável. A promoção dos nossos interesses no Atlântico Sul supõe a criação de condições que favoreçam a paz, reduzam as tensões e façam cessar eventuais conflitos que coloquem em risco a segurança nacional. E a nova lei do mar representa um importante instrumento para a obtenção de tal desiderato.

No mesmo sentido, é de primordial importância que o Brasil ocupe os espaços que lhe são adjudicados e exerça os direitos que lhe são outorgados, nos termos da Convenção, executando as atividades que lhe são facultadas, regulamentando os direitos e obrigações dos demais Estados, em estrita obediência da Convenção, e, finalmente, fiscalizando efetivamente o cumprimento dessa legislação. Nesse contexto, caberá à Marinha notável parcela de responsabilidade.

A importância do mar como

gerador de riquezas e os direitos outorgados pela Convenção aos Estados costeiros terão, como reflexo estratégico imediato, o envolvimento crescente dos Poderes Navais da maioria dos países, na proteção dos recursos e na fiscalização das atividades levadas a efeito em extensas áreas marítimas. E o Brasil é um desses países. No caso brasileiro, isso implica na necessidade da presença em uma área de mais de 800 mil

milhas quadradas, ou seja, 40% do que corresponde ao território continental brasileiro. Dentro dessa área, o nosso Poder Naval deverá estar capacitado para fiscalizar a atuação de outros Estados e entidades, bem como a garantir, em última instância, o respeito à nossa legislação, caso a aplicação dessa legislação resulte num descalabro no sentido de uma confrontação militar com outros Estados, ainda que não a desejemos.

*JOSÉ RIBAMAR MIRANDA DIAS – É natural do Estado do Maranhão, tem uma longa carreira naval, contínuos embarques na Esquadra, alternados com serviços em estabelecimentos de ensino, mormente na Escola de Guerra Naval, e em gabinetes de altos órgãos da Marinha. Serviu no Comando-em-Chefe da Esquadra, na Comissão Naval Brasileira na Europa, foi comandante da Fragata **Niterói**, serviu no Gabinete do Ministro da Marinha e, atualmente, é Subchefe de Estratégia do Estado-Maior da Armada. O Almirante Ribamar possui todos os cursos profissionalizantes da Marinha de Guerra e é portador de inúmeras condecorações.*



UMA ESTRUTURA HISTÓRICA PARA O CONCEITO DE ESTRATÉGIA *

Donald R. Baucom

Estratégia – a palavra evoca muitas imagens relacionadas com as Forças Armadas. Mas qual é o seu significado? Este artigo examina a evolução da guerra, desde o século XVIII até a atualidade, e mostra como o conceito de Estratégia evoluiu para responder às mudanças na guerra. A ampla estrutura histórica aqui apresentada pode beneficiar a todos os profissionais, ao estudarem os vários aspectos da estratégia militar.

De qualquer forma, não devemos nos iludir pensando que, partindo da estaca zero, com idéias inteiramente novas e guiados meramente pela lógica, podemos modelar uma estratégia de acordo com as necessidades da época.

Bernard Brodie, *A Estratégia na Era do Míssil*

As tradições militares ocidentais remontam à Grécia antiga, onde a guerra era mais simples do que é hoje em dia. O Exército ate-

niense era composto principalmente por infantes pesados ou hoplitas, cujo equipamento principal consistia em lanças de 2,5 a 3 metros e armaduras protetoras.

* Transcrito da *Military Review*, edição brasileira, janeiro/fevereiro 1988.

ras (escudo, capacete, espartilho e grevas), totalmente providenciado pelo próprio soldado.

A formação grega padrão era a falange, um conjunto de soldados, formando um grande retângulo, com uma profundidade aproximada de 12 homens. Durante o combate, a fileira da frente apontava suas lanças contra o inimigo, o que tornava a falange uma excelente formação, sempre que fosse possível forçar o adversário a de-frontá-la. Na Batalha de Maratona, em 490 a.C., uma falange ateniense, seguindo o plano formulado por um dos seus generais, Miltíades, realizou um duplo envolvimento e esmagou o exército persa invasor.

A palavra estratégia data desta época e se origina do grego *strategus*, que significa general.¹ Estratégia significava a arte do general, conceito suficientemente amplo para abranger, virtualmente, todos os aspectos da guerra antiga, incluindo desde a organização e o comando de um exército até o desenvolvimento de esquemas, planos ou ardis, que eram freqüentemente usados para pôr o inimigo em desvantagem, antes mesmo que a batalha fosse iniciada.

A história militar antiga está repleta de exemplos deste último aspecto da arte do general: a disposição da falange ateniense de Miltíades, em Maratona, a surpreendente travessia do rio Ilydaspes, realizada por Ale-

xandre, o Grande, em 326 a.C., a emboscada de Aníbal contra os romanos, no Lago Trasimene, em 217 a.C. e a campanha de Cipião que resultou na Batalha de Zama, em 202 a.C. A estratégia evoluiu, através dos séculos, de uma idéia unicamente voltada para uma campanha ou um campo de batalha, para um conceito que envolve a harmonização (na guerra e na paz) dos recursos de um determinado país (incluindo as forças militares), em busca dos objetivos nacionais.

Nos 2000 anos que separaram Maratona da Guerra dos Trinta Anos, poucas foram as mudanças estratégicas de vulto na guerra.² Não há dúvida de que o equipamento militar e as formações haviam mudado, mas, ainda assim, os resultados das batalhas eram determinados, em grande parte, da mesma forma – massas de infantes cerrando sobre o inimigo e travando o combate a baioneta, que então se constituía na arma de decisão. Além disso, os granadeiros de Frederico, o Grande, atravessaram a Europa Central com a mesma velocidade com que os veteranos de Julio César o fizeram na Gália – aproximadamente 16 quilômetros por dia.³ Não obstante, a guerra dos Trinta Anos desencadeou uma série de acontecimentos que resultaram, finalmente, no surgimento de um novo paradigma – a guerra limitada do século XVIII – que predominou de 1648 (fim de Guerra dos Trinta Anos) até

1789 (começo da Revolução Francesa).

As limitações da guerra eram devidas, em parte, à escolha, e, em parte, à necessidade, tendo algumas delas surgido em consequência dos horrores da Guerra dos Trinta Anos. Os reis estavam decididos a manter as futuras guerras sob controle, estabelecendo para as mesmas objetivos limitados, tais como obter uma vantagem comercial, anexar uma pequena porção de território ou influenciar uma sucessão real. Além disso, os combatentes eram oriundos das classes não produtivas da sociedade, sendo os oficiais escolhidos entre os ricos ociosos, enquanto os soldados tendiam a ser a escória da mesma sociedade.

No que diz respeito às limitações devido à necessidade, as condições em que se encontravam as economias européias, no século XVIII, se constituíam num importante fator restritivo. Mesmo com virtualmente todos trabalhando em atividades produtivas, como a agricultura, e exercendo as profissões indispensáveis, as nações mal produziam o suficiente para atender às necessidades do povo, o que significava que aqueles países tinham condições de apoiar, apenas parcialmente, seus respectivos exércitos, em determinada ocasião.

Surgiram outras limitações, como resultado da doutrina e da tecnologia militar, que integraram o armamento do século

XVIII aos exércitos. Uma das armas-padrão da infantaria, naquela época, era o mosquete de alma lisa, de carregamento pela boca, com um alcance útil de apenas 46 a 69 metros e uma cadência de tiro de três a cinco disparos por minuto. Uma segunda arma, a baioneta calada, transformava o mosquete, uma vez descarregado, numa lança de 2,15 metros, podendo esta combinação mosquete-baioneta ser usada tanto na defesa como para prosseguir num ataque.

O esforço despendido para usar eficazmente a combinação mosquete-baioneta levou ao desenvolvimento das táticas lineares que predominaram nos campos de batalha do século XVIII. Para utilizar ao máximo o poder de fogo das unidades, os soldados eram desdobrados em três longas fileiras, porém como o mosquete não era muito eficaz além de 69 metros, as formações lineares de infantaria avançavam e só abriam fogo quando se encontravam frente a frente com o inimigo. O objetivo disso era esperar até que o inimigo disparasse, para então desencadear o fogo à queima roupa e, em seguida, atacar o aturdido inimigo com uma carga de baioneta.

Na Batalha de Blenheim, em 1704, segundo se afirma, os franceses esperaram para atirar até que os atacantes britânicos estivessem a cerca de 27 metros da sua posição. Foram as limitações do mosquete, e não as bravatas do novo mundo nor-

te-americano, que deram origem ao ditado: "não dispare enquanto não ver o branco dos olhos do inimigo!" Tais táticas garantiam que, virtualmente, todas as batalhas seriam sangrentas, sendo comuns índices de baixas entre os combatentes variando de 20 a 50%.

Este número tão elevado de baixas fazia com que reis e generais relutassem em se engajar em combate. Eram necessários dois anos para preparar soldados capazes de executar, no campo de parada, as manobras segundo as quais os exércitos do século XVIII mudavam de uma coluna de marcha para uma linha de batalha e cerravam sobre o inimigo. Tais exércitos eram instrumentos políticos muito dispendiosos e reis e comandantes militares relutavam em pô-los em risco, a não ser que tivessem uma grande possibilidade de vitória.

Isto significava que nenhuma batalha seria travada, a não ser que as condições, entre as forças oponentes, fossem essencialmente iguais. Se um general julgasse pequenas as suas possibilidades de vitória no campo de batalha, ele simplesmente retirava suas tropas, enquanto o inimigo ainda se desdobrava, daí ter um historiador militar descrito a guerra no século XVIII como sendo mais parecida com uma sedução do que com um estupro.

O tênue equilíbrio existente antes do combate explica por que a estratégia era definida

como um estratagema ou artil, no campo de batalha, destinado a dar, a um dos lados, uma ligeira vantagem sobre o inimigo, mas suficiente para permitir a vitória numa batalha entre dois oponentes, constituídos de forças praticamente do mesmo valor.⁴ Assim, o conceito de estratégia, no século XVIII, enfocava o campo de batalha, sendo, desse modo, mais parecido com o conceito grego da arte do general do que com o ponto de vista atual, que enfatiza os recursos e a mobilização dos mesmos recursos em busca dos objetivos nacionais.

O SÉCULO XIX

A guerra generalizada dos dias de hoje é, na realidade, o produto de três revoluções do século XIX que amadureceram antes da I Guerra Mundial. A Revolução Francesa, de 1789, trouxe consigo um novo relacionamento entre governantes e governados na Europa, já que o ponto crucial daquela mudança foi dar ao povo a oportunidade de participar das decisões governamentais, atribuindo-lhes, em troca, a obrigação de apoiar e defender a nação-estado e suas políticas — o serviço militar tornou-se um dever cívico. O governo podia, agora, mobilizar todos os recursos da nação para a condução de uma guerra, tendo a França revolucionária sido capaz de desdobrar, quando foi ameaçada pelos reacionários

monarcas europeus, na primavera de 1974, uma força de 800.000 homens. O movimento de efetivos de tão grande valor não havia sido visto na Europa desde as migrações bárbaras, no fim do Império Romano.⁵

No final do século XVIII e princípios do século XIX, o apoio a forças de tão grande vulto era realizado com muita dificuldade, uma vez que a Revolução Industrial se encontrava ainda em seus estágios iniciais e que grande parcela da população e da economia havia sido mobilizada para suprir as hordas francesas da Revolução e das Guerras Napoleônicas. Na época da Guerra de Secessão norte-americana, contudo, a mecanização já contribuía bastante para a industrialização dos países ocidentais, permitindo-lhes equipar, com certa facilidade, seus exércitos novos e numerosos.

Outro aspecto relevante da Revolução Industrial foi a aplicação do vapor e do aço nos meios de transporte, sendo a estrada de ferro e o navio a vapor produtos do século XIX. Estes desenvolvimentos revolucionaram a logística, no nível estratégico, pois que, até então, o movimento dos exércitos era limitado a cerca de 16 km por dia, ao passo que, através de ferrovias, este movimento podia atingir 160 ou mais quilômetros por dia.

À medida que os exércitos cresciam, os problemas de apoio também aumentavam,

apesar de a Revolução Industrial ter aumentado a capacidade produtiva de apoio a grandes exércitos, resolvendo, apenas parcialmente, os problemas logísticos. Existia ainda o desafio de recrutar numerosas forças, treiná-las, supri-las, deslocá-las para os campos de batalha e comandá-las durante os combates. A criação do estado-maior, no século XIX, proporcionou a solução desses problemas administrativo-organizacionais, e Water Millis se refere a ela como a "revolução administrativa" na guerra, concluindo:

*A guerra não estava mais simplesmente nas mãos de profissionais, mas de profissionais altamente treinados e tecnicamente especializados, que podiam, numa crise, valer-se de todos os recursos humanos e industriais do estado moderno, então altamente integrado.*⁶

No século XVIII, um único homem tinha condições de comandar, com eficiência, até cerca de 40.000 homens, enquanto os alemães, no começo de sua guerra com a França, em 1870, mobilizaram quase 500.000 homens. O sistema de estado-maior, portanto, integrava o exército numeroso, a capacidade logística da nação industrializada e os novos meios de transporte, numa máquina militar altamente eficaz.⁷

O conceito de estratégia, no entanto, permaneceu basicamente inalterado enquanto ocorriam essas importantes mudanças na arte da guerra. Karl von

Clausewitz argumentava que a guerra era uma extensão da política, definia a estratégia como a condução de engajamentos destinados a alcançar os objetivos da guerra e afirmava que pouca diferença havia entre estratégia, política e diplomacia nos níveis mais elevados da estratégia.⁸ Estas idéias, porém, parecem ter tido pouco efeito sobre a maioria dos militares que escreviam sobre estratégia no século XIX, pois, para eles, estes conceitos se assemelhavam muito mais à guerra de Henri Jomini, esboçada em cartas topográficas, isto é, a estratégia era, essencialmente, um plano de campanha destinado a derrotar o exército inimigo.⁹

Até o final do século XIX, haviam ocorrido mudanças fundamentais no modo de as nações ocidentais combaterem. Como resultado das revoluções políticas da Europa, da Revolução Industrial e do desenvolvimento do sistema de estado-maior, as nações ocidentais podiam agora mobilizar uma quantidade sem precedentes dos seus recursos humanos e materiais para apoiar um esforço de guerra.¹⁰ O pensamento militar concernente à estratégia, no entanto, não havia acompanhado estas mudanças.

O SÉCULO XX

No início do século XX, as nações européias entraram, decididamente, na primeira guerra

generalizada do mundo moderno, tendo a I Guerra Mundial mostrado que os europeus não estavam preparados para enfrentar um conflito desse tipo.

A I Guerra Mundial teve início com as vultosas forças militares manobrando em grande parte da Europa, mas os exércitos da Frente Ocidental, contudo, foram logo forçados a se aferrar ao terreno devido ao extraordinário poder de fogo das metralhadoras e da nova e poderosa artilharia, o que dava maior importância à defesa. Em 1914, após a Batalha de Marne, os exércitos inimigos se mantiveram ocupados na construção de um sistema de trincheiras e fortificações, que se estendia desde os Alpes Suíços até o Mar do Norte. Sem dispor de flancos para manobrar, na Frente Ocidental, os grandes exércitos de campanha europeus opo-nentes podiam apenas se arranhar mutuamente, no que parecia ser uma série inacabável de ataques frontais que, em muitos casos, se destinavam simplesmente a exaurir o inimigo, isto é, derrotá-lo através de uma guerra de desgaste.¹¹

Os exércitos haviam estabelecido, essencialmente, uma barreira impenetrável em todo o continente europeu, e atrás dela, praticamente imunes a ataques, as nações passaram a constituir-se em verdadeiras extensões de suas forças armadas, organizando novos exércitos e providenciando novos armamentos e suprimentos, com a

mesma rapidez com que eram consumidos na frente de combate. Esta situação transformou a imensa região geográfica, em que os exércitos se degladiavam, num enorme cemitério em que milhões de homens morriam e milhares de toneladas de material eram destruídas. A paz somente ocorreria se uma nação, ou grupo de aliados, se retirasse, em consequência da exaustão.

Esta grande guerra de desgaste marca o início da guerra generalizada do século XX e materializa o clímax das tendências observadas no século XIX, pois aquilo que a guerra visava, no século passado, a I Guerra Mundial tornou óbvio, isto é, as revoluções políticas, industriais e administrativas do século anterior haviam consolidado os elementos da sociedade moderna numa única e poderosa estrutura militar, segundo a qual não era mais possível fazer uma distinção entre a frente interna e a frente de combate.

Restava apenas um passo na marcha do homem em direção à guerra generalizada – atacar a frente interna do inimigo. Na opinião de vários pensadores militares, a I Guerra Mundial já havia dado uma indicação clara de como esse objetivo poderia ser alcançado. Aquele conflito testemunhou o primeiro bombardeio de longo alcance, conduzido pelos alemães através dos dirigíveis zepelins e dos bombardeiros *Gotha* e *Giant*, contra Londres e

Paris. O poder aéreo prometia permitir às nações evitarem a dispendiosa guerra terrestre e derrotarem o inimigo através de ataques diretos contra a sua frente interna.

Na década que se seguiu ao término da I Guerra Mundial, alguns pensadores militares avaliaram que haviam ocorrido mudanças fundamentais na natureza da guerra, mudanças essas que deviam ser incluídas numa nova estrutura conceitual – a grande estratégia, conceito que, em 1925, já evidenciava um razoável amadurecimento. O desenvolvimento desse conceito deve-se, principalmente, ao que parece, a B.H. Liddell Hart e J.F.C. Fuller, que reconheciam que o segmento civil de uma nação era a base do seu poder militar e acreditavam que o ponto capital para se alcançar os objetivos propostos numa guerra era derrotar a vontade do inimigo.

Nas palavras de Liddell Hart, o papel da grande estratégia “é coordenar e dirigir todos os recursos de uma nação para a obtenção do objetivo político da guerra – o objetivo estabelecido pela política nacional”. Desse modo, a estratégia, mesmo sob a forma de grande estratégia, parece ter permanecido como um conceito do tempo de guerra, indicando que os pensadores estratégicos ainda não haviam entendido, plenamente, um dos pontos mais importantes estabelecidos por Clausewitz – não há diferença entre guerra e paz,

sob o ponto de vista político. Somente os meios, e como eles são empregados, diferem, à medida que se passa da guerra para a paz e vice-versa.¹²

Tanto Liddell Hart como Fuller incluíram a nova arma aérea nas suas considerações sobre a grande estratégia, e, na realidade, os pontos de vista de Liddell diferem muito pouco dos estabelecidos pelos principais proponentes do poder aéreo, como Giulio Douhet e William ("Billy") Mitchell. Eles acreditavam que a aviação tinha revolucionado a guerra e trabalharam no sentido de obter o reconhecimento e o apoio para o poder aéreo, como um elemento decisivo nas guerras futuras, e eram de opinião de que a guerra tinha se tornado generalizada e que, portanto, o poder aéreo podia atacar a frente interna inimiga, destruindo sua capacidade de apoiar um esforço de guerra.¹³

Os militares da Força Aérea dos EUA interpretavam qualquer ataque aéreo, realizado contra os recursos destinados a manter o inimigo em combate, como um emprego estratégico do poder aéreo. Para eles, a estratégia tornou-se um plano que dirigia os ataques aéreos contra o país inimigo, de forma a desorganizar ou destruir sua capacidade de luta.¹⁴

Embora os bombardeios realizados pelos aliados contra a Alemanha e o Japão, durante a II Guerra Mundial, fossem eficazes, eles não foram tão decisivos, para o desfecho da guer-

ra, como Douhet e Mitchell haviam previsto.¹⁵ Qualquer insatisfação relacionada com a eficácia do esforço dos bombardeios estratégicos foi em grande parte obscurecida, contudo, pela crença de que as armas nucleares tornaram os pormenores dos bombardeios estratégicos da II GM pelo menos enfadonhos, se não irrelevantes.¹⁶ As armas nucleares pareciam agora, de fato, dar ao poder aéreo a capacidade de ser decisivo nas futuras guerras.¹⁷

Na década de 50, a capacidade do poder aéreo foi grandemente ampliada quando mísseis intercontinentais, prenunciados pelas bombas voadoras V2 alemãs da II Guerra Mundial, foram combinados com ogivas nucleares menores para produzir o míssil balístico intercontinental (ICBM), que, da mesma forma que a V2, era invulnerável às medidas defensivas. Atualmente, as nações têm a capacidade de se atacarem e se devastarem mutuamente, através de ataques nucleares que não podem ser impedidos, utilizando como intermediários apenas os militares necessários para compor as reduzidas tripulações das aeronaves dotadas de armamento nuclear e acionar o disparo dos mísseis de ogivas nucleares.

Na era nuclear, a guerra parecia ter alcançado um ponto de absurdo lógico, segundo o qual as nações adversárias se aniquilariam, recebendo, como recompensa, desse modo, ape-

nas a sua própria destruição.¹⁸ A única linha de ação razoável a seguir era, por conseguinte, evitar a guerra, e esta foi a recomendação feita por Bernard Brodie, um dos formuladores da moderna teoria da dissuasão nuclear. A poeira da II Guerra Mundial mal havia assentado quando ele dirigiu-se aos militares, estabelecendo que o seu dever não era mais o de combater as guerras, mas, isto sim, o de dissuadi-las, afirmando:

*O objetivo mais importante da nossa instituição militar tem sido, até o momento, vencer as guerras, mas, doravante, será evitá-las, sendo esta, talvez, sua única utilidade.*¹⁹

A evolução da guerra pareceu ter produzido, no limiar da Era Atômica, uma interrupção básica na continuidade entre a paz e a guerra, proposta por Clausewitz. No passado a estratégia implicava no emprego de força militar e de alguma ação militar para se atingir um objetivo político desejado, mas agora, na era da dissuasão de Brodie, a estratégia deveria implicar no emprego de uma estrutura de força, uma mistura de homens e máquinas, com a finalidade de transmitir, a um inimigo em potencial, uma ameaça que o impedisse de empreender qualquer ação indesejável.²⁰

No que diz respeito à estratégia no início da era nuclear, os EUA se portaram como se tivessem aceito o julgamento de Brodie, e a dissuasão de todas as guerras, através da ameaça

do emprego de armas nucleares, tornou-se a política ostensiva norte-americana durante a administração Eisenhower. Durante a presidência de John F. Kennedy, todavia, esta política já se havia tornado inaceitável.

Os acontecimentos, ao nível internacional, mostraram que Brodie estava apenas parcialmente correto quando afirmara que a guerra era uma coisa do passado, porque, de fato, o pensamento de Clausewitz, de que a guerra é uma extensão da política, continuou a ser válido, mesmo na era nuclear. Se bem que as imagens de horror evocadas pela guerra nuclear contribuíram para tornar a guerra total entre as superpotências inaceitável, as nações continuaram a empregar a guerra para decidir disputas que não podiam ser resolvidas por meios diplomáticos. As páginas da história, no período que se sucedeu à II Guerra Mundial, estão repletas de relatos sobre as guerras da Coreia, Árabe-Israelense de 1967, do Vietnã, das Malvinas, do Afeganistão e outras.

Muitas destas guerras foram não-convencionais ou de guerrilhas, em que o limite entre a paz e a guerra tem sido difícil de definir. Além disso, os chefes de governo não parecem estar mais inclinados a declarar guerras, como no caso do conflito coreano. O efeito do desaparecimento da reunião diplomática para a declaração de guerra está muito bem ilustrado no título do livro de J. Lawton Collins,

War in Peacetime: The History and Lessons of Korea ("Guerra na Paz: A História e as Lições da Coréia").²¹

O limite entre a paz e a guerra vem-se tornando cada vez mais indefinido, em virtude da crescente prática do terrorismo. Embora os esforços anti-terroristas tenham muitas das características de operações policiais de tempo de paz, os terroristas buscam, com frequência, os objetivos políticos tradicionalmente associados à guerra, atingindo, por vezes, níveis de morte e destruição semelhantes aos de uma guerra. Além disso, a natureza altamente integrada e complexa das sociedades modernas e os atuais meios de comunicação constituem multiplicadores de forças que dão um poder extraordinário a um número relativamente pequeno de terroristas, o que lhes permite influenciar as políticas de governos estabelecidos, como a guerra, por vezes, também o faz.

Após a II Guerra Mundial, a evolução de novos conflitos internacionais criou uma situação semelhante àquela que se seguiu à I Guerra Mundial. Os pensadores estratégicos reconheceram, então, novamente, que sua estrutura intelectual era muito limitada para acomodar a modificada natureza da guerra, e por isso o conceito de estratégia teve de ser, mais uma vez, ampliado, tendo os estrategistas desenvolvido a idéia de estratégia nacional, que indica o

emprego dos recursos de uma nação, na guerra e na paz, para atingir os objetivos nacionais:

*Estratégia Nacional - É a arte e a ciência de desenvolver e empregar os poderes políticos, econômicos e psicológicos de uma nação, juntamente com as suas forças armadas, durante a paz e a guerra, para assegurar a consecução dos objetivos nacionais.*²²

A diferença entre a definição de grande estratégia de Liddell Hart e a de estratégia nacional era mínima, modificando simplesmente a primeira para indicar que a estratégia envolve a aplicação de recursos nacionais para atingir os fins da política em qualquer situação, e não apenas no tempo de guerra. Uma vez que as Forças Armadas se constituem num recurso nacional e num instrumento da política, elas podem ser empregadas na paz, juntamente com outros instrumentos da política, em busca dos objetivos nacionais. Com esta definição mais ampla, os pensadores estratégicos modernos finalmente institucionalizaram, em sua estrutura conceitual, todas as implicações da afirmação de Clausewitz de que a guerra nada mais é do que a extensão da política.

Quando a era moderna da guerra teve início, o exército de cada nação era semelhante a um campeão na arena da guerra e sua derrota era considerada como a derrota da própria nação. Uma vez que as guerras

eram travadas por objetivos geralmente limitados, um beligerante podia aceitar a derrota sem temer drásticas conseqüências. Além disso, considerando-se que o exército de campanha de cada nação tinha um efetivo limitado e exigia muito tempo para ser recrutado e treinado, uma derrota de grandes proporções não deixava muita escolha a um governante, a não se pôr fim à guerra. Sob tais condições, parece natural que a estratégia fosse considerada como um conceito do campo de batalha ou um plano de campanha, pois a derrota do exército inimigo, de um modo geral, significava a vitória na guerra.

No final do século XIX, as circunstâncias da guerra haviam mudado, fundamentalmente, e os conflitos já travados no século XX mostraram exércitos de grande efetivo, apoiados por fábricas que produziam material bélico em proporções gigantescas. Agora os exércitos já podiam, então, ser recrutados, treinados, equipados e enviados para a frente com a mesma rapidez com que a frente de combate os consumia. A frente de combate tornou-se, então, uma enorme máquina de picar carne, onde a mortandade e a destruição continuavam até que um dos lados se tornasse exausto e solicitasse um armistício. Uma nação só conseguia manter tal esforço de guerra se os seus líderes planejassem e controlassem as atividades sociais, políticas e econômicas, numa esca-

la jamais conhecida anteriormente.²³ Após a II Guerra Mundial, a grande estratégia passou a indicar o esforço de mobilização dos recursos nacionais na execução de um esforço de guerra.

Após a II Guerra Mundial, outros acontecimentos demonstraram, claramente, que a estrutura conceitual de estratégia exigia uma ampliação, destacando-se o surgimento de armas nucleares e a ascensão simultânea da estratégia de dissuasão, segundo a qual se emprega uma determinada forma de poder militar para apoiar a política nacional, sem provocar, realmente, mortes e destruições. Outrosim, o emprego mais difundido da guerra não convencional, do terrorismo e das guerras limitadas e não declaradas, obscureceram a distinção entre a paz e guerra, tornando cada vez mais necessário que se considerasse o emprego da força militar de modo diverso do tradicional, associado à guerra. De forma a conciliar, novamente, todos estes acontecimentos, o conceito de estratégia nacional foi articulado de modo a significar o emprego de todos os elementos do poder nacional em apoio aos objetivos nacionais na guerra e na paz.

Os novos conceitos de estratégia não suplantaram os anteriores mas, isso sim, os complementaram, acrescentando maior flexibilidade à idéia geral de estratégia. Resta-nos, desse modo, um conceito composto de

três níveis diferentes – estratégia militar, grande estratégia e estratégia nacional – que exige que o estrategista desenvolva maneiras de empregar os recursos disponíveis para que sejam atingidos os objetivos nacionais também em três níveis diferentes – nas batalhas ou campanhas, nas guerras e na interação entre as nações, no “tempo de paz”.

REFERÊNCIAS

1. *Encyclopaedia Britannica*, 14^a Edição, Micropaedia, Chicago, Ill., Volume IX, pp. 602-3.
2. Charles Oman, *A History of the Art of War in the Middle Ages*, Burt Franklin, N. Y., 1924, Volume 1, pp. 41-42; e Hans Delbruck, *History of the War Within the Framework of Political History: Volume III: The Middle Ages*, traduzido por Walter J. Renfro Jr., Greenwood Press, Westport, Conn., 1982, pp. 323-28.
3. Martin Blumenson e James L. Stokesbury, *Master of the Art of Command*, Houghton Mifflin, CO., Boston, Mass., 1975, pp. 6-7.
4. *Encyclopaedia Britannica*, 11^a Edição, Micropaedia, Chicago, Ill., 1911, Volume IX, p. 986. Jay Luvaas diz que a palavra estratégia não era usada pelos soldados do século XVIII. O conceito que os militares mais tarde denominaram estratégia era chamado de “plano de campanha,” à época de Frederico, o Grande. Ver *Frederick the Great on the Art of War*, traduzido e editado por Jay Luvaas, Free Press, N. Y., 1966, pp. 306-309.
5. Michael Howard, “Strategy and Policy in Twentieth-Century Warfare”, *Framton Memorial Lectures* publicado na *Military History*, Nº 9, US Air Force Academy, Colorado Springs, Colo., 5 Mai 67, pp. 3-6; Paul A. Cagnon, *France Since 1789*, Harper & Row Publishers, N. Y., 1964, p. 29; e Samuel F. Scott, “Foreign Mercenaries, Revolutionary War, and Citizen-Soldiers in the Late Eighteenth Century,” *War & Peace*, St. 1984, pp. 53-55.
6. Walter Millis, *Arms and Men: A Study in American Military History*, G. P. Putnam’s Sons, N. Y., 1956, p. 206.
7. Richard A. Preston e Sydney F. Wise, *Men in Arms: A History of Warfare and Its Interrelationships With Western Society*, Segunda Edição Revisada, Praeger Publishers, N. Y., 1970, p. 253. Para maiores informações sobre o crescente domínio da guerra, ver Howard, *op. cit.*, pp. 5-6.
8. Karl von Clausewitz, *On War*, editado e traduzido por Michael Howard e Peter Paret, Princeton University Press, Princeton, N. J., 1976, pp. 177 e 182-83. Ver também *Ibid.*, Book 8, Chapter 6.
9. Henri Jomini, *The Art of War*, traduzido por G. H. Mendell e W. P. Craighill, Greenwood Press, Westport, Conn., sem data, pp. 68-69 e 322. Para exemplos do pensamento militar típico do século XIX sobre estratégia, ver Edward Yates, *Elementary Treatise on Strategy*, Parker, Fumival e Parker, Londres, Inglaterra., 1852; e Edward S. Farrow, *Farrow’s Military Encyclopedia: A Dictionary of Military Knowledge*, Edward S. Farrow, N. Y., 1985, três volumes.
10. Howard, *op. cit.*, p. 5, apresenta uma discussão muito interessante sobre as mudanças que a guerra apresentou, quando começou a incluir um maior número de elementos da sociedade.
11. Está além do alcance deste artigo discutir outras atividades que não as relacionadas com a Frente Ocidental, apesar de terem sido consideráveis. À medida que os acontecimentos foram-se desenrolando, a Frente Ocidental tornou-se o centro de gravidade da guerra, e foi ali que a estratégia de desgaste foi aplicada com a maior energia. Houve esforços no sentido de provocar uma decisão em outras áreas e estabeleceu-se uma competição entre duas escolas de pensamento estratégico – a “oriental” e a “ocidental”. Ver Bernadotte E. Schmitt e Harold C. Vedeler, *The World in*

- the *Crucible: 1914-1919*, Harper & Row Publishers, N. Y., 1984, Capítulo IV. Ver também David R. Woodward, *Lloyd George and the Generals*, University of Delaware Press, Cranbury, N. J., 1983, *passim*.
12. J. F. C. Fuller, *The Foundations of the Science of War*, Hutchinson & Co. Ltd., Londres, Inglaterra, 1925, Seminário sobre a Arte da Guerra da Escola de Alto-Comando do Exército dos EUA, Carlisle Barracks, Pa., 1983, pp. 71, 92, 97 e 105-6; e Basil Liddell Hart, *Paris or the Future of War*, E. P. Dutton, N. Y., 1925, pp. 20 e 33-34. A matéria citada foi extraída de Basil H. Liddell Hart, *The Decisive Wars of History: A Study in Strategy*, G. Bell & Sons Ltd., Londres, Inglaterra, 1929, p. 150. No fim da década, pelo menos um escritor havia reconhecido que a dicotomia entre guerra e paz, na área da estratégia, era falsa. Ver George J. Meyers, *Strategy*, Byron S. Adams, Washington, D. C., 1928, p. 17.
 13. Para uma síntese da evolução dos primeiros pensamentos sobre o poder aéreo, ver David Macisaaac, *Strategic Bombing in World War Two: The Story of the United States Strategic Bombing Survey*, Garland Publishing, N. Y., 1976, pp. 4-8. Com relação aos pontos de vista expressos por Mitchell e Douhet, ver Giulio Douhet, *The Command of the Air*, traduzido por Dino Ferrari, Coward-McCann Inc., 1942, republicado na Série de Estudos sobre os Combatentes, do Gabinete de História da Força Aérea dos EUA, editado por Richard H. Kohn e Joseph P. Harahan, US Government Printing Office, Washington, D. C., 1983; e William Mitchel, *Winged Defense: The Development and Possibilities of Modern Air Power, Economic and Military*, G. P. Putnam's Sons, N. Y., 1925. Com relação ao ponto de vista expresso por Mitchell a respeito do significado estratégico do poder aéreo, ver pp. 5 e 16-17. Com relação a pontos de vista semelhantes expressos por Douhet, ver pp. 178-80 e 187-88. (Apesar de a 1ª edição de *The Command of the Air* ter sido publicada em 1921, as páginas 143-207 da edição de Douhet constituem uma monografia separada, que só foi publicada em 1928).
 14. Haywood S. Hansell Jr., *The Airplan That Defeated Hitler*, HigginsMcArthur/Longino & Porter, Ga., 1972, pp. 40 e 45-48.
 15. Douhet, *op. cit.*, p. 26, 58 e 192.93; e Mitchell, *op. cit.*, pp x, 5-6, 16-17 e 19.
 16. Macisaaac, *op. cit.*, p. 166.
 17. No que diz respeito à situação em que se encontrava a teoria do poder aéreo no final da II GM, Bernard Brodie escreveu, "É provavelmente verdadeiro que sem a bomba nuclear as teses de Douhet teriam sucumbido aos outros desenvolvimentos tecnológicos verificados após a II Guerra Mundial, que tornaram o bombardeio estratégico excessivamente dispendioso e incerto para bombas convencionais. Também é verdade, contudo, que a estrutura do pensamento estratégico que ele criou é peculiarmente pertinente a qualquer conflito generalizado na era nuclear." Bernard Brodie, *Strategy in the Missile Age*, Princeton University Press, N. J., 1959, p. 106.
 18. Russell F. Weigley, *The American Way of War: A History of United States Military Strategy and Policy*, Macmillan Publishing Co., N. Y., 1973, p. 365. Weigley cita, na página 378, as palavras do Almirante Arthur W. Radford: "Uma guerra de extermínio poderia, possivelmente, resultar numa vitória militar pírrica, mas seria, política e economicamente, sem sentido."
 19. Bernard Brodie, "Implications for Military Policy," Frederick S. Dunn, Bernard Brodie, Arnold Wolfers, Percy E. Corbett e William T. R. Fox, *The Absolute Weapon: Atomic power and World Order*, editado por Bernard Brodie, Harcourt, Brace e Co., N. Y., 1946, p. 76. Para opiniões semelhantes, ver Mills, *op. cit.*, p. 364.
 20. Ver Weigley, *op. cit.*, pp. 366-67. Weigley faz uma distinção entre estratégias de dissuasão e estratégias de ação, sendo as primeiras negativas ou passivas, pois buscam prevenir alguma coisa, enquanto as últimas são positivas, pois objetivam a realização de algo (p. 398 e Capítulo 17).
 21. Ver J. Lawton Collins, *War in Peacetime: The History and Lessons of*

Korea, Houghton Mifflin Co., Boston, Mass., pp. VII, 370, 382 e 394, para comentários sobre a nova natureza da guerra sob estas condições. Na pág. 394, Collins escreveu: "... no caso de guerras limitadas que envolvam a subversão comunista, a ação militar sem uma declaração formal de guerra talvez seja a exceção, e não a regra, no futuro, devido à inexistência de um inimigo facilmente reconhecível." Collins também menciona a necessidade de um tipo de aprovação pelo Congresso, para garantir o apoio popular. Este comentário nos faz lembrar Harry G. Summers Jr., *On Strategy: The Vietnam War in Context*, US Government Printing Office, Washington, D. C., 1981. Ver também Mitchel Howard, "War as an instrument of Policy," *Diplomatic Investigations: Essays in the Theory of International Politics*, editado por Herbert Butterfield e Martin Wright, Allen & Unwin, Lon-

dres, Inglaterra, 1966, p. 200.

22. Publicação Nº 1 da Junta de Chefes de Estado-Maior (JCS), *Dictionary of Military and Associated Terms*, US Government Printing Office, Wash., D. C., 3 Jan 72, p. 202. As edições de 1984 e 1986 dão a mesma definição.
23. Não há melhor ilustração deste relacionamento do que a barragem de artilharia que os britânicos desencadearam, antes de iniciarem a ofensiva de Passchendaele, durante a 1ª Guerra Mundial. Mais de três milhões de granadas, o equivalente a 321 trens carregados de munição, foram disparadas durante os 19 dias da barragem que precederam ao ataque, correspondendo a um ano de trabalho de 55.000 trabalhadores que as fabricaram. Ver Bernard Brodie e Fawn M. Brodie, *From Crossbow to H-Bomb*, Edição Revisada, Indiana University Press, Bloomington, Ind., 1973, p. 192.



O Tenente-Coronel DONALD R. BAUCOM, da Força Aérea dos Estados Unidos, é historiador do Gabinete de História da Força Aérea dos EUA, Base Aérea de Bolling, Washington D. C. Formou-se pela Academia da Força Aérea dos EUA (USAFA) e obteve o título de Doutor pela Universidade de Oklahoma. Foi membro do corpo docente da USAFA e da Escola de Alto-Comando da

Força Aérea dos EUA, localizadas na Base Aérea de Maxwell, Alabama, e editor da *Air University Review*, periódico editado na mesma Base.



BANCO DE DADOS CULTURAIS, O FIM DA ERUDIÇÃO ELITISTA

Francisco Ruas Santos

Matéria extraída do Boletim do Centro de Informações Culturais 11 (23), de 06 de abril de 1988. O Centro de Informações Culturais foi criado e é dirigido pelo autor.

Primeiramente, os conceitos. *Banco de dados* é um arquivo de dados de diversas fontes armazenados de forma a poderem ser acessados por vários usuários, arquivo esse em memória magnética. Um banco de dados pode conter várias bases de dados.

A base de dados pode ser entendida como um arquivo de determinado tipo, no sistema peculiar ao banco de dados.

O banco de dados de Cultura Brasileira deve, pois, ser o arquivo de todos os dados cultu-

rais peculiares ao Brasil, desde o século XVI, entendido o termo Cultura como o que está na sigla UNESCO, logo excludente de Ciência/Tecnologia e Educação. Exemplificando, dentro do conceito que para o termo está no *Dicionário* de mestre Aurélio, grande formato, temos que Cultura abrange artes, bens culturais, o complexo arquitetura, o complexo artes gráficas, o complexo espetáculo (complexos da concepção de Celso Kelly), correntes de pensamento e ação cultura alternativa, cultura espi-

ritual, cultura popular, culturas indígenas, imprensa, linguajar brasileiro, literatura, memória nacional, moda, produção e planejamento cultural, principalmente. Cada uma dessas subdivisões, e outras, podem determinar o surgimento de uma base de dados, tal a de Cultos afro-brasileiros ou a de Argumentos para apoio aos produtos culturais, que vem sendo gerada neste Centro, para demonstração, como laboratório que é.

Para que seja gerada uma base de argumentos verdadeiramente nacional, será preciso, em sistema, fazer o levantamento, pelo menos, das *idéias/palavras* peculiares aos argumentos da nossa literatura, existentes em potencial em todos os demais documentos, como jornais, revistas, correspondência pessoal ou livros de cartório, além de, e principalmente, nas obras de História do Brasil e biografias.

Feito o levantamento e armazenamento na memória magnética de computador, isto é, gerada a base de argumentos, o usuário (*cidadão comum* ou *qualquer pessoa*) poderá ler na tela do terminal os argumentos de seu interesse (sugeridos por José de Alencar em sua obra, p.ex) ou para confronto como o que haja elaborado.

Generalizando, o banco de dados culturais deve abranger, além dessa base de argumentos, as de *todos* os assuntos

culturais, inclusive vultos históricos e personagens.

Agora, vamos ao termo *Erudição*.

Segundo o citado dicionário:

"1. Instrução vasta e variada, adquirida sobretudo pela leitura.

2. Qualidade de erudito." E este: "Aquele que sabe muito, que tem erudição (1)."

Para ter erudição ou ser erudito no campo cultural, ou ler muito sobre tudo nesse campo, é preciso que uma pessoa disponha de tempo e acesso às fontes do saber. Só por isso se pode ver que os eruditos em Cultura Brasileira, geral ou em qualquer dos seus aspectos, constituem uma *elite*. São sociologicamente os mais poderosos, por serem detentores de informações de que o povo em geral está privado, por falta de condições de acesso às fontes do saber.

Ora, se o banco de dados culturais põe à disposição de todos essas fontes, liquida com a erudição naturalmente elitista. Ou é um meio para se ter a *democracia cultural*.

Mais importante ainda do que atingir-se tão grande objetivo é a possibilidade que o banco de dados culturais oferece ao progresso do Pensamento.

Um conceito de sábio vem a propósito para isso entendermos:

"O erudito é como o corvo que alimenta os seus filhotes vomitando o que comeu. O pensador é como o bicho-da-seda,

que não nos dá folhas de amoreira, mas seda." (Lin Yutang)*

O erudito passará a ser o banco de dados. Quem a este recorrer, com todo o tempo para pensar, poderá ser o produtor, cada vez mais apurado, de

obras de valor.

Não prevalecerão mais, também, as diferenças individuais, como a posse de uma excepcional ou boa memória, pois o banco de dados será o Grande Memorizador, a serviço de todos.



Cel Inf R/1 FRANCISCO RUAS SANTOS – É possuidor de todos os cursos do Exército, além do Curso Avançado de Infantaria, realizado em Fort Benning, EUA, e da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro. Presidiu a Comissão de História do Exército Brasileiro, do Estado-Maior do Exército, responsável pela edição Histórica do Exército Brasileiro (1972). Nessa função, idealizou o Centro de Documentação do Exército em 1973. Fundou e dirige o Centro de Informações Culturais, do Rio de Janeiro. Desde 1974 dedica-se ao estudo dos sistemas de informações, tendo publicado o Thesaurus do Sistema de Informações de Transportes (1976-1977) e Informação e Indexação.

* Cf. Paulo Ronai, *Dicionário Universal Nova Fronteira de Citações*.

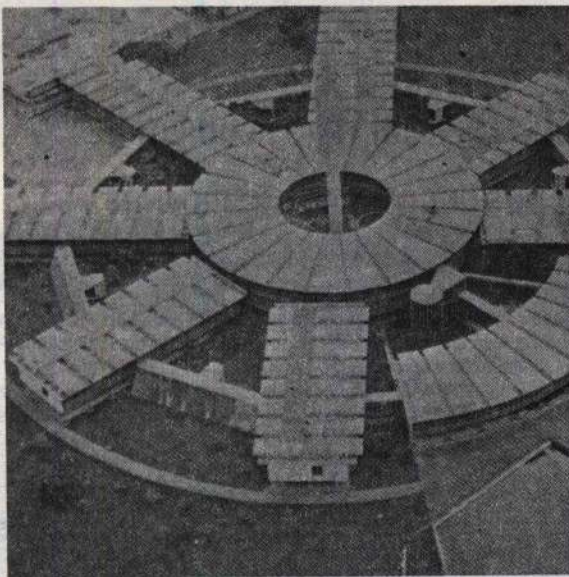
O PETRÓLEO SÓ É NOSSO QUANDO A TECNOLOGIA TAMBÉM É.

O desenvolvimento tecnológico é fundamental para o progresso de uma indústria.

E uma empresa industrial só conquista autonomia efetiva quando consegue dominar e desenvolver a tecnologia que utiliza.

Daí a importância do CENPES - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo A. Migucz de Mello.

O CENPES é o principal pólo de desenvolvimento de tecnologia da Petrobrás. Nele realizam-se pesquisas de novos processos e produtos, adequados às características do mercado e das nossas matérias-primas. Realizam-se também projetos de engenharia básica, que são o primeiro passo para a implantação de instalações



industriais.

A pesquisa e a engenharia básica integram-se, assim, no esforço constante de aprimorar a tecnologia, o que assegura à Petrobrás uma posição competitiva em relação às empresas do mesmo gênero.

A área de atuação do CENPES inclui também o aperfeiçoamento

do pessoal técnico de nível superior, além de proporcionar serviços de informação técnica e propriedade industrial (marcas e patentes).

A partir de 1973, o CENPES passou a funcionar em modernas instalações na Cidade Universitária (Ilha do Fundão), no campus da Universidade Federal do

Rio de Janeiro.

É um conjunto de 16 prédios e construções auxiliares, que totalizam cerca de 44.000 m² de área construída e onde se aloja a maior parte de seus quase 1600 empregados, dos quais 760 são portadores de títulos universitários.

Como resultado de sua intensa atividade, o CENPES

já domina cerca de 50 tecnologias fundamentais para a Petrobrás. É, no seu constante esforço de inovação, está sempre se valendo da colaboração de outras companhias, instituições científicas e universidades.

Nesses 22 anos de atividades, o CENPES contribuiu decisivamente para que a Petrobrás se tornasse uma empresa tecnologicamente forte, ocupando um lugar de destaque entre as mais avançadas companhias de petróleo.



PETROBRAS



INFORMAÇÕES

HELICÓPTERO ESQUILO NOS JOGOS PAN AMERICANOS

A AEROSPATIALE HELICOPTER CORPORATIN (AHC) de DALLAS, Texas, foi escolhida como fornecedor oficial dos Jogos Pan Americanos que ocorrerão de 7 a 23 de Agosto próximo em INDIANÁPOLIS. A AHC fornecerá um helicóptero TWINSTAR (nome do ESQUILO bimotor nos ESTADOS

UNIDOS) que será equipado para evacuação médica de emergência. Este aparelho será operado pelo heliporto de INDIANÁPOLIS com várias equipes mdicas e dará apoio aos Jogos que congregarão mais de 6.500 atletas de 38 países concorrendo em 27 modalidades esportivas.

AVIÃO DE TREINAMENTO DE TURBO-PROPULSÃO PARA TREINAMENTO DE VÔO BÁSICO E MILITAR

Um novo avião de treinamento de turbo-propulsão foi projetado pela Aircraft Division da companhia finlandesa Valmet. Esse avião, o Valmet L-90 TP Redigo, permite treinamento básico de vôo para pilotos militares, a ser feito num curso individual de treinamento de 100 horas de vôo, representando uma economia de custos de meio milhão de dólares por piloto treinado.

O avião de treinamento Redigo foi apresentado ao público pela primeira vez no Farnborough Air Show do ano passado. O avião, que pode proporcionar ambos os treinamentos de vôo, o militar básico e o elemental, adapta-se a qualquer tipo de programa de treinamento de vôo.

Oferecendo um sistema que torna possível iniciar treinamento na fase elemental e prosseguir até a conversão direta para um avião de combate de popul-

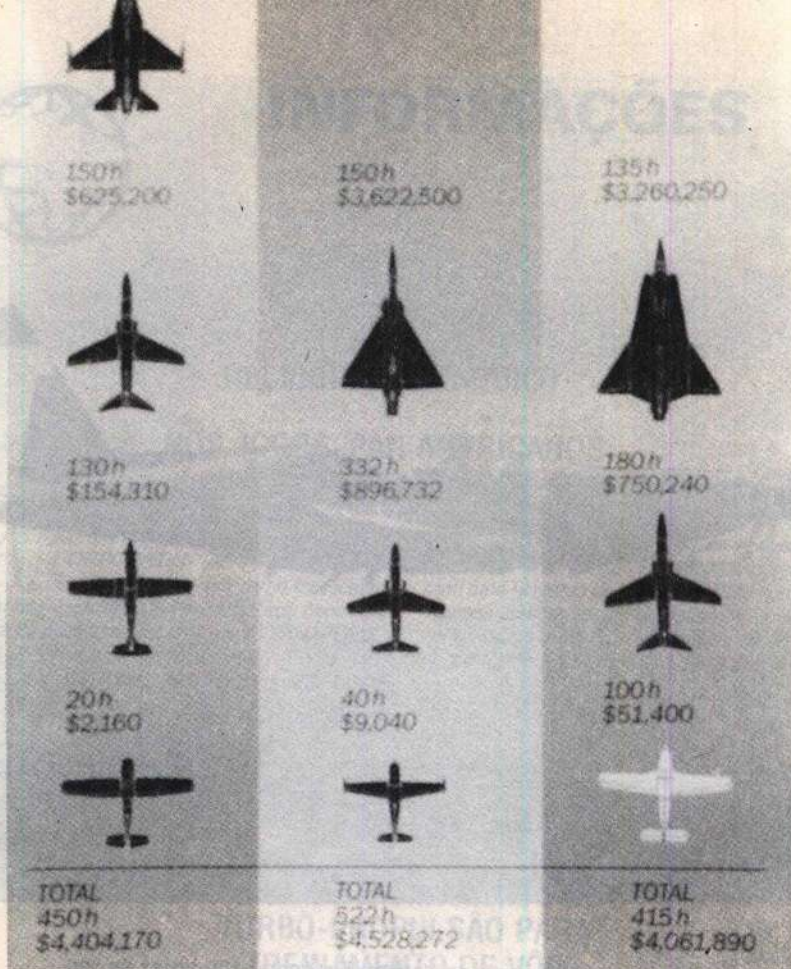


Com o novo L-90 TP Redigo, da Valmet, Finlândia, 100 horas de voo bastam para treinar pilotos militares, e partir da fase elementar para conversão a aviões de combate.

são a jato, o Valmet se destina a atender à demanda das forças aéreas de todo o mundo por otimização do treinamento de voo. Um programa típico de treinamento com o Redigo exige 100 horas de voo. Sua velocidade de perda fica abaixo de 100 km/hora e sua velocidade máxima e nível de combate está acima de 340

km/hora. Seu fácil manejo para baixa velocidade e a disposição de assentos lado a lado tornam a instrução mais simples, mais simples.

As características de voo desse avião atendem aos padrões da Força Aérea Americana MIL-F-8785B, o que signi-



A faixa de extrema direita mostra como o Redigo pode economizar o equivalente ao custo de meio milhão de dólares no treinamento de voo elementar e militar básico.

fica que o aparelho também pode ser usado para acrobacia avançada. A taxa g a partir de +7 a -3.5g é suficiente para permitir que se pratiquem situações difíceis e recuperação apropriada. A fuselagem tem um certificado de vida de 10.000 horas de voo e de 30.000 aterrissagens.

O motor padrão do Redigo é o Alli-

son 250B17D, uma turbina a gasolina, com um máximo de 420 cavalos-vapor. Posteriormente, a aeronave terá um novo motor alternativo, um Turbomeca TP francês, de 319 a 480 cavalos-vapor. O Valmet é fabricado pela Valmet Aircraft Division Per Falenius, SF35600 HALLI, Finlândia.



REGISTROS

HOMENAGEM

O General Celso de Azevedo Dalto Santos, podemos afirmar com absoluta segurança, merece de todos os brasileiros, particularmente de nosso Exército e, ainda mais especialmente, da Força Expedicionária Brasileira, a nossa heróica FEB, o preito de uma homenagem muito sincera e comovida, pelo extraordinário legado que representa toda a sua contribuição, ao longo de uma carreira de mais de 45 anos de inestimáveis serviços prestados à nossa Força Terrestre, acrescidos de mais 14 anos de uma dedicação extra, sem par, após sua transferência para a Reserva.

Ao perpassar sua magnífica folha de serviços, um grande número de atividades, exercidas com brilho inexcusável e que, cada uma, de per si, já serviria para consagrar definitivamente um profissional de mérito, nos brindam de maneira inequívoca, com nítidas ilustrações, as características de sua invulgar personalidade.

Cedo, conquistou o respeito e a estima de seus camaradas, impondo-se como profissional de escol, destacado atleta e consagrado campeão em várias modalidades esportivas.

O vibrante Cadete do Realengo levaria para as Unidades em que serviu como Subalerno e Capitão, todo o seu ardor profissional, seu irradiante entusiasmo e sua elevada capacidade de comunicação, o que iria traduzir-se em novo alento às atividades esportivas e maior vibração nas lições de instrução.

**General-de-Divisão
Celso de Azevedo Dalto Santos**



Capitão, selecionado que fora pelo então General João Baptista Mascarenhas de Moraes, Comandante da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, iria desenvolver, durante a Campanha da Itália uma atuação muito profícua como Oficial de Ligação junto às Divisões e Grandes Comandos que nos enquadravam. Muito útil, naquela oportunidade, mais uma de suas qualidades, a de consumado poliglota, particularmente em relação ao Inglês e ao Francês. As referências elogiosas a que fez jus, em função de seu magnífico desempenho, se multiplicam, com destaque muito especial, na ligação realizada junto à 10ª Divisão de Montanha norte-americana na Ofensiva da Primavera, conjunto de operações que se seguiram à execução do Plano Encore, em abril de 1945.

Se serviços prestou à FEB, na Itália, muito maiores os prestaria após seu regresso, participando de maneira efetiva e brilhante em todos os eventos que visaram ao registro histórico e à consagração dos imortais feitos de seus heróicos integrantes.

Participou da equipe que, junto com o Marechal Mascarenhas, iria redigir A FEB Pelo Seu Comandante, obra de reais méritos pelo extraordinário conteúdo de preciosas informações para os pesquisadores daquele significativo evento de nossa História Militar.

Participando de conferências, coordenando publicações, marcando com sua presença certames e solenidades alusivos à FEB, como Fundador e Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Veteranos da FEB, como orador consagrado, deixou o General Daltro peças verdadeiramente antológicas. Para citar algumas, os números especiais da Revista do Exército Brasileiro dedicados aos 30 anos da FEB (na época com o título de Revista Militar Brasileira - 1975), ao Centenário de Nascimento do Marechal Mascarenhas de Moraes (1983), aos 40 anos das Vitórias da FEB (4 números - 1 em 1984 e 3 em 1985), as orações proferidas em Porto Alegre, no II Encontro (1983) e no Rio de Janeiro, no III Encontro (1985) dos Veteranos da FEB, são exemplos muito eloquentes.

Consigne-se aqui um aspecto muito positivo de seu trabalho de coordenação daquelas Revistas, qual seja, o de motivar os autores dos artigos ali publicados para prosseguirem em suas atividades. Basta que se ressalte que alguns dos livros mais completos relatando a História de Unidades do Exército e da FAB, participantes da Campanha da Itália, tiveram sua origem em artigos escritos atendendo ao chamamento do Gen Daltro Santos.

Isto o que muito condensadamente se pode dizer em relação à participação do Brasil da II Guerra Mundial.

Tudo, porém, seria feito concomitantemente com uma excelente carreira militar através de cursos e de atividades na Tropa, nas Escolas, nos Estados-Maiores e em importantes Comandos no Exército que culminaram na Secretaria-Geral do Ministério.

Em todos os cursos militares, saiu-se com brilhantismo, integrando, por duas vezes, o Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, comandou o 2º GCAn AuAAe, o 2º GA Cos - Fortaleza de São João - e a Escola de Educação Física do Exército. Foi Adjunto dos Estados-Maiores da DB e da 5ª Seção do Estado-Maior do Exército e da 2ª Seção do EMFA. Imprimiu, em todos esses cargos, a marca indelével de sua personalidade.

Como missões no exterior, o Gen Daltro Santos representou o Exército Brasileiro na III Reunião de Consulta sobre Geografia, do Instituto Pan-americano de Geografia e História, e no XVII Congresso da União Geográfica Internacional, realizados nos Estados Unidos em 1952, e foi Adido Militar à Embaixada Brasileira na Alemanha.

Foram esses os fatos eloqüentes que alimentariam os argumentos para que, com muita justiça, fosse alçado ao Generalato.

Nas elevadas funções de Oficial-General comandou a Artilharia Divisória da 5ª DI, foi Diretor de Armamento e Munição e de Comunicações e encerrou sua fecunda e luminosa carreira militar como assessor direto do Ministro, no cargo de Secretário-Geral do Exército.

Foram numerosas e de valor inestimável as realizações nessas funções; seja no setor das Comunicações, seja no setor dos Esportes, ao tempo em que presidiu a Comissão de Desportos do Exército, seja no setor das atividades relacionadas ao Cerimonial Militar, que se desenvolveram em nível de excepcional brilhantismo, especialmente nas solenidades do Sesquicentário da Independência.

Não poderíamos deixar de consignar um parágrafo ao cidadão exemplar que foi Daltro Santos, seja o de filho orgulhoso do velho mestre a quem sempre honrou de maneira impecável, seja o marido amantíssimo que por mais de 50 anos manteve-se como o gentil namorado da juventude, seja ainda, com especiais louvores, o pai e avô que soube ser sempre, na medida exata, o grande amigo de todas as horas.

Lastimamos, pois, por tudo isso, a perda "de tão eminente Chefe Militar, admirado por todos os seus camaradas de armas, desde os tempos da mocidade militar, como expoente nas lides esportivas, até as culminâncias da carreira, na maturidade de suas peregrinas virtudes de soldado e de cidadão", como consignou em seu elogio de despedida o Ministro do Exército.

É, sem dúvida, um exemplo a seguir!



Assinatura do NE

Os militares, particularmente os da reserva, que desejarem fazer uma assinatura semestral do *Noticiário de Exército* deverão enviar o pedido para:

Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias – Quartel-
General do Exército – Setor de garagens – SMU – CEP 70630 –
Brasília-DF – Tel.: (061) 225-0260 Ramal 2939.

O valor da assinatura semestral será de Cz\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos cruzados) para o 1º semestre, e a quantia deverá ser remetida através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a Agência QGEXBSB, por vale postal, em nome do Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias.

O pedido deverá conter os seguintes dados: nome completo, endereço, bairro, cidade, estado, CEP e número do vale postal.

O NE será remetido diariamente.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

PEDIDO DE ASSINATURA

.....
Nome (em letra de imprensa)

.....
Identidade

.....
Posto, graduação ou profissão

.....
Endereço (rua, número e bairro)

.....
Cidade

.....
Estado

.....
CEP

Assinatura de 1988: Cz\$ 390,00

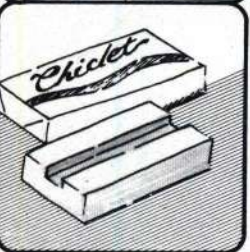
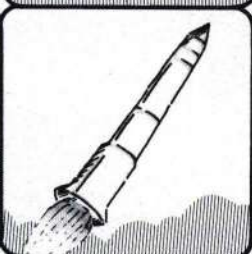
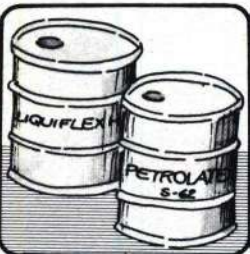
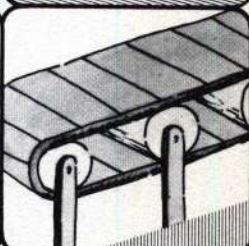
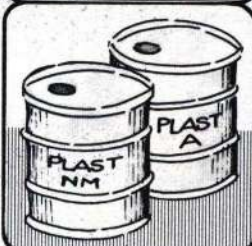
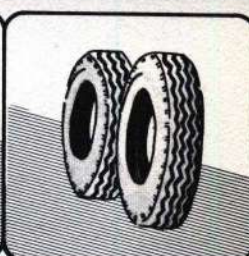
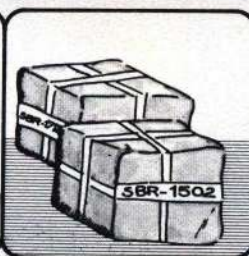
– PAGAMENTO:

Em cheque Emitido em nome de A DEFESA NACIONAL, podendo ser da praça de origem do assinante.

Em vale postal A favor de A DEFESA NACIONAL, pagável na Agência Postal Telegráfica "QUARTEL-GENERAL" - Rio de Janeiro.

A DEFESA NACIONAL
Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25
20455 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: 253-4628

Aqui tem Petroflex



Você pode não saber, mas a Petroflex está presente em muitas coisas que você conhece.

A indústria química, em pneumáticos, chicletes, componentes dos combustíveis sólidos de foguetes, cabos telefônicos, tanques militares, sapatos e tênis, adesivos e misturas com asfalto. A Petroflex produz, há mais de 25 anos, matérias-primas para as indústrias que necessitam de produtos de qualidade.

É qualidade para a Petroflex é fundamental.

Exija Petroflex.

A PETROFLEX produz:

Petroflex SBR - 1500, 1502, 1712, 1721, 1778; Petrolatex S - 42, S - 62; Petrolatex Catiónico; Liquiflex H; Óleos plastificantes NM, NML e A; Estireno; Enxofre e Etil-benzeno.

 **PETROFLEX**
INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Quando o Exército Brasileiro e a Indústria andam de braços dados, quem ganha é o Brasil.

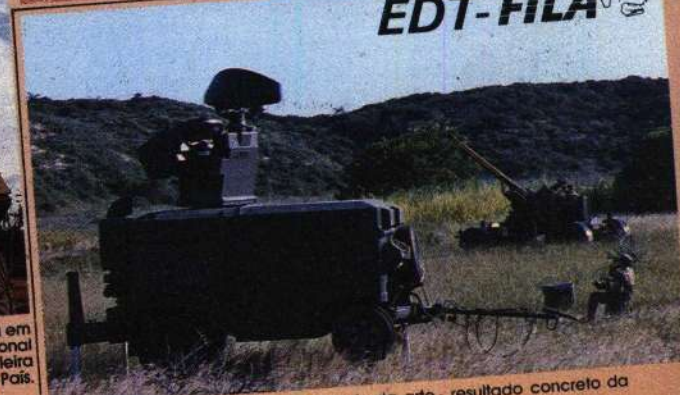
ASTROS II



ASTROS II - tecnologia de ponta em saturação de área - a engenharia nacional projetando a tecnologia brasileira de defesa e gerando divisas para o País.



EDT-FILA



EDT-FILA - a defesa antiaérea no estado da arte - resultado concreto da cooperação entre o Exército e a AVIBRAS.



AVIBRAS AEROSPACIAL S.A.
Antiga Estrada de Paraibuna, km 118 - Caixa Postal 229 - 12.200 - São José dos Campos - S.P.
Brasil - Tel.: (0123) 21-7433 - Telex (123) 3493 AIAE BR - FAX (0123) 221689